

VOLUME XX

coleção
Singularis

**PESQUISAS SOBRE O RURAL:
HISTÓRIA, MOVIMENTOS SOCIAIS DO
CAMPO, RESISTÊNCIAS E CULTURA**

JOÃO CARLOS CORSO
(ORG.)

Texto e Contexto

EDITORA E LIVRARIA

VOLUME XX

coleção
Singularis

**PESQUISAS SOBRE O RURAL:
HISTÓRIA, MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO,
RESISTÊNCIAS E CULTURA**

**JOÃO CARLOS CORSO
(ORG.)**

Texto e Contexto

EDITORA

©2023 João Carlos Corso

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Texto e Contexto Editora

Diretora e editora-chefe: Rosenéia Hauer

Capa: Dyego Marçal

Projeto gráfico e diagramação: Texto e Contexto Editora

H673

Pesquisas sobre o Rural: História, Movimentos Sociais do Campo, Resistências e Cultura / [livro eletrônico]/João Carlos Corso (Org.). Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2023. (Coleção Singularis, v. 20) 218 p.; e-book PDF Interativo

ISBN coleção: 978-65-990049-4-0

ISBN e-book: 978-65-6080-006-9

1. Espaço rural. 2. Campesinato. 3. Aldeamento. 4. Imigração - tradição. 5. Territorialização. I. Corso, Joao Carlos (Org.). II.T.

CDD: 220.67

Ficha Catalográfica Elaborada por Maria Luzia F. B. dos Santos CRB 9/986

Texto e Contexto
EDITORA

www.textoecontextoeditora.com.br
contato@textoecontextoeditora.com.br
(42) 988834226

CONSELHO EDITORIAL:

Dr^a. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro (Unicentro)

Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Dr^a. Silvana Oliveira (UEPG)

Doutorando Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)

Dr^a. Marly Catarina Soares (UEPG)

Dr^a. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)

Dr^a. Letícia Fraga (UEPG)

Dr^a. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)

Dr. Evanir Pavloski (UEPG)

Dr^a. Eunice de Moraes (UEPG)

Dr^a. Joice Beatriz da Costa (UFFS)

Dr^a. Luana Teixeira Porto (URI)

Dr. César Augusto Queirós (UFAM)

Dr. Valdir Prigol (UFFS)

Dr^a. Clarisse Ismério (URCAMP)

Dr. Nei Alberto Salles Filho (UEPG)

Dr^a. Ana Flávia Braun Vieira (UEPG)

Dr. Marcos Pereira dos Santos (UTFPR)

Sumário

7

Prefácio

10

Modernização no campo, agronegócio e continuidade dependente

Joaquim Gonçalves da Costa

41

Desenvolvimento rural sustentável: dimensões material-natural e político-prática

Luzinéia Grosselli

63

“Índios de Guarapuava” ou “Caingang”: uma breve etnografia do século xix

Cristiano Augusto Durat

101

Mulheres, trabalho e resistência camponesa: o caso dos quintais faxinalenses

Marisangela Lins de Almeida

120

Trabalhos coletivos de puxirão no oeste do Paraná

Anderson Arilson de Freitas

147

Arqueologia da cachaça no sul de Santa Catarina:
os alambiques tradicionais em Criciúma

Everson Semler Matias

Jaisson Teixeira Lino

168

Insurgências dos trabalhadores do Engenho Central do Iguape e
Rio Fundo-BA: 1883-1889

Vinicius Bonifacio

182

A memória da Guerra do Contestado fermentando a luta pela terra

João Carlos Corso

195

Em torno de terminologias: guerra, guerrilha, levante, revolta
ou resistência de Porecatu?

Caroline Gonzaga

216

Sobre os autores

Prefácio

Vivemos em uma sociedade cada vez mais urbana, mas com forte presença de elementos da cultura rural. O campo da História Rural, da História dos Camponeses, dos conflitos agrários, da cultura rural têm produzido inúmeras pesquisas e possibilitado uma maior compreensão dos temas que se cruzam no rural. Porém há muito para ser feito. Com esse objetivo pensamos em contribuir no debate acadêmico por meio e-book.

Iniciamos com o texto de Joaquin Gonçalves da Costa que procura analisar o processo de modernização do campo no Brasil, focando principalmente no agronegócio e como este se relaciona com a globalização do capital. Destaca-se que há uma percepção de que gerou desenvolvimento, mas por setores ou regiões de modo desigual. Também mostra que o agronegócio, apesar de certo desenvolvimento, promove a continuidade da dependência.

Na sequência Luzinéia Grosselli se propõe a pensar o desenvolvimento rural sustentável, com foco na agroecologia e na biodiversidade. Destacando a necessidade de políticas públicas para que de fato o desenvolvimento sustentável possa ser efetivado no meio rural. Busca mostrar que o desenvolvimento sustentável tem relação com a dimensão material, natural e social, mas também com a dimensão da ação política.

No capítulo a seguir mudamos um pouco o foco, elencando a História Indígena. O pesquisador Cristiano Augusto Durat nos apresenta uma discussão sobre a etnografia dos indígenas de Guarapuava, partindo de fontes documentais históricas e também com o cruzamento de estudos contemporâneos relacionados a história e antropologia.

Estes primeiros textos tem um foco mais teórico, discussão extremamente necessário para possibilitar novas ferramentas de análise e de pesquisa de campo.

O texto de Marisangela Lins de Almeida trata de reflexões sobre os significados do trabalho exercido pelas mulheres nos quintais agroecológicos em comunidades faxinalenses. Destaca-se que o foco central foi

tratar das relações e práticas que perpassam tanto experiências como saberes de domínio feminino no trato dos quintais. A autora destaca que as mulheres têm papel fundamental na manutenção de práticas que ajudam na reprodução do modo de vida dos faxinalenses. Bem como no processo de conservação e preservação de sementes tradicionais que são fundamentais na segurança alimentar da comunidade.

Ainda relacionado à história de práticas tradicionais da cultura dos camponeses temos o trabalho de Anderson Arilson de Freitas. Este tem por objetivo discutir e analisar as práticas de trabalho coletivo nominadas como puxirão. A pesquisa tem como foco os antigos posseiros dos da região que corresponde atualmente aos municípios de Diamante do Sul, Guaraniaçu e Catanduvas. A análise mostra como se realizava os trabalhos coletivos dos caboclos num sistema de parceria, desde a mobilização entre vizinhos, como a distribuição dos trabalhos, a divisão sexual dos trabalhos e também elementos de compreensão a partir da culinária que se praticava nestes puxirões.

Na sequência temos um trabalho de história e arqueologia. Everson Semler Matias e Jaisson Teixeira Lino apresentam os resultados de uma pesquisa sobre engenhos de produção de cachaça no interior de Santa Catarina. O foco deste trabalho foi a análise das reminiscências materiais de alguns engenhos na região sul do Estado. Fundamental neste trabalho é a importância da fonte material (arqueológica) para a pesquisa histórica.

Por fim apresentamos trabalhos com foco em movimentos sociais e revoltas no campo. Iniciando com o texto de Vinicius Bonifacio que trata da análise a respeito das revoltas de trabalhadores do Engenho Central do Iguaçu e Rio Fundo, na Bahia, no final do Século XIX. Os conflitos se relacionam a pagamentos de salário não efetivados pela empresa inglesa Dennis and Company.

Também apresentamos a pesquisa de João Carlos Corso sobre a memória da Guerra do Contestado, em que se evidencia que essa memória é utilizada pelos movimentos sociais para dar legitimidade as lutas contemporâneas em prol de políticas agrárias de distribuição de terras para

reforma agrária. A memória da luta dos caboclos do Contestado faz um elo de ligação com as lutas do Século XXI.

Concluindo com o texto de Caroline Gonzaga que nos apresenta uma discussão sobre a terminologia o conflito que ocorreu em Porecatu, no Paraná, na década de 1950. O conflito eminentemente relacionado a posse da terra em pleno período de Colonização do norte do Paraná. A discussão é fundamental, pois as denominações diversificadas sobre o conflito mostram tanto interpretação quanto elementos que compuseram o evento histórico.

Reforçamos que nosso objetivo é poder contribuir nas pesquisas do campo da história rural, ampliando temas, fontes, perspectivas teóricas e análises.

João Carlos Corso

Modernização no campo, agronegócio e continuidade dependente

Joaquim Gonçalves da Costa

Introdução

O presente texto, em linhas gerais, é resultante das discussões e leituras realizadas em 2015 na disciplina '**Tópicos Especiais: Economia Política no Mundo Contemporâneo**', ministrada pelo professor economista Theotônio dos Santos, do doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)¹. Discute algumas mudanças ocorridas no campo, na constituição e ocupação do território e modelos produtivos, a partir do avanço do capital e das tecnologias e inovações que correspondem ao modo de produção capitalista e a divisão internacional do trabalho. Analisa criticamente, o lugar do campo e do agronegócio nesse processo.

Para entender o campo na atualidade faz-se necessário uma investigação considerando o conjunto de processos econômico-sociais que se materializam, notadamente no avanço e nas estratégias do agronegócio. Este escrito **dá centralidade** na análise, ao processo de implementação do agronegócio atualmente, e como este materializa a condição de dependência (do Brasil) frente às estratégias de acumulação do capital.

E do ponto de vista expositivo, optou-se por um caminho que contempla um processo analítico que valoriza a relação entre totalidade e particularidade e o movimento dialético do real. Desse modo, **o presente**

1. O professor Theotônio dos Santos, nascido em 1936, faleceu em 27 de fevereiro de 2018. A publicação do presente texto – atualizado – é também uma manifestação de honra e registro em ter sido seu aluno em suas últimas turmas e em seus últimos anos de trabalho. É também uma forma de render homenagem ao professor Theotônio dos Santos pela sua grande e reconhecida contribuição teórica no Brasil e na América Latina, sobretudo, acerca da teoria da dependência.

texto está organizado em dois pontos fundamentais, que demarcam as bases de conteúdo incidentes também nas notas conclusivas do exame².

O **Primeiro: Agronegócio (Agrobusiness): a expressão do capitalismo no campo**, visa compreender em linhas gerais os aspectos fundamentais que incidem no desenvolvimento do agronegócio e como este sintetiza as múltiplas determinações oriundas e resultantes do processo de globalização do capital. É a tentativa de discutir o que essa lógica representa em tempos de continuidade imperialista e monopolista em territórios de países em desenvolvimento, e que de modo geral, são dependentes das economias centrais. Destaca-se que são reflexões gerais na tentativa de apreender o movimento que vem ocorrendo e que expressa uma nova imposição e integração da economia mundial, que tem por base o desenvolvimento em setores, por regiões, mais alinhados(as), às estratégias de expansão e acumulação do capital, e, no entanto, um desenvolvimento desigual e combinado.

Além disso, considerando a questão do desenvolvimento por setores e a divisão internacional do trabalho, destaca que ainda no Brasil há áreas que são potencialmente pertinentes ao agronegócio no seu processo de expansão, e assim, institui o 'lugar' do país no comércio de exportações na produção de *commodities* e dos produtos do agronegócio.

O **Segundo: Agronegócio no Brasil e continuidade das condições de dependência**, discute com um olhar mais de particularidade (mesmo considerando que, embora tenha conteúdos veiculados em todo processo reflexivo deste escrito), visando corresponder à intencionalidade explícita e implícita no tema escolhido para esta incursão reflexiva. Esse item trabalha mais especificamente estes aspectos que envolvem no processo interno, a dominação política, econômica e ideológica de um projeto global, onde é possível perceber de fato a continuidade dependente no processo e modelo de desenvolvimento adotado e implementado através do agronegócio.

2. Valemo-nos de um quadro e exame analítico sustentado pela teoria marxista [ou à luz desta] e pela teoria da dependência.

Demonstra que as economias latino-americanas caminham na direção [cada vez mais] da consolidação de uma forma de especialização produtiva-exportadora definida pelos países centrais do capital. Por consequência aprofunda as desigualdades sociais e econômicas já materializadas, precarizando relações de trabalho, fomentando cada vez mais a destruição ambiental e sociometabólica, o que enseja nessas economias as novas dinâmicas de dependência, fundamentalmente àquelas, motivadas pelo capital rentista.

Agronegócio (agrobusiness): a expressão do capitalismo no campo

Discutir teoricamente este tema, significa ‘lançar mão’ de um conjunto de conhecimentos desenvolvidos e imbricados que tratam do processo de desenvolvimento capitalista nas suas diferentes dimensões e facetas no decorrer da história do Brasil. O destaque dado a este aspecto e a necessidade de aprofundamento, justifica-se, sobretudo pelo avanço que o agronegócio tem tido nos últimos anos no Brasil. Assim sendo, a compreensão desse processo se dará por um conjunto de fatores historicamente desenvolvidos no processo de avanço do capital para novas fronteiras, novas relações de trabalho e sobretudo da forma de ocupação do território [material] brasileiro. A citação a seguir é expressão do conjunto de questões imbricadas que expressam e constituem a materialidade que neste trabalho objetiva-se analisar e elucidar.

As sociedades humanas foram se acomodando na terra que lhes coube viver, formando suas culturas, seus valores e suas riquezas. Na modernidade, arbitrariamente, em geral pela força, as sociedades transformadas em Estados constituídos, demarcaram seus territórios com lápis de ponta fina sobre um mapa que apenas imitava a realidade. Cada vez que o lápis escorregava em mãos mais acostumadas às armas do que à arte, os povos eram chamados a defender a pátria, e longas e desafortunadas guerras redesenhavam o mapa, novamente

sem se importarem com que gentes ficavam dentro ou fora do desenho. Desta forma, o território passou a ser o limite de honra dos chamados Estados nacionais e nele se impuseram a lei e o contrato social, a todos os habitantes, humanos ou não, aí localizados pelo acaso ou pela autodeterminação. [...]. (SOUZA FILHO, 2015, p. 11).

Um conjunto de mudanças na produção e na economia tem se verificado, fundamentalmente a partir dos anos de 1970, que incidiram diretamente na produção agrícola. O processo de liberalização dos mercados e o crescimento do domínio do capital financeiro em escala global³ completam o sistema agro que passa a ser caracterizado como processo de unidade de diferentes setores da economia e da produção.

A primeira formulação do conceito de agronegócio (*agribusiness*) é de Davis e Goldberg, 1957. Para os autores, *agribusiness* é um complexo de sistemas que compreende **agricultura, indústria, mercado e finanças**. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação e a dominação dos processos em todos os setores do complexo. (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 48).

As definições da estrutura produtiva ou cadeias produtivas do sistema agrícola e, por conseguinte alimentar em nível global, passa necessariamente pelo crivo e pela orientação das grandes corporações que acumularam o conhecimento e a inovação que são base para a produção

3. De acordo com Xavier [2017, p. 150], “[...], os escritos econômicos sobre o papel do capitalismo financeiro para o imperialismo são esclarecedores ao apontarem como a circulação do capital fictício, portador de juros, assegurará um domínio político e econômico por parte de um seletivo grupo de países e como esta dinâmica de acumulação, ancorada no capital financeiro, permitirá a expropriação das riquezas humanas e naturais nos países periféricos. Para tanto, os escritos do economista austríaco Rudolf Hilferding serão fundamentais, especialmente sua obra *O capital financeiro*, publicada pela primeira vez em 1910”.

de insumos diversos, para o processamento e para a produção de modo geral, e, soma-se a essa influência, a definição e organização da divisão internacional do trabalho necessário. Estes aspectos são facilmente percebidos se observarmos o Brasil, cabendo-lhe fundamentalmente a produção de matéria-prima – *commodities* – correspondentes às demandas que lhe são impostas pelas ‘regras do jogo’ de acumulação de capital em nível mundial. É com esse conjunto de aspectos que o agronegócio é tido como um modelo de desenvolvimento econômico, tecnológico e científico e cada vez mais ganha força na economia brasileira tendo importância decisiva na balança comercial e no PIB brasileiro⁴.

A territorialização da lógica produtiva do agronegócio é a implementação objetiva da lógica de desenvolvimento sob a égide do capital. Demonstra, também que a possibilidade de compreensão ou a capacidade explicativa da teoria deve-se levar em consideração o movimento do capital em âmbito mundial. O professor Theotônio dos Santos ao discutir o Sistema Econômico Mundial: Gênese e alcance teórico de um conceito⁵ destaca:

Um dos pontos altos do esforço intelectual que demonstra essa direção teórica é O Capital Financeiro, de Hilferding. Ao analisar o fenômeno da concentração econômica e da formação dos monopólios modernos, fundados na hegemonia do sistema bancário sobre o sistema industrial, que teria dado origem à formação de um capital financeiro, Hilferding mostra que o capitalismo estava entrando num estágio novo em que as relações mercantis mudavam de conteúdo na medida em que o sistema de preços e intercâmbio comercial estavam cada vez mais sob a hegemonia do capital financeiro. Fundado no monopólio, ele impunha ao conjunto da economia uma lógica

4. De acordo com a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil [CNA], o agronegócio alcançou participação de 26,6% no PIB do Brasil em 2020.

5. O presente texto foi recebido na forma Word diretamente do autor – via e-mail – para leitura base em vista às discussões nas aulas da Disciplina Tópicos Especiais: Economia Política do Mundo Contemporâneo ofertado no 2º semestre de 2015 no curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ. Deste modo destaco o ano de 2015 entre parênteses retos.

caracterizada pela administração de preços e por decisões de investimento globais, onde o lucro médio impunha-se sobre os interesses de cada ramo ou setor. O protecionismo e a política colonial são duas consequências destas mudanças que ocupam um papel importante na sua análise. Vemos assim que sua formação marxista o conduz a uma visão globalizadora e não o restringe ao universo das nações como base da reflexão teórica. (SANTOS, [2015b], p. 12).

Considerando esse entendimento, verifica a objetivação do capitalismo dependente e que as mudanças que por ora aparecem, na América Latina, por exemplo, são consequências das mudanças que ocorrem no centro do sistema atual, em especial nos Estados Unidos da América, Europa e países orientais como a China e o Japão⁶. A estratégia ideológica utilizada sistematicamente e que prevaleceu por muitos anos na defesa de que o desenvolvimento capitalista podia produzir resultados iguais em diferentes lugares, relacionado com sua potencialidade de amadurecimento e estágio em que estivesse, possibilitou o processo de dominação, ou pelo menos contribuiu efetivamente no processo de colonização. O “dilema econômico da América Latina consiste em que essa ótica burguesa não põe em questão histórica a *forma* do desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 2008, p. 49). Se elaboramos uma compreensão do sistema sem levar em conta as contradições e leis objetivas do movimento histórico, tratamos o processo de desenvolvimento e a forma capitalista, de forma idealizada.

No que concerne o processo no interior da América Latina, verifica-se que este entendimento hegemônico ganha força e legitimidade, tendo o crescimento do poder econômico de uma pequena burguesia no interior dos países, que logram certo êxito, mas sempre conformam suas ações e atuações no processo produtivo a partir dos interesses externos. No entanto, para o capital, estes aportes de dominação contribuem no processo

6. De acordo com o professor Theotônio dos Santos (2014) temos três formas históricas de dependência relacionais e cumulativas: 1- dependência colonial, 2- dependência financeiro-industrial e 3- dependência tecnológico-industrial. Notadamente, o agronegócio articula esses três processos de dependência conformando e implementando os fundamentos do desenvolvimento desigual e combinado.

de gerenciamento da luta de classes e da contradição entre o capital e trabalho nas relações produtivas que passam a se desenvolver no interior de cada nação. Considerando estas questões, verifica-se que o controle do mercado mundial e as possíveis vantagens crescentes na acumulação capitalista, dar-se-ão nas nações mais fortes e as condições objetivas de reprodução do capital mais desenvolvidas.

[...] os modelos de desenvolvimento podiam ser compartilhados com as economias periféricas. Na verdade, para que a colonização se realizasse ou para que a situação neocolonial e a situação de dependência produzissem frutos tornava-se imperioso compartilhar o modelo, pelo menos na medida e nos limites em que as economias coloniais, neocoloniais e dependentes teriam de engrenar-se com as estruturas e os dinamismos econômicos do centro ou centros dominantes. (FERNANDES, 2008, p. 50).

A reprodução desse processo se comprovou historicamente, demonstrando que por essa lógica, os países em situações coloniais, neocoloniais ou de dependência, não teriam e não tiveram condições de igualar ou superar os países centrais. Os casos dos Estados Unidos e Japão, que tiveram um desenvolvimento que possibilitou a levá-los à condição de países desenvolvidos, foi por motivos que não são intrínsecos a estas situações e têm a ver com a ruptura política contra elas e um processo de desintegração deliberado e intencional, como parte de um projeto a partir de cálculos econômicos racionais e em vista às razões de independência política (FERNANDES, 2008).

Considerando os aspectos fundantes do desenvolvimento econômico da América Latina de modo geral, vemos que as classes que ascenderam ao posto de dominantes, sobretudo tendo em sua constituição histórica um conjunto de privilégios, como vemos ao reconstituirmos (teoricamente) nossa gênese social e econômica, fizeram a opção político-econômica que lhes garantiriam um acesso mais fácil de implementar os seus interesses e fundamentalmente suas vantagens, colocando sempre em primeiro plano as soluções e formas econômicas oriundas do período colonial.

Estes aspectos estruturais, embora bem amarrados economicamente, não impediram o nascimento de um conjunto de ações políticas contrárias ao modelo. No entanto, como sabemos, as forças mobilizadas para lutar contra isso foram reprimidas, por sua vez desmobilizadas, por setores civis e militares como vimos nos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970 sobretudo, e mantidas sob as ‘rédeas’ do poder autoritário nos anos subsequentes. Tudo isso impediu que essa herança colonial desagregasse ou fosse superada.

[...] hoje é claro, sob o capitalismo monopolista e imperialista, que o desenvolvimento capitalista não oferecerá, por si mesmo, novas alternativas às nações latino-americanas que se encontram em situação neocolonial ou em situação de dependência. Elas poderão passar pelos estágios das economias centrais – e isso está ocorrendo nas principais economias e sociedades da região – mas esses estágios não poderão reproduzir os mesmos efeitos, porque o contexto histórico, a estrutura da economia, da sociedade e do Estado, são diversos sob a forma neocolonial ou dependente de desenvolvimento capitalista. O México, a Argentina, o Brasil, o Uruguai e o Chile, sem falar dos países que não romperam as barreiras neocolônias até hoje, por exemplo, indicam claramente tudo isto. (FERNANDES, 2008, p. 50-51).

As contribuições teóricas do professor Theotônio dos Santos (1977; 2015) ajudam na elucidação desses aspectos:

Foi sob esta orientação que realizei os meus estudos sobre a nova dependência e o processo de industrialização baseado no capital estrangeiro, que gerava uma nova fase da dependência econômica na qual o investimento externo se voltava, na América Latina, para o setor industrial dirigido inicialmente para o mercado interno. Mas chamávamos a atenção para a tendência deste mercado manter-se reduzido, como consequência da ausência de reformas essenciais à criação dos mercados modernos como a reforma agrária. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento industrial se fazia

na fase do monopólio capitalista mundial integrado, sob a forma das empresas multinacionais. Esta economia industrial surgia, assim, em mercados altamente monopolizados, concentrados e centralizados com implicações dramáticas sobre a distribuição da renda. Tudo isto levava a estabelecer sérios limites à expansão destes mercados. Daí se derivava a necessidade desse sistema mundial, cujas células eram as corporações multinacionais, buscar de maneira inevitável uma saída pela via da exportação de produtos industriais para os seus próprios mercados centrais. (SANTOS, [2015b], 34 – 35).

À luz desta perspectiva teórica, que expressa um entendimento mais dialético do movimento da realidade (econômico-política), é possível visualizar com mais clareza a evolução histórica contemporânea, superando a pretensa economia mundial como uma soma de capitais nacionais, esquecendo que há tendências e controles que estão baseadas num centro econômico mundial. É partindo desse pressuposto que vemos como recorte a consolidação da forma, da composição e da reprodução do capital no campo.

O modelo de agricultura altamente produtivista desenvolvido a partir dos países centrais, baseia-se no emprego de técnicas avançadas e em um elevado custo de produção compensado por amplos subsídios estatais. Estes subsídios causam profundas distorções no comércio internacional, na medida em que permitem que tais produtos sejam vendidos a preços mais baixos no mercado mundial, caracterizando uma situação de *dumping*⁷. Os países do Sul, cujas economias dependem em grande parte do setor agrícola, têm sido seriamente prejudi-

7. É uma prática comercial que consiste em uma ou mais empresas de um país venderem seus produtos, mercadorias ou serviços por preços extraordinariamente abaixo de seu valor justo para outro país (preço que geralmente se considera menor do que se cobra pelo produto dentro do país exportador), por um tempo, visando prejudicar e eliminar os fabricantes de produtos similares concorrentes no local, passando então a dominar o mercado e impondo preços altos. É um termo usado em comércio internacional e é reprimido pelos governos nacionais, quando comprovado. Esta técnica é utilizada como forma de ganhar quotas de mercado. (Wikipédia, a inciclopédia livre: acesso em 21/01/2016 as 17h22min). Esta nota não consta no livro de onde foi retirada a citação. Optou-se em registrar tendo em vista ser um conceito pertinente e elucidativo para a discussão aqui desenvolvida e sobretudo, pela afirmação da autora do texto citado.

cados nesse processo e têm reivindicado, embora ainda sem avanços significativos, a eliminação dos subsídios agrícolas em fóruns como a Organização Mundial do Comércio (OMC). (MARQUES, 2008, p. 54).

Nos últimos anos a economia chinesa em ascendência, se consolidou como um dos grandes produtores nas mais diversas áreas, incluindo a produção agrícola. Mas, vemos que os Estados Unidos e a União Européia dominam, em escala global a exportação de produtos oriundos do sistema agro o que demonstra que houve transformação no modelo de relações entre as economias do centro capitalista e as economias de periferia, que por muito tempo teve predominância.

Segundo Kuper (2007, p. 11), no início dos anos 2000, os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar no comércio mundial de produtos agrícolas, representando 19% do total, seguido de perto pela União Européia, com 17%. Vale lembrar que, nos anos 1970, a Europa importava grande parte dos principais produtos agrícolas que consumia e, hoje, apesar de ainda importar alimentos em grande quantidade, estes se restringem sobretudo a produtos específicos, como os de origem tropical. (MARQUES, 2008, p. 53-54).

O processo de domínio do capital busca sempre novas fronteiras para a sua reprodução, tanto em escala, quanto na especificidade da demanda. Estrategicamente isto envolve a ocupação da terra e do trabalho sob seu domínio que em seu movimento desenvolve uma contínua criação e re-criação de territórios de diversos tipos, paisagens geográficas ou “ordenações espaço-temporais⁸”. A territorialização e o movimento do capital é a globalização da terra, devido seu caráter imóvel.

[...] o território dos Estados modernos foi, por obra dos direitos individuais, dividido por sua vez em lotes de terras privadas [...], demarcados, medidos, destruídos e melhorados. Destruidos do ponto de vista dos animais, plantas e gentes

8. Para elucidar o conceito ver: HARVEY, David. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, (cap. 3).

coletivas, melhorados do ponto de vista da modernidade, expulsaram animais, plantas e gentes coletivas, transformaram a terra em local de produção de mercadorias, exclusiva para a acumulação da riqueza humana, local não permitido, sob pena de morte, para plantas e animais estranhos e daninhos à mercadoria produzida e não permitidos, sob outras penas, às gentes estranhas à produção (SOUZA FILHO, 2015, p. 11).

Corroborando com este entendimento, Santos (2014, p. 8-9)⁹:

As regiões menos avançadas tecnologicamente têm sido penalizadas por um perverso movimento duplo. Por um lado, a introdução desordenada de novas tecnologias e sistemas produtivos eliminaram setores de subsistência, não-monetarizados, que sustentavam significativas populações camponesas, como a produção tribal, o artesanato, o escambo, etc. Essas transformações conduziram a um êxodo – em ritmo sem precedentes – da população rural para regiões urbanas. Estas zonas urbanas não foram capazes, em geral, de prover meios materiais para estas novas populações criando uma vasta periferia da periferia, caracterizado pelo desemprego massivo, as enormes “tribos” de jovens sem perspectiva social, as atividades ilegais e criminais, o exercício crescente da violência e outras manifestações de anomia social.

Ao tratar do processo de desenvolvimento do agronegócio é tratar do processo de territorialização da lógica do capital. E neste sentido, deve-se levar em consideração a multidimensionalidade e a multiescalaridade do processo. Por muito tempo, ao discutir a teoria da acumulação de Marx no modo de produção capitalista (HARVEY, 2005), não se tratou como deveria a dimensão espacial, onde esse processo efetivamente se objetiva a partir de um conjunto de relações. A dimensão espacial não

9. Citação retirada do Plano de Trabalho do projeto de atividades do Professor Theotônio dos Santos (2014) como pesquisador visitante sênior escrito ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), apoiado pelo Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias (IFHT), e em acordo com a Cátedra e Rede da Unesco sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REGGEN). O Plano de Trabalho foi recebido diretamente do professor.

ficou evidente, é claro, nos escritos de Marx, quando apareceu foi muito sintetizado e/ou fragmentário, e por vezes, desenvolvido superficialmente. No entanto, se olharmos com radicalidade sua teoria, aparece o seu reconhecimento que a objetivação da acumulação capitalista ocorria em um contexto espacial e geográfico, influenciando e sendo influenciado pelos tipos específicos das estruturas geográficas compostas. Sendo o sistema capitalista dinâmico e inevitavelmente expansível, é expressão de processos revolucionários constantes que modificam a materialidade em que vivemos nas mais diferentes dimensões. Sem dúvida, essa incursão analítica – da teoria da acumulação – contribuiu para uma nova compreensão acerca da teoria da localização, tendo em vista que o epicentro do processo e suas dimensões está no centro das coisas, na mercadoria. Conjuntamente a isso, demonstrou que a apreensão teórica dos processos, possibilita fazer uma ligação, ou perceber o ‘elo de ligação’, entre o processo geral do desenvolvimento econômico com o entendimento e a explicitação objetiva das estruturas emergentes nas relações espaciais. Nas palavras de Harvey (2005, p. 41) vemos que:

Esse fato, ademais, exprime que tal análise de localização proporciona, ainda que de maneira limitada, um elo entre a teoria de acumulação de Marx e a teoria do imperialismo marxista – um elo que muitos procuraram, mas que ninguém, até agora, encontrou; em parte, devo dizer, porque se negligenciou o fator mediador da teoria de localização de Marx.

A forma de acumulação capitalista, assim como entendida por Marx (2006), se relaciona com as construções de entendimento acerca da estrutura espacial. Estes aspectos, são centrais para a compreensão das consequências de ocupação territorial feitas pelo processo imperialista de dominação. É com este entendimento que podemos compreender de forma mais completa o processo de evolução do capitalismo no campo, sobretudo através de sua lógica mais avançada que é o agronegócio.

Ao deslocar-se, o capital cria novas frentes de expansão e de exploração, de diferentes formas, alugando, comprando, ou no caso do Brasil, simplesmente ocupando terras e territórios que potencialmente são bases

estratégicas para o processo de reprodução e de acumulação do capital. Esta forma de avanço promove a mudança quanto ao uso e/ou regime de propriedade.

Nessa lógica, redimensionam-se também as relações do trabalho que é afetado de diferentes formas. Segundo Marques (2008, p. 55), há “a destruição das antigas relações de produção, precarização e crescente proletarianização dos trabalhadores, estímulo à mobilidade espacial, criação de uma variedade de formas de subcontratação do trabalho na unidade de produção familiar¹⁰.”

A União Européia a partir dos anos de 1990, através de sua Política Agrícola Comum (PAC), redimensionou um conjunto de medidas, mas fundamentalmente, adotou a redução de subsídios liberados diretamente à produção agrícola e passou a reorientar parte desses recursos, anteriormente específicos para a produção, para o incentivo e promoção de “um modelo de desenvolvimento rural mais sensível a questões sociais e ambientais”. (MARQUES, 2008, p. 54). O produtor/agricultor europeu passa a ter acesso a uma especificidade de recursos que visava e visa apoiar a forma de produzir, que leve em consideração, se respeite e se preserve mais a natureza, dando-o o *status* de ‘guardião da natureza’ ou promotor de processos sustentáveis. É a partir dessa tomada de posição que vemos na atualidade, que em muitos locais e em alguns países, desenvolveu-se critérios tanto para a utilização, quanto para a restrição de uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. No entanto, é notável que a possibilidade de garantir a aplicação de algumas dessas políticas, se dá sobretudo porque em algumas áreas, principalmente em países em desenvolvimento, através do agronegócio, a utilização de grandes áreas de terras, sementes transgênicas e insumos (adubos e agrotóxicos) não sofrem, ou enfrentam poucas restrições para a utilização. De acordo com MARQUES (2008, p. 54):

10. Um entendimento mais aprofundado sobre esta ideia de globalização da produção agrícola pode ser subsidiado por FRIEDLAND, William H. Agrifood globalization and *commodity* sistem. *International Journal of sociology of Agriculture & Food*, 12(1), p. 5-16, 2004.

Goodman e Watts analisam o impacto da reestruturação industrial na estrutura produtiva do sistema agro-alimentar e na reconfiguração do espaço rural europeus e norte-americano e contestam a frequente ênfase dada ao seu caráter homogeneizador. Eles afirmam que, para melhor compreender esta realidade, é necessário considerar as consequências analíticas das diferenças associadas com a produção e o consumo baseados na terra e seus significados para a morfologia agrícola dos dias atuais, marcada por uma crescente diversidade de arranjos locais e regionais, criados a partir de um grande número de tipos de agricultura (Goodman; Watts, 1994, p. 5)¹¹.

Nota-se nas últimas décadas, que na Europa, por exemplo, vem ganhando força uma tendência desenvolvimentista calcada basicamente em duas frentes: 1- o paradigma produtivista-exportador e, 2- uma agricultura sustentável e orgânica na tentativa de corresponder às demandas oriundas de um conjunto de consumidores mais exigentes e, obviamente, como poder aquisitivo maior, presentes no mercado europeu, haja visto que, estes produtos chegam ao consumo com valor mais alto. Do mesmo modo, nos Estados Unidos também tem ganhado importância o ‘multi-agriculturalismo’, expressão da “valorização de múltiplos processos produtivos como o convencional, o orgânico e outros”. (MARQUES, 2008, p. 54).

É importante destacar, que diferentemente dos países em desenvolvimento, nos países industriais avançados, a produção agrícola tem sua base na unidade de produção e no trabalho de base familiar, de diferentes formas, seja proprietária e operadora, arrendatária ou ainda como corporação familiar. Considerando os critérios do “Serviço Nacional de Estatísticas Agrícolas dos Estados Unidos, um estabelecimento agrícola é considerado de larga escala quando alcança U\$ 250.000/ano ou mais com a venda da sua produção”¹². Considerando estes aspectos verifica-se que

11. GOODMAN, David; WATTS, Michael. Reconfiguring the rural or fording the divide?: capitalista restructuring and the global agro-food system. *The Journal of peasant Studies*, 22(1), p. 1-49 oct. 1994.

12. Dados de 2008 disponível em <http://www.ers.usda.gov/briefing/wellbeing/>. (Citado em Marques, 2008, p. 55).

a produção agrícola, portanto, tem predomínio por unidades de produção que não podem ser consideradas de grande escala. De acordo com os dados do Departamento de Agricultura Americano – dados de 2006, por exemplo – “96% dos estabelecimentos agrícolas eram “Family farms” [...] e apenas 10% dos estabelecimentos, familiares ou não, podiam ser classificados como produtores em larga escala conforme o valor da produção”. (MARQUES, 2008, p. 55).

Embora os produtos oriundos da necessidade do capital, tanto como aquele que precisa ser produzido para servir o meio de produção – como tecnologias, máquinas e outras diversas inovações –, consolidam a **hegemonia da modernização do campo** e outras formas de produção e reprodução material em pequena escala ainda permanecem coexistindo ao avanço tecnológico dominante. De acordo com Marques (2008, p. 55) é possível verificar estes aspectos:

Em situações distintas, tanto nos países do Norte como nos do Sul, verifica-se a permanência e centralidade da unidade familiar na agricultura capitalista, o que impõe grandes desafios à reflexão teórica. Um deles é o de compreender as implicações decorrentes de sua forma específica de organização da produção, o que, entre outras coisas, tem permitido sua reprodução, mesmo que na condição de *price-taker*¹³, ou seja, sem poder para interferir na formação dos preços que produz.

A formação econômica do Brasil¹⁴, passa por um conjunto de estratégias adotadas na agricultura tendo no decorrer dos processos de desenvolvimento ocupado lugar fundamental. No entanto, cabe destacar que o modelo de produção esteve sempre embasado na grande propriedade da terra e está sendo utilizada para a desenvolvimento de monocultu-

13. Uma empresa ou mesmo um indivíduo, que não tem força suficiente na correlação de forças de mercado, não sendo, portanto, influente o suficiente para definir ou mesmo afetar o preço de um item. A maioria dos investidores, produtores e trabalhadores são tomadores de preço. Geralmente as empresas, ao colocar à disposição os seus produtos e ao adentrar nas relações de negócios, são forçadas a negociar com o preço definido pelo mercado. (Destaque meu).

14. Para compreender melhor esse processo: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

ras, desde o período colonial. Neste sentido vale atentar-se para os dados anteriores, que demonstram que a grande maioria da produção em países desenvolvidos ainda tem se mostrado forte nas unidades de trabalho familiar. Estes aspectos podem ser lidos como resultantes da política agrária adotada e das reformas agrárias implementadas em vista ao fortalecimento da economia interna, fato que o Brasil nunca tomou como projeto de desenvolvimento e, portanto, apostou e continua apostando na produção em grande escala.

A partir da década de 1960, com o incremento da expansão da fronteira agrícola, que começou desde 1930, e a implementação do Plano de Metas no governo JK, que possibilitou a concretização da industrialização no Brasil, uma nova agricultura de exportação foi implementada. O agronegócio ou *agrobusiness*, como é conhecida atualmente a agricultura de exportação, constitui-se num dos principais negócios das exportações brasileiras. Dentre os principais produtos da exportação brasileira [...], destacam-se a soja (moída, farelo e óleo), o milho, o café, a cana-de-açúcar, o fumo em folha e outros produtos agroindustriais, como a pecuária de corte (frangos e bovinos) e o suco de laranja. (GUIMARÃES & GUIMARÃES, 2005, p. 22).

Estas contradições objetivas que são tensionadas num processo de afirmação-resistência-negação do processo de desenvolvimento das forças produtivas, dão ao campo um espaço material também de manifestação das contradições e conflitualidades sociais. É neste sentido que as análises consideram que há um processo de “convivência contraditória” entre o agronegócio e a produção desenvolvida nas pequenas unidades produtivas ocupadas por camponeses e/ou diferentes povos do campo.

Ao reforçar a imagem do agronegócio como sendo o único ou mais relevante caminho possível para o incremento econômico, em detrimento da agricultura camponesa, tenta-se enfraquecer a luta pelo direito à terra e mobilizar a sociedade em favor dos grandes produtores. (MANSUR, 2008, p. 404).

Portanto, “O agronegócio é um novo tipo de latifúndio, e ainda mais amplo, pois agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento”. (FERNANDES, 2004, *apud* MANSUR, 2008, p. 404). Como já mencionado, o capital controla todos os sistemas – agricultura, indústria, mercado e finanças – do complexo, e também utiliza as formas de trabalho e a produção desenvolvida pelo campesinato de modo geral, como parte integrante do sistema agrícola.

As mudanças que ocorreram são concebidas, de maneira geral na sociedade brasileira, como um momento novo da agricultura em que o agronegócio hegemonizou um domínio cada vez mais crescente sobre as áreas de monocultivo de certos produtos (como cana-de-açúcar, soja, laranja, eucalipto, pastagens para o gado de corte, entre outros). Hegemonizou-se o consenso na sociedade, através de intensas campanhas ideológicas no sentido de legitimar a visão do senso comum de que o agronegócio, além de produzir comida, superou o antigo e atrasado latifúndio e opera através de modernas empresas que têm como foco a sustentabilidade e o compromisso com a responsabilidade social. (SANTOS, 2015a, p. 41).

Analisando o recorte brasileiro, vemos que a realidade com base na dinâmica e nos processos do agronegócio confirmam e materializam um novo patamar de sujeição financeira, tecnológica etc. incorrendo numa nova forma de reprodução e acumulação do capital a partir da periferia.

Agronegócio no Brasil e continuidade das condições de dependência

A caracterização do agronegócio como um modelo, algo ‘moderno’ nada mais é que um *continuum* – com similaridade espacial, e dominação ideológica – da lógica conservadora implantada e desenvolvida sob as bases da prática colonial que vigorou por muitos anos nos países colonizados. Como já apareceu em alguns momentos no texto, são vários os

aspectos que confluem – como por exemplo: o latifúndio, a monocultura e a produção em vista aos interesses dos países centrais – numa verdadeira *plantation*. (COSTA, 2018).

Considerado uma espécie de ‘modernização conservadora’¹⁵, mantém a estrutura fundiária brasileira a serviço hegemonicamente do interesse externo. Inclui-se também nessa definição política o processo de introdução de padrões tecnológicos que foram e são consumidos e os valores e conhecimentos que foram base do processo, incluindo na estratégia também a destruição dos valores e culturas que pudessem apresentar qualquer forma de resistência, através da famosa e redentora “revolução verde”, fortemente incentivada durante o período da ditadura civil-empresarial-militar.

Esse *modus operandi* no processo produtivo agrícola brasileiro, ganha novos contornos nas décadas de 80 e 90 do Século XX, trazendo em seu bojo um conjunto de contradições das mais diferentes formas, chegando ao ápice na atualidade conjugando vários aspectos e estratégias que envolvem correlações de forças, mas sobretudo, o apoio irrestrito do Estado Brasileiro. Constitui-se, portanto, numa fase que é mais complexa e desenvolvida, acolhendo as orientações e determinações internacionais, sobretudo no que diz respeito à divisão internacional do trabalho, da aplicação de tecnologias, e um conjunto de medidas que na prática correspondem às imposições da lógica monopolista e do avanço imperialista pelo mundo. (COSTA, 2018).

Entretanto, a lógica destrutiva do capital, na composição e na forma como opera o agronegócio no Brasil, oculta nas aparências o que é, de fato, a essência desse modelo. Se por um

15. Por trás e sob as franjas do avanço tecnológico empregado no campo, com aumento de produção de monocultura, se estabelece a mesma estrutura fundiária e várias relações de trabalho que foram estabelecidas desde o período colonial, e continuam fortemente presentes. Denominamos de modernização conservadora pelo fato, do agronegócio buscar garantir e expandir a hegemonia ideológica e política, deslocando a atenção de seu caráter fortemente concentrador, violento e predador, e constituindo no imaginário social uma ideia de modernidade pela intensa produção. Mas, como sabemos, o agronegócio, cada vez mais, intensifica a concentração de renda e de terras, destrói a natureza, gera desemprego, fomenta a grilagem de terras e utiliza – por vezes – formas de trabalho análogo ao trabalho escravo.

lado, há uma visão hegemônica das classes dominantes e do governo de que o agronegócio é o melhor caminho para o aumento da produtividade, para a participação no Produto Interno Bruto (PIB), para geração de superávit na balança comercial do país, levando assim ao crescimento econômico, por outro lado, o que se oculta nessas relações é o fato dele sustentar-se em fatores como a concentração do latifúndio; a destruição ambiental e, conseqüentes alterações climáticas; a superexploração do trabalho, escravo ou análogo; a ameaça às futuras gerações (como é o caso dos recursos hídricos) ou ainda, a diminuição das áreas de produção de alimentos, o uso de agrotóxicos e de transgênicos, a mecanização, o desemprego, entre outros. (SANTOS, 2015a, p. 42).

O pressuposto dessa lógica ao qual devemos compreender é que tal condição objetiva do modelo, hoje é resultante de vários fatores, mas sobretudo, de uma conjugação entre as condições objetivas estruturais de reprodução do capital e as condições objetivas conjunturais conformadas para esse fim. Podemos colocar nessa fórmula, as questões conjunturais que se estabeleceram no Brasil até e as novas estratégias de como opera o capital internacional (imperialista) em sua lógica de acumulação e de expropriação de riqueza dos países com economias dependentes¹⁶. Considerando a realidade brasileira, mas, fundamentalmente como acontece a ‘indução’ desse capital externo em nossa realidade (a partir dos interesses das economias centrais), vemos de maneira clara essa continuidade dependente.

Esse processo se insere dentro de uma geopolítica territorial que visa, às expensas dos países pobres ou *em desenvolvimento* (extração de mais-valia por meio de relações degradantes de trabalho, deterioração dos recursos naturais, obtenção de fundos públicos via subsídios e/ou renúncia fiscal), a ampliação da riqueza nos países de capitalismo avançado. Tal ofensiva, tem se instaurado por meio da aquisição de terras por parte de

16. De acordo com Marini (2014, p. 62) “Desta forma, a burguesia industrial latino-americana passa de um ideal de desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior”.

empresas estrangeiras, mas também por meio da produção de *commodities* em larga escala, especialmente em áreas de fronteiras agrícolas, como, no caso brasileiro, do vasto território da chamada *nova fronteira agrícola*, constituída pelas seguintes parcelas das respectivas Unidades Federativas: sul do Maranhão, sul do Piauí, sul do Tocantins e oeste da Bahia [...]. (XAVIER, 2017, p. 148).

Considerando o aspecto conjuntural brasileiro, vemos que há o aumento do comércio externo, mas também interno do álcool e do açúcar, por exemplo, produção esta que demanda objetivamente novas áreas de expansão da produção. O exemplo mais evidente nessa matriz produtiva é o caso do Estado de São Paulo. Considerando que o petróleo é combustível fóssil, altamente poluente e fonte energética finita, temos no caso da produção do álcool a correspondência à demanda da divisão internacional do trabalho, sem destacar o papel de outros produtos como soja e laranja, etc., que efetivamente modificam e dão as coordenadas fundantes da estrutura produtiva e do modelo de desenvolvimento para o campo.

Do ponto de vista da direção da política agrícola, temos a partir das últimas décadas um cenário propício considerando o fortalecimento da economia brasileira e a retomada do papel do Estado em desenvolver esse setor econômico.

[...]. Assim, a exportação do setor sucroalcooleiro no Brasil contou com forte atuação de empresas privadas que se associaram e redefiniram suas organizações de classe para participação econômica e política na sociedade civil, assim como no âmbito do desenvolvimento do Estado. Este se constituiu no principal aliado e financiador das demandas apresentadas, oferecendo excelentes condições de acesso aos recursos públicos e em montantes faraônicos, assim como atuando nas reformulações no código jurídico (Código Florestal) e na formulação de consenso na sociedade, especialmente através dos meios de comunicação de massa. (SANTOS, 2015a, p. 43).

Como vemos, esse conjunto de forças entrelaçadas demonstram o processo de dominação que as relações de (re)produção do capital vão estabelecendo. Sob os impulsos da acumulação de capital, um conjunto de fenômenos funcionais para esse processo, desenvolvem as condições de infraestruturas, sociais, jurídicas e políticas que sustentam esse processo de/em circulação¹⁷. Vários sistemas e subsistemas devem ser aprimorados e desenvolvidos para corresponder e sustentar as condições objetivas de avanço e reprodução do capital. Neste conjunto de sistemas podemos ver, por exemplo, como já mencionado anteriormente, os sistemas ambientais não-naturais, o sistema do arcabouço jurídico estatal, o sistema de transporte, o sistema educacional, o sistema da gestão pública, o sistema financeiro, entre outros. (COSTA, 2018).

Emergindo desse *modus operandi*, vemos também a estreita e cada vez mais fortalecida relação do agronegócio com as Universidades, principalmente públicas, sejam elas federais ou estaduais e centros de pesquisa – vemos o caso Embrapa¹⁸. Há um processo de imbricação orgânica – tendo em vista que não há um controle social da natureza e das razões das pesquisas desenvolvidas nestes espaços – onde acontecem muitas pesquisas de interesse privado sob encomenda. A relação entre o geral (sistema global) e o particular (a produção de *commodities* no campo) e os

17. As diferentes formas de investimentos e frações do capital [privado ou como fundo público] desenvolvem interrelações em sua estrutura e com os seus objetivos principais de acumulação. Ou seja, os agentes da produção definem a constituição dos processos e circuitos verticais do capital, e também circuitos espaciais de produção e reprodução desses capitais. São colocados em movimento as fontes de financiamento (fundos financeiros), relações de poder (político-econômicos), estratégias práticas e fluxos que conformam a operação da produção que tipificam tanto no espaço como no resultado os princípios da dependência nos países em desenvolvimento. O que se vê na modernização do campo (através do agronegócio), são as interrelações capitalistas das frações do capital que se juntam sob um interesse comum incidindo em efeitos combinados em dimensões [trans] escalares e multidimensionais. Neste sentido, vemos a ‘interrelação capitalista do agronegócio instituindo correlações entre Corporações Globais [do agronegócio, do alimento [fome], das sementes, dos agrotóxicos] – Poder Econômico [fundos financeiros [mercados de futuro, como soja, boi gordo, café, etc.]] – Novas Territorialidades como expressão da construção e territorialização do espaço de reprodução do capital [estoques de terras] – Estado e Poder Político [conformando as possibilidades jurídico legais e financiamento] – Meios de Comunicação, Judiciário, Logística de Transporte, Trádings’ (PESSANHA, 2019).

18. Criada em 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, é uma instituição pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

conhecimentos necessários, e que incide na cotidianidade das instituições de pesquisa, é bem traduzido no entendimento destacado pelo professor Theotônio dos Santos (2014, p. 11):

A revolução científico-técnica possibilita e até exige uma produção em escala global, ela conecta a produção à ciência pura e à pesquisa de ponta, diversifica os mercados em termos de qualidade, condições locais de demanda e oferta, e une a acumulação de capital ao desenvolvimento econômico, social e político. Os fatores tecnológicos têm um papel central no sistema mundial, impondo novas divisões internacionais do trabalho de acordo com cada novo padrão tecnológico que se impõe historicamente.

Ou como discutiu Richta (1972, p. 17):

Na medida em que, desde há algum tempo, o homem permite que os produtos de seu trabalho, operem como forças naturais, com a consequência da retirada da força de trabalho humano dos processos diretos de produção, entra na produção uma força bem mais potente da sociedade humana: a *ciência como força produtiva*, em toda a sua acepção, que opera na base de uma total cooperação social. [...]. Hoje em dia, a ciência está penetrando em todas as fases da produção e gradualmente assume o papel de força central da humanidade e, de fato, assume o papel de “fator decisivo” no desenvolvimento das forças produtivas.

Assim como o modo de produção capitalista geral, o agronegócio tem se mostrado tecnologicamente dinâmico. Este aspecto além de desenharem uma ocupação espacial típica – muitos aparatos tecnológicos de um lado e, por outro, pouca gente, poucos postos de trabalho, paisagem unidimensional, sem (bio)diversidade, etc. – tem sido a expressão inquestionável de uma ideologia do progresso e de sua inevitabilidade como modelo. (COSTA, 2018).

Outro aspecto importante a tomarmos nota, refere-se à luta de classes. Obviamente por todas estas questões anteriormente destacadas, as

contradições materiais fazem emergir também as lutas sociais – frutos desse processo histórico –, significativamente representadas pelos movimentos sociais do campo de base popular nas últimas décadas¹⁹. Tem sido notável que o agronegócio buscou uma rearticulação, ou uma “articulação de novo tipo” de suas organizações base de classe, tendo em vista a implementação de seus interesses. O poderio de influência nas decisões políticas de algumas entidades que já existiam foi rearticulado. Vemos por exemplo, o fortalecimento do Conselho Nacional de Agricultura (CNA) e também de suas estratégicas articulações com o governo, sobretudo na influência do direcionamento político e das políticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério de Ciência e Tecnologia e Ministério de Minas e Energia. Além disso, surgem outras várias organizações e lócus de concepção e organização de estratégias político-técnicas. Vemos o surgimento do Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa), a União Nacional da Indústria Canavieira (Única) e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), entre outros. (COSTA, 2018).

De fato, há um sistema em funcionamento articulando condições econômicas, políticas, tecnológicas e de conhecimento, que consolidam um ‘super’ poder na dimensão da estrutura e da superestrutura. Estão prontas e cada vez mais fortes as condições objetivas, legais e subjetivas – especificamente na expressão da racionalidade estatal²⁰ – para um processo de dominação interna, e, também, a possibilidade e facilidade de expansão de algumas monoculturas de interesse, sob a égide do capital internacional instigando o processo de produção das *commodities*.

19. Tendo por objetivo fazer a discussão mais estrita do agronegócio, fez-se a opção em não discutir em maiores detalhes o papel extremamente significativo na luta social e política protagonizada pelos Movimentos Sociais do Campo nestes últimos anos, destacadamente: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), entre outros.

20. Destaca-se as condições objetivas e subjetivas de dominação na racionalidade estatal, que favorecem a lógica do agronegócio porque, embora entendamos que objetivamente no processo produtivo do campo haja uma subalternização do campesinato, mas subjetivamente vemos que não há uma dominação simples e pura, haja visto toda luta empregada contra o latifúndio feito pelos Movimentos Sociais, conforme já mencionado.

[...] consiste na construção e instalação de novas unidades produtivas, as quais são controladas por empresas multinacionais desde o momento da produção até a circulação. Estas empresas realizam pesquisas sobre terras férteis, sobre a fertilidade das sementes e transgenia, mapeamento de novos mercados, aquisição ou arrendamento de áreas produtivas, preparação do solo, aplicação de insumos: sementes, adubos, agrotóxicos, colheita, investimento em máquinas, armazenamento loteamento nos portos e aeroportos para instalação de estrutura de armazenamento e carregamento, investimento em frotas, *marketing*, consultorias, investimentos em ações, associações com bancos, indústrias, etc. Para isso, disputam as melhores fatias de terras férteis, em clima adequado, com boa infraestrutura e mão de obra disponíveis, bem como investimentos públicos do Estado, próximo aos grandes centros, sempre em articulação política e aliança com outras empresas estratégicas, dentre elas, as que monopolizam os meios de comunicação em associação com o capital internacional, com destaque para as “*joint ventures*”²¹ e as fusões. (SANTOS, 2015a, p. 44).

O contexto econômico-político, histórico-geográfico e a expressão do capital através da ocupação dessas áreas – físicas e estratégicas, como vemos – no campo representa, o que Harvey (2005, p.132) chamou de “triplo imperativo da produção, mobilização e absorção do excedente de capital e da força de trabalho”. O que temos ainda, é um processo de esvaziamento e envelhecimento do campo o que representa, em certa medida no Brasil, os resquícios de acumulação original, forçando muitos camponeses a se tornarem trabalhadores nos centros urbanos. Devido à ausência de políticas que fortaleçam formas alternativas de produção no campo, ainda temos cotidianamente o processo de migração da força de trabalho, excedente ou sem condições objetivas de se reproduzir, do campo para a cidade. (COSTA, 2018).

21. Nota minha: Expressão de origem inglesa que significa a união de empresas (duas ou mais) com a finalidade de realização de uma atividade econômica comum em/por determinado tempo. As motivações para o projeto comercial podem ser várias, mas a mais comum é o aumento do lucro.

Assim, a produção de *commodities* – destacadamente no Brasil, a soja, a cana de açúcar, a laranja, o eucalipto e, em menor escala, o pinus – ganham espaço, tanto no território material, quanto na opção política (território imaterial). Tipificam, portanto, uma modernização produtiva de produtos agrícolas e agropecuários, que em síntese expressa o processo de continuidade dependente dos interesses corporativos e do capital internacional.

No tocante à economia brasileira, dada a correlação de forças políticas e econômicas consoantes ao desenvolvimento de demais economias dependentes associadas, foi engendrado o fenômeno por Marini, denominado de subimperialismo. “O que se colocou assim foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde, na verdade, a um subimperialismo ou a uma extensão indireta do imperialismo norte-americano [...]” (MARINI, 2000, p. 70).

Com efeito, infere-se que o agronegócio consiste no elemento central de reprodução não apenas do imperialismo das economias centrais sobre a economia brasileira, mas também de reprodução de seu subimperialismo, asseguradas as devidas divergências com o chamado subimperialismo que se consolidou nos tempos da ditadura. Senão vejamos: conforme relatório publicado pela Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), intitulado *State of commodity dependence 2014* houve, de 2010 para 2013 um aumento do número de países dependentes de exportações de *commodities*. Em 2010 eram 88 países, passando para 94 países em 2013.

Conforme a UNCTAD (2016), são considerados países dependentes de suas economias primárias aqueles cujas pautas de exportações contenham, em mais de 60%, esse tipo de produto. Ainda conforme o relatório, considerando dados para o período 2012/2013, a dependência de exportações de *commodities* por parte dos países latino-americanos perfazia o seguinte quadro: Argentina (67%); Belize (89%); Bolívia (96%); Brasil (65%); Chile (87%); Colômbia (83%); Costa Rica (24%); Cuba (74%); El Salvador (29%); Equador (93%); Guiana (92%); Guatemala (62%); Haiti (11%);

Honduras (55%); México (25%); Nicarágua (65%); Panamá (50%); Paraguai (91%); Peru (88%); República Dominicana (38%); Suriname (95%); Uruguai (77%) e Venezuela (85%). (XAVIER, 2017, p. 152-153).

A primarização da economia e das exportações globais é o atestado de dependência entre nações. Uma série de fatores permitem inferências que conformam uma natureza de desenvolvimento desigual e combinado, portanto, de dependência. As assimetrias entre exportação e importação demarcam bem esse processo desigual. Como já mencionado, a produção primária no caso da economia brasileira, é responsável pelo maior percentual das exportações. Ou seja, respondem por mais de 60% das exportações.

Por outro lado, os principais produtos importados pela economia brasileira, são produtos com maior valor agregado devido as bases de ciência e tecnologia incorporadas. A exemplo, de acordo com Xavier (2017, p. 153)²², vemos:

[...] no período de janeiro a maio de 2016 foram: medicamentos para medicina humana e veterinária (4,51%); partes e peças para veículos automotores e tratores (3,45%); óleos brutos de petróleo (2,43%); automóveis de passageiros (2,09%); circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos (2,03%); compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas (1,89%); naftas (1,74%); óleos combustíveis (óleo diesel, *fuel-oil*, etc.) (1,73%); circuitos impressos e outras partes para telefonia (1,67%); instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, etc. (1,54%); partes de motores e turbinas para aviação (1,52%).

Como vemos no exemplo, esses produtos por apresentarem base técnica e tecnologias de ponta, asseguram intercâmbio favorável no conjunto de mediações comerciais aos países de capitalismo avançado. Estes elementos permitem-nos observar e compreender que os países aos quais exportamos nossos produtos primários são aqueles que são beneficiários pe-

22. Dados retirados pelo autor citado em 10 de maio de 2016 do banco de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Serviços.

las nossas demandas de importação de bens de capital e bens de consumo duráveis. “Nestes termos, é que o agronegócio brasileiro configura, dada uma assimetria na divisão internacional do trabalho e uma dinâmica econômica orientada segundo as exigências do capital financeiro, uma nova lógica de dependência” (XAVIER, 2017, p. 155). Pois, até mesmo insumos para a produção no agronegócio – como sementes, agrotóxicos, adubos, maquinários, etc. dependemos dos países de capitalismo avançado.

O que se materializou com a história continua acontecendo, apesar das conflitualidades. Há uma contínua expulsão de diferentes povos do campo de seus territórios, expropriação dos trabalhadores rurais com pequenas unidades de produção, quilombolas, ribeirinhos, indígenas. Ou ainda, a prática de fixação de empresas e/ou grandes produtores – que medeiam as relações de dependência – em territórios pertencentes à União continua fortemente sendo utilizada, sem deixar de destacar a forma de grilagem – ainda presentes – de áreas de terras.

Ao acompanhar o movimento do real e as contradições inerentes aos processos de expansão do sistema agro (do agronegócio), vemos uma junção do interesse de ocupação de novas áreas e uma espécie de ‘válvula de escape’ frente às resistências – mesmo que pequenas – dos movimentos sociais e comunidades tradicionais do campo. Temos, portanto, o adentramento e a territorialização do agronegócio nas florestas – com a destruição destas –, como temos verificado em tempos recentes o caso da Amazônia como uma nova potência em vista a aumentar a fronteira agrícola, sem contudo, levar em consideração o enorme impacto ambiental que vem ocorrendo.

Considerações finais

O caminho teórico-reflexivo percorrido elucida alguns aspectos que dimensionam a base real da economia brasileira. Já enunciado no tema, vemos que os aspectos conjunturais analisados, tanto em âmbito global como no âmbito nacional, são a aparência, mas coincidente com a essência, alicerçada em uma base estrutural, extremamente dinâmica,

nos ‘moldes conservadores’ que articula de maneira dialética, um Brasil ainda dependente das economias centrais, sobretudo no que diz respeito ao tema aqui estudado. Portanto, ainda um capitalismo periférico. De outro lado, o que aparece como expressão do avanço, a modernidade alcançada, aquilo que deve ser buscado, o horizonte a ser seguido que dá a identidade da geopolítica brasileira, nada mais é do que o capital em escala globalizada, objetivando o processo *continuum* do imperialismo e do processo monopolista, por um lado, e por outro, da continuidade dependente do Brasil frente as potências econômico-políticas.

O processo descrito demonstra que nessa base real, podemos então apenas esperar, pelo menos por enquanto, a consolidação de uma cotidianidade social com as piores consequências advindas dessa lógica de expansão e de acumulação do capital. As possibilidades de uma reforma na estrutura agrária que de fato coloque no horizonte, uma reestruturação da economia agrícola e do território, cada vez mais encontra linhas limítrofes, tendo em vista a associação da burguesia interna com os processos de acumulação induzidos pelas economias dominantes. Essas condições objetivas alimentam e nutrem o círculo vicioso historicamente presente, onde se estruturaram e continuam a estruturar as desigualdades sociais numa realidade bárbara (como efeito combinado) tanto no espaço rural, quanto no espaço urbano. A partir da análise, podemos inferir a relevância analítica das teses sobre o imperialismo, bem como da perspectiva teórico-analítica marxista da dependência, com as quais nos torna possível a compreensão dos fundamentos que estão na base dos intercâmbios de mercadorias entre as economias em desenvolvimento (ou dependentes) e as economias de capitalismo avançado.

A expressão moderna do agronegócio manifesta na tecnologia, nanotecnologia, máquinas modernas, sementes transgênicas, insumos químicos etc., traz consigo as necessárias relações de complementaridade, que por vezes até apreendemos como contradição, mas que na verdade são nutrientes de sua reprodução. Como já destacado, vemos o trabalho (em grandes latifúndios) análogo ao trabalho escravo. Ou seja, a priorização de objetivos que não incluem os seres humanos, etc. Faz parte da dinâmica de relação entre moderno e atraso. Como bem destaca Santos

(2015a, p. 45), “Aquilo que é tido como o seu contrário, na realidade o alimenta: [...]”.

Se observamos a materialidade socioeconômica na atualidade e o avanço da modernização no campo e ao apreciarmos os aspectos fundantes desse avanço de modernização, vemos presentes estas questões aqui abordadas, ao responder aos seguintes questionamentos: 1- Onde e como ocorre o trabalho escravo moderno? 2- O que causa a destruição ambiental através da prática predatória? 3- Quem faz a defesa da privatização da água? 4- Como ocorre e quais são as causas da morte da biodiversidade? 5- Como ocorre e pelo qual custo se dá a concentração da terra? 6- Como se dá a exploração do trabalho humano nas cadeias produtivas? 7- Quem explora os recursos minerais e naturais e para que fim? 8- Por que ocorre o avanço notório dos monocultivos sobre as áreas tradicionais de produção de alimentos e em áreas dos povos originários e tradicionais? (COSTA, 2018).

As relações estabelecidas e as práticas concretas que fomentam e permitem o avanço da globalização da economia, como o caso do agronegócio, demonstram que, se considerarmos as referências territoriais para a análise, vemos que os Estados Nacionais (dependentes), “cederam, em nível supranacional e, mais ou menos voluntariamente, parte de sua soberania” (BORDA, 2005, p. 64).

Portanto, existe uma relação de continuidade da dominação na “essência” do agronegócio que remonta ao período da colonização tendo em vista a centralidade da produção de *commodities*. Continuamos, de modo geral a produzir e ceder ‘matérias-primas’ para os países de economia central-dominante o que reconstitui ‘*pari passo*’ os mecanismos pelos quais permanece e se perpetua a dependência (econômico-política). A fração de classe da burguesia brasileira (a elite agrária, por exemplo), são representantes ‘natos e associados’ do capital estrangeiro e, portanto, subordinam os interesses nacionais aos interesses estrangeiros dos países dominantes e das grandes corporações, nos processos de produção, reprodução e acumulação do capital. (COSTA, 2018).

Se consideramos como matrizes analíticas, as razões e os sentidos do trabalho, a relação homem-natureza, os processos de produção no campo, a formação humana, a formação social, entre outros aspectos, a partir do entendimento das ‘mediações de primeira ordem’, vemos que a materialidade tem demonstrado que o agronegócio, embora com aparência de moderno é na verdade sinônimo e materialização do que há de mais atrasado e conservador.

Como efeito, esses processos têm ocorrido sob a égide da reconfiguração da relação entre ‘centro-periferia’ ou entre ‘países com capitalismo avançado-países com capitalismo atrasado’. São as estratégias geopolítico-territoriais que expressam a implementação do novo imperialismo e a continuidade dependente. Cumpre registrar, portanto, que este processo imperialista e dependente [ao menos no caso brasileiro], tem se moldado mediante os imperativos e condições indutoras do capital financeiro e sob a hegemonia do agronegócio.

Referências

BORDA, Orlando Fals. Globalização e Segunda República. In.: SADER, Emir (CoordEd). Cadernos de **Pensamento Crítico Latino-Americano** (2). São Paulo: Expressão Popular/Clacso Livros, 2008. (p. 61-69).

COSTA, Joaquim G. **Soberania Alimentar: Dimensões material, prático-política e utópica e contraposição à [des]ordem do sistema agroalimentar**. Tese de Doutorado. UERJ, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e Agronegócio da Laranja nos EUA e Brasil. In.: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (p. 45-69).

FERNANDES, Florestan. Reflexões sobre as “Revoluções Interrompidas” (Uma rotação de perspectivas). In.: SADER, Emir (CoordEd). Cadernos de **Pensamento Crítico Latino-Americano** (2). São Paulo: Expressão Popular/Clacso Livros, 2008. (p. 45-59).

FRIEDLAND, William H. Agrifood globalization and *commodity* sistem. **International Journal of sociology of Agriculture & Food**, 12(1), p. 5-16, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

- GUIMARÃES, Carlos Gabriel; GUIMARÃES, Elione. Agricultura de Exportação. In.: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (p. 21-23).
- HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. 2ª edição. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- HARVEY, David. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MANSUR, Douglas A. Imagens da resistência do campesinato no Brasil e na Bolívia. In.: FERNANDES Bernardo M. (org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (p. 403-424).
- MARINI, Ruy M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2014.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Pág. 49-78).
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PESSANHA, Roberto M. **A “indústria” dos fundos financeiros**: potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- RICHITA, Radovan. **Economia Socialista e Revolução Tecnológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.
- SANTOS, Selma de Fátima. A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In.: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (org.). **Questão Agrária, cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015^a, p. 40-63.
- SANTOS, Theotônio. **Imperialismo e corporações multinacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SANTOS, Theotônio. **Pesquisador Visitante: Plano de Trabalho (PPFH/IFHT/REGGEN)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.
- SANTOS, Theotônio. **Sistema Econômico Mundial: Gênese e alcance teórico de um conceito**. Texto recebido diretamente do autor na forma Word. UERJ: [2015b].
- SOUZA FILHO, Carlos F. Marés de. Prefácio. In.: TÁRREGA, Maria C. V. Blanco; SCHWENDLER, Sônia F. (org.). **Conflitos Agrários: seus sujeitos, seus direitos**. Goiânia: Editora da PUC/Goiás, 2015. (p. 11-13).
- XAVIER, Glauber L. Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro. In. **Argumentum**., Vitória, v. 9, n. 2, p. 147-160, maio/ago. 2017.

Desenvolvimento rural sustentável: dimensões material-natural e político-prática

Luzinéia Grosselli

Introdução

O desenvolvimento do presente artigo visa responder a uma problemática de pesquisa constituída por questões que visam responder que elementos são centrais para podermos pensar e construir processos e políticas de **desenvolvimento rural sustentável** com produção econômica e socialmente justo. Neste sentido, dar-se-á centralidade no recorte de pensar o **desenvolvimento rural sustentável**, a partir da importância prática da agroecologia, da biodiversidade, das políticas públicas de incentivo à produção. Consideramos a primeira, como a mediação prática transformadora, a segunda e a terceira como potencialidades para a materialização e a expressão das condições objetivas para se cumprir o **desenvolvimento rural sustentável** em sua multidimensionalidade e multifuncionalidade¹.

A questão da agroecologia, da biodiversidade e das políticas públicas têm ocupado espaço fundamental nas discussões teóricas acerca de processos de **desenvolvimento [rural] sustentável**. Sobretudo, porque essa condição natural-material é cotidianamente atacada e destruída pela lógica do modo de produção que busca o desenvolvimento das relações

1. Considero a perspectiva trabalhada por Carneiro e Maluf [2005]. De acordo com os autores “A noção de multifuncionalidade da agricultura se colocou no cenário internacional a partir de um debate técnico-operacional no âmbito da União Europeia, e mais especificamente, na França, associado a medidas de apoio ao pequeno agricultor – aquele cuja produção agrícola não é tida como importante em termos mercantis. [...]. A trajetória da noção de multifuncionalidade da agricultura aparece também associada ao debate internacional acerca das ‘considerações não comerciais da agricultura’, no âmbito dos acordos agrícolas da Organização Mundial do Comércio, em contraste com a primazia quase absoluta conferida aos aspectos mercantis do comércio agrícola”. [CARNEIRO; MALUF, 2005, p. 43].

de [re]produção do capital como última instância. Por outro lado, numa perspectiva contra-hegemônica, a reconstituição e a valorização da biodiversidade, de políticas públicas [que incluem e diversificam a produção agrícola], apresentam-se como condição essencial para possibilitar as mediações objetivas de processos de desenvolvimento rural sustentável² que integre a sustentabilidade social e natural, a reprodução da condição natural biodiversa com a reprodução de uma condição humana justa com desenvolvimento socioeconômico social e inclusivo.

Neste sentido, o presente artigo visa debater a temática dando centralidade na relação entre os fundamentos teórico-conceituais dos temas imbricados [Agroecologia e políticas públicas [como mediações], biodiversidade e desenvolvimento rural sustentável [como resultantes dos processos de desenvolvimento]], considerando a interação e intersecção entre ambos.

De posse dessa intencionalidade, buscar-se-á aprofundar a ideia central de que não há como pensar e objetivar o desenvolvimento rural sustentável sem a garantia de preservação e fortalecimento da diversidade e das bases da vida, portanto, da biodiversidade³. Também, entende-se que é estratégica a implementação de políticas públicas que tenham

2. O conceito de desenvolvimento sustentável é constituído em sua capacidade explicativa no contexto [objetivo-material] e de evolução das discussões e elaborações teóricas relativas e resultantes das contradições entre o propalado crescimento econômico e a conservação da natureza, sendo esta, em si, uma contradição externada pela crise ambiental e a demarcação da ideia dos limites do crescimento econômico. Ou seja, as condições naturais e as matérias-primas não são infindáveis e, portanto, o planeta, não é infinito. Com essa lógica de desenvolvimento baseado no lucro do capital, o esgotamento dos recursos [necessários para a reprodução do capital], e, portanto, para a manutenção da vida no planeta, são a maior certeza. Não, obstante, o conceito de desenvolvimento sustentável é polissêmico e em permanente disputa. Fundamentalmente, tem ganhado significância também pela incorporação no debate capitalista acerca do desenvolvimento. Ou seja, [o desenvolvimento é o substantivo, e o sustentável é o adjetivo do processo que tem sido utilizado para renovar o caráter predatório e colonizador do desenvolvimento com uma [pseudo] promessa civilizatória [SILVA, 2012]]. Contudo, substancialmente, outras perspectivas também utilizam o conceito de desenvolvimento sustentável em seu sentido e potencialidade contra-hegemônico como os autores e defensores da agroecologia, dos ecossistemas e agroecossistemas sustentáveis, da diversidade biológica, que incorporam condições objetivas de resistência e permanência com condições de sustentabilidade numa temporalidade duradoura, articulando a relação recíproca entre o humano e a natureza em sua constituição de interdependência e interação. Obviamente que, para este escrito, tomar-se-á este significado último.

3. Dimensão material-natural do desenvolvimento rural sustentável.

no horizonte o fortalecimento da multifuncionalidade da agricultura⁴. É a ideia já defendida por diversos autores, como por exemplo, Howard [2007], Gliessman [2001], Altieri [2009], Long e Ploeg [2011], que debatem as ameaças à natureza que o modelo de desenvolvimento implementado pela agricultura de grande escala e de monocultura trouxe e continua implementando, impossibilitando, também e de igual maneira, o desenvolvimento social inclusivo e justo. Ou seja, verifica-se que a conexão existente entre a biodiversidade, culturas diversas e saudáveis, animais saudáveis, são as condições que incorporam e garantem, um desenvolvimento integral com humanos saudáveis e saúde ambiental. Este entendimento ainda necessita ser reconhecido, divulgado e valorizado em nosso tempo [Howard, 2007].

Assim, é a tentativa de demarcar teoricamente que a agricultura, a agroecologia e o desenvolvimento sustentável, a biodiversidade, são as expressões do reconhecimento da natureza e da história natural sistêmica dos processos de produção de alimentos, de energias, de habitats que se equilibram com equidade, e da superação das condições relacionadas com a justiça social, com a viabilidade econômica, com a saúde ambiental e humana, bem como, com as condições objetivas que possibilitam aos diferentes setores da população, distintos povos, diferentes gerações – como integrantes de uma totalidade orgânica, multidimensional, mas objetivamente interrelacionadas – determinarem seus processos e formas de produção e reprodução da existência.

É a tentativa de fazer a crítica acerca das razões e das formas pelas quais o metabolismo natural e social vem sendo controlado, explorado e tensionado pelo modo de produção do capital, ao tempo que, se busca inserir e apresentar alternativas de outras razões e outras formas de processos [socio]metabólicos de produção e reprodução social.

A defesa da biodiversidade como patrimônio da humanidade [como um [socio]metabolismo interessado à classe trabalhadora], dos processos

4. Dimensão político-prático do desenvolvimento rural sustentável. Além disso, é uma condição potencializadora para a pluriatividade no meio rural, nos termos de Schneider [2009], como veremos no item ‘a necessidade histórica do debate e da materialização dos processos produtivos com desenvolvimento rural sustentável’.

produtivos e de processamentos saudáveis e sustentáveis, da agroecologia, são elementos necessários e urgentes na história atual. Considera-se neste entendimento de biodiversidade como a variabilidade entre seres vivos de diferentes origens [complexos ecológicos, origem terrestre, marinha, ecossistemas terrestres e aquáticos], sem ter sofrido interferências humanas. Esta concepção deve ser combinada – neste contexto de discussão –, com a concepção externada por Santilli [2009] que entende ser a biodiversidade – em linhas gerais – mais associada à existência e presença de animais e plantas silvestres – condição objetiva e real dos elementos naturais que o compõem –, e menos, como apenas consciência, pauta e luta a favor da diversidade biológica e genética produzida na agricultura a partir da ação humana [agrobiodiversidade ou biodiversidade agrícola]. Ou seja, esta última percepção é de extrema importância, contudo, não suficiente.

Deste modo, vemos que é uma temática [acadêmico-política] de fundamental importância para o momento histórico atual e tem ganhado força, sobretudo, pela capacidade explicativa de entender a correlação e interconexão entre a biodiversidade espontânea e a biodiversidade cultivada, tendo em vista que ambas as formas são complementares entre si.

A discussão acerca da agroecologia, da biodiversidade e da política pública e contribuição desses elementos, para o desenvolvimento rural sustentável na atualidade, é resultante das condições e imposições reais trazidos pelos processos destrutivos e insustentáveis de produção. Sabe-se que historicamente a biodiversidade e o desenvolvimento rural sustentável foram negligenciados pelas políticas [públicas], órgãos públicos, legisladores, juristas, entre outros, e que na atualidade, esta questão adentrou às grandes pautas dos movimentos e organizações sociais – fundamentalmente os[as] de base popular e que vivem da terra, do território – e que tem possibilitado uma ampliação do significado enquanto pauta estratégica para um novo paradigma de desenvolvimento, bem como, do próprio conceito.

Portanto, o desenvolvimento deste artigo, parte dessas e de outras premissas na tentativa de compreender a relação, a interconexão e a intersecção entre a agroecologia [como possibilidade material para garantir a

biodiversidade], política pública e o ‘desenvolvimento rural sustentável’ como principais potencialidades para uma perspectiva de desenvolvimento que oportunize processos multidimensionais e multifuncionais na agricultura, bem como, por consequência, a correlação e a coevolução do humano com a natureza.

Desenvolvimento rural sustentável e importância da agroecologia, da biodiversidade e da política pública em sua caracterização multidimensional

Os processos de produção agrícola no sentido de cultura praticada no campo que envolvem técnicas, tecnologias, espaços, trabalho [vivo e morto] e objetivos da produção vegetal e animal estão em contínua linha evolutiva desde a sua origem até a atualidade. As práticas originais [também conhecidas como produção tradicional], ou fase inicial da agricultura, foram ‘atropeladas’ pelos processos de produção agrícola que ganharam força [material] com a introdução das evoluções científicas e tecnológicas⁵. Como sabemos, esta prática, conhecida como agricultura convencional implementou efeitos nefastos para a sustentabilidade dos biomas, dos aspectos ambientais, sociais e econômicos⁶.

5. “Quebra-se a relativa autonomia rural. A indústria aos poucos se apropriou de atividades relacionadas à produção e ao processamento. Esse processo foi chamado de apropriação. O apropriação envolvia a produção de adubos químicos para substituir o emprego da matéria orgânica, a motorização e mecanização na substituição da tração animal e trabalho braçal, e a produção de sementes melhoradas, através da engenharia genética a partir das descobertas de Mendel, na substituição da seleção e produção de sementes” [ARL, 2008, p. 157 [grifos do original]]. Ainda de acordo com Santos [2015, p. 49], “[...], a modernização proposta ficou conhecida como “modernização conservadora”, porque manteve a estrutura agrária brasileira com base na concentração da terra em latifúndio, na exploração do trabalho e trouxe consigo problemas e consequências desastrosos devido ao modelo tecnológico, como é o caso dos agrotóxicos, do adubo sintético, da transgenia, das nanotecnologias, bem como alterações naturais do solo e ambiente”.

6. De acordo com Harvey [2011, p. 7] “O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. [...]. Compreender o fluxo do capital, seus caminhos sinuosos e sua estranha lógica de comportamento é, portanto, fundamental para entendermos as condições em que vivemos”.

Concordando com Primavesi [1992] são muitos os efeitos nocivos que a produção convencional trouxe para a sociedade. A tecnologia agrícola convencional, em escala global, leva à ruína e retira as condições de produção de existência, de médios, pequenos agricultores e povos tradicionais. É notória a dependência de subsídios, de alta tecnologia, de insumos, etc., desse modelo de produção⁷. É, portanto, uma agricultura não sustentável em suas diferentes dimensões. Ou seja, as condições de sua reprodução imediata [em alta escala], pressupõe a destruição das bases sociais [de pequenos produtores, agricultores familiares, camponeses e povos tradicionais], e das bases orgânicas-naturais, necessárias para a longa temporalidade da fertilidade e das condições de produção natural. É um processo insano de produção de autodependência constante de outras e novas bases tecnológicas, para garantir ‘fertilidade’ artificiosa – fundamentalmente petroquímica –, acumulação, fluxo de gastos e insumos, e rotação de monoculturas.

O que está claro sobre tudo isso é que a relação com a natureza tem duas vias em que os caprichos e contingências das mudanças evolutivas que ocorrem naturalmente são correspondidos pelos caprichos e contingências das situações sociais, econômicas e políticas que definem tanto o significado quanto a relação com a natureza. Barreiras à acumulação se dissolvem perpetuamente e se reformam em torno da questão da chamada escassez natural e, às vezes, como Marx salientou, essas barreiras podem ser transformadas em contradições e crises absolutas [HARVEY, 2011, p. 74 – 75].

7. É o que expressam Carneiro e Maluf [2005, p. 43] que “A dependência excessiva ao mercado – a ênfase no caráter produtivista da agricultura familiar – teria desvirtuado algumas funções essenciais da agricultura familiar na sua relação com a sociedade, tais como: a preservação do meio ambiente em determinadas áreas; a articulação do agricultor e de sua produção com os aspectos culturais e sociais do território em que está inserido, como por exemplo, a manutenção de um modo de vida e de produzir, a segurança alimentar das famílias produtoras, a preservação ambiental e a manutenção do patrimônio cultural [estilos arquitetônicos das casas, manifestações culturais etc.]; a oferta de emprego rural”.

São as formas em que ocorrem a ruptura metabólica⁸ entre o humano-natureza. Ou seja, o ser humano ontologicamente constituído pela civilização hegemonicamente impulsionada pelas relações do capital, parece motivado por uma oposição, por uma contrariedade da existência humana como lhe foi originada e atribuída. Ou seja, ele deseja substituir por condições, ou por algo, produzido por ele mesmo [ARENDT, 2005]. A exemplo disso, é a própria concepção de fertilidade que foi aos poucos mudando das bases naturais [organicamente ricas], para as bases artificiais e petroquímicas.

É partindo dessa realidade e em oposição a esta lógica fundamental e consumidora dos recursos naturais, que há a dedicação de autores [cientistas], no desenvolvimento de modelos analíticos e produtivos mais sustentáveis para a agricultura. São oriundos, desses processos que temos diferentes proposições interativas que vão desde o modelo biodinâmico, agricultura orgânica, até a agroecologia como base técnica-científica, prático-teórica e sociocultural. Estas possibilidades e potencialidades se apresentam como ‘germes do novo’, fundantes e fundamentais para processos de transição nas bases produtivas na direção da sustentabilidade que resguarda, fortalece e potencializa a diversidade biológica ou a biodiversidade em sua complexa potencialidade.

A perspectiva de desenvolvimento aqui fortalecida é correspondente aos objetivos de ultrapassar os elementos meramente de crescimento econômico. Ou seja, é a condição de um desenvolvimento social e a garantia de acessos aos direitos sociais, civis e humanos em sua integralidade. Este processo é que demarca objetivamente que valores como justiça social, equidade, igualdade, liberdade, solidariedade sejam resultantes da perspectiva de desenvolvimento. Como bem destacam Gregolin et al [2019, p. 54] “Casado, Navarro e Gusman [2000] dão conta de que o

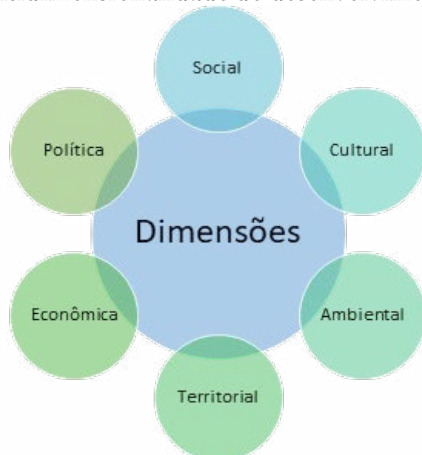
8. É o estranhamento do homem frente a natureza. Há uma ruptura da essencial interdependência entre ambos, mas, fundamentalmente, uma negação da dependência da natureza, enquanto espécie aplicada pelo humano. Neste sentido, “[...] na medida em que o afastamento da existência humana da natureza se realiza, necessita-se aumentar o nível de artificialização para poder continuar vivendo, afastando-se cada vez mais da ciência da vida e exercendo uma vida dominada pela ciência. Interrompem-se os ciclos e segmenta-se a teia da vida, e gastam-se fortunas com tecnologias e produtos para sustentar a vida nesta condição” [ARL, 2008, p. 161].

desenvolvimento é ampliação das potencialidades, sejam biológicas ou socioculturais, as quais podem ser observadas de maneira qualitativa [questões energéticas] ou quantitativa [crescimento]”.

Vemos, portanto, que o desenvolvimento rural sustentável é em si multidimensional. E sua condição de fortalecimento será garantido, não só pelas bases materiais-naturais sustentáveis, mas, sobretudo, porque interpela processos de desconstrução ideológica, do paradigma e da lógica da racionalidade do modelo hegemônico de produção. São exigências para abrir novos caminhos a uma perspectiva de desenvolvimento que envolva produtividade, mas que esta, esteja alinhada às questões ecológicas, produção diversificada, cultura local valorizada e respeita, bem como, processos democráticos de relações sociais.

Concordando com Gregolin et al [2019, p. 55], “[...], é manifesto a múltipla dimensão do desenvolvimento sustentável para a reconstrução e transformação da sociedade contemporânea”. Assim, com base nas elaborações de Sachs [2009], Gregolin et al [2019], expõem os critérios e caminhos, que possibilitam o alcance à sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões. De acordo com a discussão são apontadas que a multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável é composta pelas dimensões: social, cultural, ambiental, territorial, econômica e política, como podemos observar na figura 1.

Figura 1 – Multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável



GROSSELLI: UFFS/PPGADRS/2021

Vemos, portanto, que a caracterização, a identidade do desenvolvimento rural sustentável é multidimensional, sendo a dimensão econômica uma das partes e não a única e fundante condição para a definição e caracterização do paradigma de desenvolvimento a ser implementado.

A necessidade histórica do debate e da materialização de processos produtivos com desenvolvimento rural sustentável

A necessidade do debate e da busca por implementação de processos produtivos que levem em consideração a busca e a implementação do desenvolvimento rural sustentável e que subsidie a compreensão num sentido mais amplo dessa relação de interdependência e coevolução humana na natureza⁹, é uma imposição histórica. É oriunda das contradições materiais e sociais que foram se intensificando ao longo do tempo pelas formas de produção adotadas no modo de produção do capitalismo. Como já demonstrado, a lógica sistêmica de desenvolvimento do capital – que é por si mesma destrutiva – impulsionou, além dos processos de destruição da natureza e da biodiversidade, modelo de desenvolvimento unidimensional, políticas públicas [hegemônicas sob essa égide], com essa espécie de ruptura metabólica entre o ser humano e a natureza de modo geral.

É a partir dessa percepção e entendimento que na atualidade faz-se necessário reconhecer a imposição objetiva para a necessidade de busca das condições que possam construir as possibilidades para o desenvolvimento rural sustentável e, portanto, criar as condições objetivas para a superação dessa ruptura metabólica¹⁰.

9. Aplica-se o conceito de [Natureza] em seu sentido ampliado que incorpora a imensa diversidade, tanto geográfica, quanto das formas de vida existentes, incluindo também a infinita complexidade dos ecossistemas interligados e interdependentes.

10. A humanidade e seus traços civilizacionais são constituídos pelo uso e transformação da natureza. É neste sentido que defendo a ideia de que a forma de utilização da natureza é que demarca a estrutura e o *modus operandi* da própria sociedade e seu modo de produção hegemônico.

Instituente dessas possibilidades estão interconectados, a necessária busca de condições para garantia da sustentabilidade, e, de maneira mais radical, para a reconstituição das bases da vida [com biodiversidade], as grandes pautas como a agroecologia, o desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da agricultura camponesa. São grandes processos de mediação [e travessia]¹¹ para essa nova realidade intencionada, tanto produtiva, quanto de organização e de ordenamento social, potencializando, inclusive a pluriatividade no meio rural.

Schneider (2009) discute e traz elementos importantes sobre as mudanças na forma de ocupação no meio rural e o crescimento de diversas atividades aos pequenos agricultores, destaca que a própria modernização técnico-produtiva da agricultura é o primeiro fator de pluriatividade, seguido por processos de terceirização e crescimento da prestação de serviços no meio rural, aparecendo um terceiro fator que relaciona-se à queda crescente e continuada das rendas agrícolas, surgindo também um outro fator de grande importância que refere-se às mudanças nos mercados de trabalho, aí a pluriatividade aparece como resposta à certas políticas de desenvolvimento rural, que estimulam atividades não-agrícolas no meio rural tais como o turismo, as pequenas e médias indústrias, a preservação ambiental, entre outras políticas. Outro fator que estimula a pluriatividade é ser uma característica intrínseca da agricultura familiar.

É no interior dessas grandes dimensões de processos mediadores [agroecologia, desenvolvimento sustentável, agricultura camponesa, políticas públicas, etc.] que podem ocorrer os essenciais equilíbrios interativos entre humano-natureza. Ou seja, é através dessas mediações prático-materiais que se vislumbra e se ressignifica a agricultura como processo produtivo compreendida como uma [co]produção, articulando os elementos sustentáveis e demarcando o essencial no encontro objetivo e transformador entre o social e o natural¹². É neste sentido que podemos

11. Aplica-se estas categorias de mediação e travessia em um sentido de historicidade projetada e como processos materiais, sociais e políticos que são fundantes para as potencialidades de transição de uma condição a outra ou de um paradigma de desenvolvimento a outro, desde que resultante de uma intencionalidade programática.

12. De acordo com Harvey [2011, p. 67] “A construção da relação com a natureza como

entender, que o processo produtivo desenvolvido pela agricultura camponesa, pelos povos tradicionais podem ser entendidos como uma contínua interação, de respeito, de interdependência e, fundamentalmente, de transformação mútua entre humanos e a natureza.

Como bem destaca Ploeg [2016, p. 60]:

“Pessoas” e “natureza” são entidades diferentes. No entanto, são combinadas na prática da agricultura, que envolve a construção do devido equilíbrio que precisa atingir diversos objetivos. Ele deve oferecer uma produção suficiente (que permita “viver da terra”). Mas também precisa reproduzir a natureza, preferencialmente enriquecendo-a. Usar e transformar a natureza também implica pessoas capazes de lidar com diversidade, incertezas e caprichos.

A forma como uma sociedade compreende e transforma a natureza constitui os meios e confere o sentido tanto da forma e concepção de desenvolvimento, quanto, da relação entre o humano e a natureza. Em outras palavras, dá a identidade do controle metabólico [natural] como um todo. Esses pressupostos demonstram que essa relação consciente de interdependência e de coprodução, ressignifica o social e o natural potencializando as condições objetivas para os processos sustentáveis socioeconômicos ao longo do tempo e, por consequência, de um desenvolvimento rural sustentável e, também de uma relação de coevolução humana com a natureza.

Carneiro e Maluf (2005) colocam que:

Ao ampliar o olhar sobre a agricultura para além de suas funções meramente produtivas, a noção de multifuncionalidade resgata a percepção do caráter multifacetário da família rural para além da sua condição de produtora de bens agrícolas, o que nos levaria a falar de “família rural” ou, mais provocativamente, de “família camponesa”. Ao privilegiar a família em

inerentemente dialética indica uma série de possíveis transformações nos comportamentos humanos bem como um processo de evolução natural, incluindo a produção humana da própria natureza, que torna essa relação dinâmica e perpetuamente aberta”.

suas complexas relações com a sociedade, a noção de multifuncionalidade incorpora à análise certos fenômenos que se inscrevem em diferentes domínios do universo social e que, normalmente, não são levados em conta pelas análises econômicas dominantes.

Esta consciência integradora foi aos poucos apresentando e desenvolvendo [elementos teórico-científicos e práticas sociais e de produção] alternativas substanciais para resistir, enfrentar e até mesmo superar as condições degradantes e formas unilaterais de processos de desenvolvimento. Essa criação e/ou reconstituição de possibilidades – além de estar associada às aspirações de resistência e emancipatórias do campesinato – permite o crescimento e o desenvolvimento ‘de dentro’, com imperativos endógenos, não dependentes, ou pouco dependentes de forças e insumos exógenos [externos e artificiais].

Neste sentido, a agroecologia em suas diferentes dimensões incorpora e potencializa germes [de elementos novos] para os desafios sociais, políticos, econômicos, científicos e educacionais, enfrentados na sociedade, em especial no campo.

A agroecologia, portanto, é condição material para a biodiversidade por articular conhecimento e práticas que tem como fundamento a sustentabilidade dos ecossistemas e agroecossistemas. A agroecologia como matriz científica potencializa a interação entre conhecimento, processos produtivos e perspectiva de desenvolvimento trazendo os elementos fundantes para essa necessária nova relação ecológica e relação produtiva sustentável. Ao mesmo tempo, partilha e constitui elementos práticos de novas condições e relações sociais e econômicas entre os seres humanos, na direção de um novo devir histórico e de projeto de sociedade.

As políticas públicas também são fundamentais para esse processo. São elas que podem garantir as condições para a implantação do desenvolvimento rural sustentável. Ocorreram mudanças importantes na caracterização de políticas públicas de incentivo à produção agrícola familiar e camponesa. Pelo menos nestas últimas três décadas percebeu-se

avanços na implementação de políticas direcionadas ao setor agrícola que incorporam a pequena unidade de produção¹³.

Esses elementos, além de resignificarem a relação Sociedade-Estado, também fortalecem a discussão acerca do desenvolvimento rural sustentável, em sua dimensão político-prático. Não só pela criação de programas e políticas, mas também, e sobretudo, pelo reconhecimento da pequena produção agrícola enquanto necessária e importante, como pelo reconhecimento desses sujeitos sociais que vivem do trabalho no campo. Além disso, também pela inserção de espaços administrativos dentro da racionalidade estatal, como foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria da Agricultura Familiar, por exemplo.

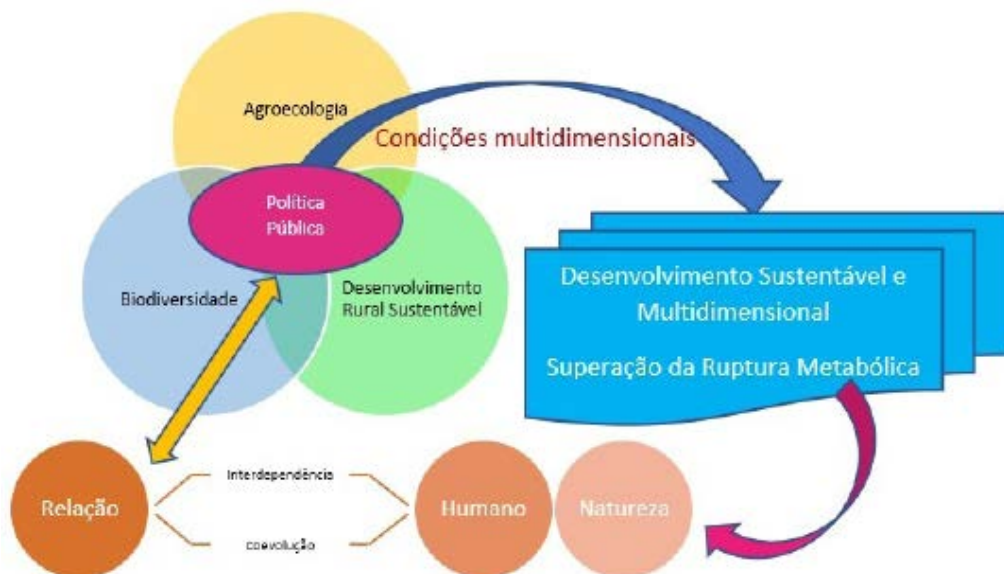
Constitui, portanto, de maneira prático-política um conjunto de potencialidades para inserir no debate dos paradigmas de desenvolvimento, as condições de considerar de modo prático a multidimensionalidade do desenvolvimento rural sustentável como destacado anteriormente.

Trata-se, portanto, de desenvolvimento rural sustentável e da condição de uma nova identidade e experiência de coevolução – de produção e reprodução da existência – que [re]insere a espécie humana como parte na natureza [reafirmando a identidade originária como espécie, que aos poucos foi sendo deixada de lado], associada a uma nova perspectiva de ciência e a uma nova identidade sociopolítica. É, portanto, a constituição de uma fusão, de uma interconexão de um projeto de sociedade com os processos necessários para esse fim, sendo, a agroecologia, a política pública as mediações práticas fundamentais e dimensões estratégicas para um outro projeto civilizacional com desenvolvimento sustentável e mul-

13. São exemplos dessas políticas, planos e programas, para citar apenas alguns, que de maneira direta ou indireta potencializaram novas experiências e formas de produção no meio rural: PAA [Programa de Aquisição de Alimentos], PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], PLANSAN [Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional], PNSAN [Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional], PBSM [Plano Brasil Sem Miséria], PLANAPO [Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica], PNAPO [Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica], PNAN [Política Nacional de Alimentação e Nutrição], PNRA [Plano Nacional de Reforma Agrária], PRONERA [Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária], PRONARA [Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos], P1MC [Programa Um Milhão de Cisternas], e outros[as].

tidimensional. É muito mais do que meramente estratégia de resistência e sobrevivência no campo. É uma importante estratégia e uma importante tarefa para a reconstituição e construção de uma nova ordem social e organizacional da vida humana, bem como de uma nova forma de controle sociometabólico, como podemos visualizar na figura 2.

Figura 2 – Desenvolvimento Sustentável, Política Pública e Controle Sociometabólico



GROSSELLI: UFFS/PPGADRS/2021.

Esse equilíbrio relacional prático entre humano e natureza é a compreensão de que há uma coprodução resultante da ação prática interven-tora do humano sobre a natureza, mas que se completa apenas com a ação natural das condições de reprodução da própria natureza. Ou seja, num sentido de desenvolvimento [rural] sustentável o que há é o encontro e a interação [interdependente] entre o social e o natural.

Portanto, a interação entre pessoas e natureza está sempre sendo reconstruída. As mudanças de um nível de intensidade para o seguinte ressaltam que as práticas agrícolas são social-mente construídas e frisam a contínua transformação dos ajustes sociais e dos padrões ecológicos [...].

O equilíbrio entre pessoas e natureza é o primeiro que precisa ser considerado em qualquer análise da agricultura contemporânea. Isso por causa das diversas desconexões criadas entre agricultura e ecologia que resultaram na escalada de uma crise ambiental. [PLOEG, 2016, p. 64 – 65].

A espontaneidade da vida é por natureza ‘biodiversa’. A produção monocultural só é possível por um controle violento através das tecnologias criadas para esse fim, dos processos de reprodução natural. Neste sentido, a sustentabilidade ou a insustentabilidade ao longo do tempo, é de maneira direta correspondente à relação recíproca entre pessoas e natureza e, por sua vez, correspondente à forma que se estabelecem os processos produtivos. Assim, alcançar as condições de interação [interdependente] e o equilíbrio correto entre o socioeconômico e o natural é uma crescente preocupação e, por que não dizer, um desafio [prático-material] imposto para a atualidade.

A perspectiva e a pertinência do desenvolvimento rural sustentável e socioeconômico [multidimensional e multifuncional] a partir desses princípios

Repensar, reconstituir e desenvolver as condições práticas para a sustentabilidade e para o desenvolvimento sustentável é o grande desafio e a grande demanda civilizacional para o momento. Quando se trata de sustentabilidade [ou de desenvolvimento rural sustentável], não estamos trabalhando apenas nas dimensões econômico-produtivas, mas, fundamentalmente para além dessas, incorporando os elementos ambientais, políticos, sociais, culturais, científicos, entre outras, e, portanto, as bases materiais [de fertilidade natural, de diversidade natural, etc.] que garantam a efetividade dos processos de produção das condições socioeconômicas para a existência, conservação da natureza e construção das relações sociais justas e emancipadoras.

É neste sentido que entendo que a perspectiva e a pertinência do desenvolvimento socioeconômico com desenvolvimento rural sustentável a partir desses princípios e pilares fundantes discutidos anteriormente, reconhece, incorpora e traz as condições que proporcionam estabilidade, autonomia econômica, pouca dependência de interesses exógenos e justiça social, para os produtores camponeses, ou seja, que vivem da atividade produtiva rural. Neste sentido, a garantia da sustentabilidade e da autonomia da produção camponesa, pressupõe o acesso à biodiversidade como fonte de recursos e insumos variados, bem como a diferentes políticas públicas¹⁴, como vimos anteriormente. A articulação dessas fontes e recursos através do conhecimento e das tecnologias limpas e técnicas não danosas ou violentas nos processos produtivos são imprescindíveis para a realização do desenvolvimento rural sustentável em suas múltiplas dimensões. Garantir bases naturais-materiais e sociais e fortalecer a agricultura camponesa como mediação, expressa o que bem destaca Arl [2008, 161]:

[...] é uma estratégia importante para o desenvolvimento sustentável, com repercussões para toda a sociedade, pois esta tem uma relação de multifuncionalidade que vai muito além da produção de alimentos, tendo:

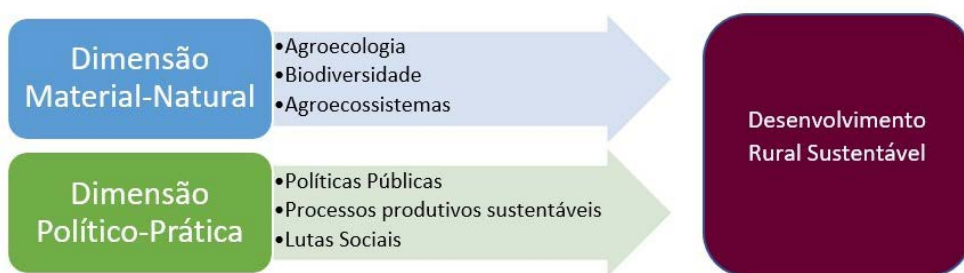
- O campo como produtor de alimentos numa visão estratégica quanto à segurança e soberania alimentar;
- O campo como gerador de trabalho e renda;
- O campo como guardião da biodiversidade;
- O campo como conservador do meio ambiente;
- Enfim, o campo como modo e forma de vida.

14. Compreendendo a noção sobre política pública, a partir de estudos de Fouilleux [2011; 2003], estipulada por Grisa e Schneider [2014, s/p.], “[...], como a materialização das ideias em instrumentos e na organização geral da política pública. Trata-se dos instrumentos que tornam efetiva a ação do Estado a partir das diferentes representações de mundo e de problemas públicos construídos pelo conjunto de atores envolvidos na elaboração das políticas públicas. Este referencial é objeto de negociação permanente entre os protagonistas das trocas políticas, sendo suscetível de inclusões, recortes e transformações em função das relações de força e dos objetivos políticos dos diferentes atores envolvidos na construção da política pública”.

Esse processo é que demarcará a transição de perspectivas de desenvolvimento. De um paradigma de desenvolvimento que vê a natureza e os recursos naturais como potencialidade para a acumulação de lucros, para uma perspectiva de desenvolvimento que considere a natureza e os recursos naturais como potencialidades para garantir a produção e reprodução da vida socioeconômica de maneira sustentável. Ou seja, é a condição de construção de estilos de desenvolvimento com processos sustentáveis, no médio e longo prazo¹⁵.

Como resultado da aplicação desse princípio de economia política [de desenvolvimento socioeconômico e de desenvolvimento rural sustentável] ter-se-á realidades sociais, agriculturas de base ecológica, formas de produção que atenda aos requisitos de considerar na totalidade de sua identidade aspectos culturais, preservar recursos ambientais, apoiar a participação política e a práxis social das pessoas, desenvolvendo canais de diálogos com o poder público e obter resultados econômicos e de sustentabilidade, favoráveis ao conjunto da sociedade. Estas são condições que viabilizam as mediações práticas e os processos de travessia como mencionado anteriormente. Para um melhor entendimento, a figura 3 traz as dimensões do desenvolvimento rural sustentável bem como suas mediações práticas.

Figura 3 – Dimensões do desenvolvimento rural sustentável e suas mediações práticas



GROSSELLI: UFFS/PPGADRS/2021

15. Nesta concepção “A sustentabilidade é, em última instância, um teste de tempo: um agroecossistema que continua produtivos por um longo período de tempo sem degradar sua base de recursos – [...] – pode ser dito sustentável” [GLIESSMAN, 2001, p. 565].

Essa perspectiva de desenvolvimento socioeconômico [sustentável], sob o ponto de vista da articulação de elementos fundamentais [como a agroecologia, a biodiversidade, as políticas públicas integradoras das dimensões do desenvolvimento, sob o pressuposto da relação de interdependência entre o homem e a natureza], constituirá e fortalecerá uma ciência que tenha uma compreensão holística, multidimensional [tendo seus conteúdos dados pelas bases materiais] onde essa forma de conhecimento contribuirá com a manutenção do desenvolvimento rural sustentável de maneira integrada, articulando diferentes aspectos e dimensões, tais como: a] preservação da biodiversidade biológica e cultural; b] reconhecimento e utilização do conhecimento popular e da cultura da população local; c] produção de insumos para consumo e de produção [interno]; d] diminuição gradativa da dependência de ‘pacotes’ tecnológicos comerciais [vinculantes da acumulação de capital para os países centrais]; e] uso e produção de recursos renováveis locais e acessíveis; f] desenvolvimento de tecnologias limpas e eficientes.

Do ponto de vista socioeconômico e do desenvolvimento rural sustentável, é a constante busca de condições e rendimentos duráveis e resistente ao tempo [a longo prazo], através do manejo e do uso de tecnologias ecologicamente adequadas e de relações de intervenções sobre os bens naturais com consciência da preservação de suas condições de reprodução e manutenção como fonte de recursos para o desenvolvimento de práticas produtivas diversas.

Conclusão

Ao considerarmos o corpus analítico do presente artigo podemos definir que a sua composição buscou de maneira articulada e relacional discutir alguns dos grandes pilares fundamentais para o **desenvolvimento rural sustentável**. Desse modo, constitui-se uma análise que traz questões relevantes e alguns elementos derivados que envolvem a agroecologia, a biodiversidade, a política pública como pilares fundantes e ins-

tituintes dos processos produtivos e das condições materiais, naturais e sociais para o desenvolvimento [rural] sustentável.

Neste sentido, como descrito no título do artigo, buscou-se compreender o desenvolvimento rural sustentável em suas dimensões material-natural e político-prático. Assim, no desenvolvimento da análise vimos que o desenvolvimento rural sustentável pressupõe essas condições gerais.

Em relação às dimensões material-natural obtém-se a compreensão de que só é possível pensar em desenvolvimento rural sustentável combinando nessa base material modelos e formas de produção econômica que garantam a preservação das bases naturais, como por exemplo, a preservação ambiental, a manutenção das suas condições de fertilidade e produtividade. Além disso, ter a biodiversidade como possibilidade resultante e expressão das condições objetivas para se implementar processos de desenvolvimento rural sustentável.

Esta concepção que dá a identidade dessa dimensão necessária é resultante do entendimento de que o desenvolvimento rural sustentável deve ser tomado no seu significado conceitual ampliado e não intra-sistêmico. Como mencionado anteriormente o conceito de desenvolvimento rural sustentável é polissêmico e é disputado pela racionalidade hegemônica oriunda do modo de produção do capital. O que tratamos neste trabalho é a concepção que entende o desenvolvimento rural sustentável para além do *modus operandi* da lógica reprodutiva das relações meramente econômicas e centradas nos lucros produtivos. O que está subjacente à lógica hegemônica, quando trata de desenvolvimento sustentável, é um mascaramento dos interesses e a possibilidade de integrar ou reintegrar uma racionalidade ecológica ideológica interessada que sirva como um 'remédio' que ataca os sintomas e não as causas da destruição ambiental e das bases da vida necessária para produção e reprodução da natureza.

Assim, essa dimensão material-natural deve ser resultante de alternativas e a expressão do desenvolvimento rural sustentável que vai além das resolutivas para diminuição de impactos centrados apenas nas questões econômicas e técnicas e coloca na centralidade a dimensão ecológica

inerente aos problemas ambientais. É a partir deste último pressuposto que se passa a pensar em processos produtivos e de desenvolvimento sustentáveis.

É perceptível portanto que para pensarmos em desenvolvimento rural sustentável, devemos pensar na tarefa de transição de modelos de desenvolvimento. Neste sentido, embora seja uma necessidade histórica sabemos que não é uma tarefa fácil se considerado o modelo hegemônico de produção agrícola de exportação que vem sendo implantado e fortalecido, fundamentalmente no Brasil. Para corroborar com essa demanda modelos alternativos de produção devem ser fortalecidos.

Neste aspecto, dentre várias possibilidades, ganham centralidade, a Agroecologia como proposta e enfoque científico destinado a apoiar e viabilizar os processos de transição de paradigmas de modelos desenvolvimento. Por exemplo, de uma agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis. Essa mediação prática tem no horizonte a constituição de uma base material-natural que de fato garanta a constituição dos processos almejados para a manutenção da biodiversidade e, por consequência, da consolidação do desenvolvimento rural sustentável.

Em relação às dimensões político-práticas do desenvolvimento rural sustentável, têm a centralidade na Política Pública interessada a essa forma de produzir em grande escala diversificada e com sustentabilidade. Conclui-se, portanto, que há a necessidade de fortalecimento de políticas públicas com esses objetivos. Na atualidade é possível verificar a subalternidade das políticas destinadas à pequena produção diversificada, se comparada com as políticas para produção de grande escala. Embora houve reconhecido avanço neste setor nas últimas décadas [quando se fala de políticas públicas], vemos que ainda são insuficientes para poder mediar praticamente os processos de transição de modelos produtivos. É, sobremaneira, a expressão das relações de forças contraditórias que estão presentes na sociedade civil e que se expressam na racionalidade estatal. Como sabemos, a luta pelo poder e pelas pautas é que definem a identidade e a formulação das políticas públicas e sociais.

Em linhas gerais, esses dois pilares que fundamentam esta análise teórica são os aspectos fundantes e as condições de mediação prática para a constituição do desenvolvimento rural sustentável.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ARENDT, A. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2005.

ARL, V. Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e co-evolução humana na natureza. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. [org.]. **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, [p. 155 – 168].

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. multifuncionalidade da agricultura familiar. In.: BOTELHO FILHO, F. B. [org.]. **Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial-contribuições ao debate**. BRASÍLIA: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, vol. 5, n. 17, 2005, 168 páginas, capítulo 3, p. 43-58.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos agroecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

GREGOLIN, G. C.; et al. Desenvolvimento: do unicamente econômico ao sustentável multidimensional. In.: **PRACS: Revista Eletronica da Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> - Macapá, v. 12, n. 3, p. 51 – 64, dez. 2019.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 supl. 1 Brasília, 2014.

HARVEY, D. **O enigma do Capital e as crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOWARD, S. A. **Um testamento agrícola**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J. D. V. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In.: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. [org.]. **Os atores do desenvolvimento rural: práticas produtivas e processos sociais emergentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 06 – 26.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PRIMAVESI, M. **A agricultura sustentável**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, S. de F. A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In.: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. [org.]. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015, [p. 41 – 63].

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In.: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ VALLE, L. [org.]. **La pluriatividade en el campo latino-americano**. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, v.1, p. 132 – 161.

SILVA, C. E. M. Desenvolvimento sustentável. In.: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. [org.]. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular: 2012, [p. 204 – 209].

“Índios de Guarapuava” ou “Caingang”¹: uma breve etnografia do século XIX

Cristiano Augusto Durat

[...] mostravam-se simultaneamente lhanos, porém de difficil tracto, por não haver conhecimento da sua linguagem[...] (LIMA,2000, p.59)

Este terreno é dividido em duas chapadas, formando a superior e proxima aos campos de Guarapuava a região dos pinheiros, e a inferior a dos palmitos-molles, q. principia dés léguas além do já mencionado Campo do Chagú e oferece mtas. posiçoens vantajosas p. colonias-agricolas, igualmente no sertão ao Norte deste mesmo campo, é habitado o terreno por Índios de várias tribus=coroados, botucudos, inimigos uns dos outros, a quem dão reciprocamente o nome de Caingang. (ARAÚJO, 1857, p. 5).

Quando se pesquisa em documentos do século XIX, é recorrente encontrarmos palavras como “selvagem”, “bárbaro” e “indômita fera”, fazendo referência às populações indígenas, especialmente, para aqueles grupos mais resistentes aos processos de invasão de seus territórios tradicionais, sejam elas por iniciativa particular ou como política de estado. Grande parte dessa documentação foi escrita por autoridades civis, militares e religiosas, quando tinham que elaborar seus relatórios, escrever atas, apresentar memoriais descritivos ou através de correspondências

1. Documentos do período analisado trazem a escrita do nome “Caingang” com ‘C’. Entretanto, adotamos a convenção da Associação Brasileira de Antropologia que orienta a escrita com ‘K’ em substituição ao ‘C’.

onde teciam suas impressões, insatisfações e a ‘inconstância’ dessas relações, entre indígenas e povoadores.

É bem verdade, que nem sempre essas palavras depreciativas eram tão evidentes. Mas, as autoridades representantes do estado, buscavam outras estratégias para descaracterizar o modo de vida dessas populações, afirmando que eles estavam “civilizados” ou “misturados à massa da civilização”, buscando legitimar a apropriação de suas terras. Essa forma de tratamento está vinculada a uma intencionalidade silenciosa da elite dominante, em obterem ganhos e vantagens sobre os territórios tradicionais indígenas. Para esses, não se trata apenas de preservar um espaço para sua sobrevivência física, mas também, de sua dinâmica sociocultural e cosmológica.

Durante nossa pesquisa de doutorado, em que analisamos o processo de invasão das terras do aldeamento de Atalaia, em Guarapuava, encontramos vários documentos em que as autoridades políticas locais e provinciais se reportavam aos indígenas daquele lugar, usando a expressão “índios de Guarapuava”. Ao reforçarem esse “estigma social”, os potentados locais sinalizavam uma escalada de invisibilidade, minimizando assim, as estratégias e suas lutas políticas na preservação de seus territórios tradicionais e outros direitos que a própria legislação da época permitia, embora, nem sempre respeitada. (DURAT, 2019)

Ao que parece, passados mais de dois séculos desde a chegada dos povoadores na região, o desconhecimento de que os Kaingang habitavam os campos de Guarapuava, ainda persiste! Em 2010, o então município de Guarapuava, localizado na região centro-sul do estado do Paraná, organizou um conjunto de atividades comemorativas alusivas aos 200 anos da chegada da Real Expedição e Colonização dos Campos de Guarapuava, ocorrida no dia 17 de junho de 1810. Como forma de eternizar os dois séculos de ocupação, a prefeitura municipal inaugurou na principal avenida de acesso à cidade um monumento em homenagem a grande conquista, escolhendo para este fim, o comandante e chefe da expedição Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

Logo abaixo da estátua, duas imagens estampadas em cerâmicas nos chamaram atenção pela maneira como alguns segmentos sociais foram retratados. Pobres livres, degredados, escravos e indígenas não foram esquecidos, mas a forma como foram representados reafirmava uma participação ínfima em todo esse processo. Mais uma vez, a história desses homens e dessas mulheres de diferentes estratos sociais não poderiam ofuscar a imagem do imponente “conquistador”. Materializava-se, novamente, uma história dos vencedores!

Na ilustração sobre os indígenas recaía uma cena mais emblemática ainda ao estarem representados observando passivamente às exortações do missionário da expedição e responsável pela catequese, Padre Francisco das Chagas Lima. Imagem, ao que sabemos já muito presente no imaginário social da população regional de que não houve resistência à chegada dos povoadores e que ao longo do tempo foram sendo “catequizados” e “incorporados à massa da civilização”.

Figura 1: Monumento alusivo aos 200 anos da chegada dos povoadores



Fonte: Guilherme Henrique Durat, 2019

Nesse sentido, o presente texto pretende construir uma etnografia dos “índios de Guarapuava”, cruzando informações de fontes documentais elaborados pelos povoadores que conviveram com eles, em diferentes contextos sociais, com estudos contemporâneos vinculados a história e antropologia através da metodologia da etno-história. Esse campo de análise tem conquistado cada vez mais espaço entre os pesquisadores que se dedicam à temática indígena.

Entretanto, devemos ficar atentos para alguns cuidados no momento de trabalhar com essa metodologia, uma vez que é preciso dar um pas-

so além de apenas dominar os métodos da história ou da antropologia. Segundo Trigger: “[...] os etno-historiadores devem dominar ainda a arte de usar essas duas abordagens de maneira integrada” (TRIGGER, 1982). Ou seja, o historiador deve analisar as fontes e questioná-las, a fim de entender as ações dos sujeitos a partir da cultura em que eles estão inseridos; o antropólogo também deve se pautar pela compreensão histórica da cultura desses sujeitos, suas ações e trajetórias ao longo do tempo.

Esse diálogo tem sido bastante produtivo para as duas disciplinas, especialmente, no propósito de repensar alguns processos históricos em que os grupos indígenas foram retratados de forma negativa pelos conflitos que ocorreram entre eles e a sociedade nacional, mas também, muitas vezes, quando aqueles foram silenciados nos gabinetes, nos documentos e nas histórias que então se produziram.

É interessante observar na figura 1, a ausência de texto explicativo sobre os indígenas retratados. Esse tipo de atitude potencializa o estereótipo tão comum de remetê-los a categoria “índios”. Sabemos, entretanto, orientados pelos estudos históricos/antropológicos que os habitantes dessa região eram de fato os Kaingang. Infelizmente, é comum encontrar referências em que eles são tratados como outra etnia, a exemplo do que consta no site da prefeitura de Guarapuava: “O Fortim Atalaia protegeu os componentes da Expedição dos frequentes ataques dos índios, pertencentes às três tribos que habitavam a região (Camés, Votorões e Cayeres ou Dorins)” (PREFEITURA DE GUARAPUAVA, 2022).

Além dessa informação sobre os subgrupos da etnia Kaingang, equivocadamente, descrita acima, como pertencentes a outras famílias indígenas, não há qualquer reflexão mais explicativa sobre o seu protagonismo e os processos de resistências que eles tiveram com a invasão de seus territórios tradicionais, para manter sua organização social, política, econômica e cultural. Sendo assim, torna-se oportuno diante de tantas informações divergentes discutir por meio de uma análise documental e dos estudos etno-históricos à presença dos Kaingang em Guarapuava, no século XIX.

De outro modo, com o advento da Lei nº 11645/2008, que obriga as escolas da rede pública e privada a trabalharem o tema da história indígena., ficamos sem saber, afinal de que maneira esse tema é abordado em sala de aula. Assim, a questão que se coloca para este texto, também reflete em partes uma preocupação acerca do qual debate os estudantes da educação básica estão tendo sobre a história indígena, especialmente, sobre os Kaingang.

“Índios de Guarapuava”

Na virada do século XIX, os campos de Guarapuava pertenciam à região sudoeste da província de São Paulo e estava ligada juridicamente à vila de Castro. Essa área foi objeto de diversas bandeiras exploratórias a partir da segunda metade do século XVIII, quando as autoridades paulistas preocupadas com uma possível invasão dos espanhóis nesses territórios destinaram esforços humanos e econômicos pela sua defesa, garantindo assim a expansão dos domínios portugueses.

Naquela época, as autoridades constituídas acreditavam que o sucesso desse empreendimento aconteceria com o estabelecimento de uma população estável e preparada a empunhar às armas reais em nome do rei de Portugal. A primeira tentativa de ocupação dessa região não se concretizou, e por quase quatro décadas, novamente, o projeto de povoamento desse território voltou a ser tema de interesse das autoridades portuguesas com a chegada de Dom João VI no Brasil, em 1808. No ano seguinte, o príncipe regente, por Carta Régia, aprovava em 1º de abril de 1809, o “Plano de Povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território”. (CARTA RÉGIA, *apud*, CUNHA, 2000, p.69)

Para coordenar o projeto de povoamento e civilização dos indígenas, foi criada a “Junta da Real Expedição da Conquista de Guarapuava”, presidida pelo governador paulista Antônio José da Franca e Horta e pelo Comandante escolhido para esta expedição Tenente-Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal. (FRANCO, 1943, p. 59). Este último havia partici-

pado das expedições exploratórias junto com Afonso Botelho, no século XVIII, sendo que ao ser indicado para comandar esse projeto, ele exercia a função de comandante da Cavalaria de Milícia de Curitiba. Para compor essa expedição, Diogo Pinto arregimentou mais de duzentos soldados, além de algumas pessoas voluntárias de Curitiba para compor a expedição. No dia primeiro de agosto de 1809, a tropa iniciou sua jornada de quase um ano pelos campos gerais até Guarapuava, e no dia 17 de junho de 1810, celebravam a primeira missa no lugar denominado por eles de abarracamento de Atalaia. (LIMA, 2000, p. 62).

Desde os primeiros encontros que tiveram com os “índios de Guarapuava”, os povoadores encontraram algumas dificuldades de comunicação com eles, embora, entre as diversas profissões envolvidas nesse projeto, havia pessoas responsáveis pelo trabalho de tradução, na condição de “intérpretes”. O missionário Francisco das Chagas Lima tinha uma certa experiência nas relações com os indígenas, por ter sido catequista dos Puris, na aldeia de São João de Queluz, região adjacente a serra da Mantiqueira. (PONTAROLO, 2012).

O padre sabia dos ganhos que teriam ao aproximar alguns indígenas para facilitar a comunicação e implementar o mais rápido possível o processo de catequização e civilização. Entretanto, com o atraso na execução de suas intenções religiosas, as autoridades locais solicitaram à junta da real expedição a compra de outros “índios” para servirem de intérpretes:

O coronel Antonio Francisco de Aguiar Administrador e recebedor do tributo emposto para as despesas da Real Expedição e Conquista de Guarapuava, entregue do dinheiro do dito tributo a Florentino de Moraes Ribeiro a quantia de trinta e oito mil e quatrocentos reis importancia de tres índios que o mesmo vendeo para a Real Expedição. (PORTARIA, 1812)

De todo modo, não adiantou trazer pessoas com potenciais habilidades para compreender a língua dos indígenas. Conforme apontamos na epígrafe deste texto, é nítido o desabafo do padre ao reconhecer a grande dificuldade que tiveram ao se deparar com um grupo étnico desconhecido. Sabia-se da existência de grupos indígenas nesse território, isso desde

o século XVIII, quando os camaradas de Afonso Botelho trocaram presentes com os indígenas habitantes desse território e, depois, foram expulsos por eles. Esses encontros esporádicos não permitiram aos soldados identificar de qual etnia eles pertenciam, muito menos discernimento de que se tratava de um grupo indígena ligado a outra matriz linguística. (AFONSO BOTELHO, 1772).

Anos mais tarde, com a chegada da Real Expedição de Ocupação e Povoamento dos Campos de Guarapuava, tivesse entre seus membros tradutores para mediar o diálogo com a população indígena, identificamos por meio de uma correspondência, o pedido de José da Silva Guimarães para trabalhar junto aos povoadores:

[...] Circunstâncias que o habilitao para continuar o real serviço de sua alteza, e ser útil na quella conquista. Deste fim se offerece a vossa excellencia, e aos mais senhores deputados, o de seja servido de interprete, o beneficio da communicação, e commercio com os mesmos Bugres; ou em qualquer outro Emprego, e occupação que for precisa na mencionada Conquista com aquella penção mençal, que V. excellencia e os mais senhores deputados julgarem competente ao exercicio do emprego, e risco de vida a que o suplicante vai expor-se com um casal de filhos, e cinco escravos para com estes pequenos braços dar principio do seu estabelecimento naquelle remoto certão. Despacho: consedo ao suplicante pelo Emprego de Interprete da Lingua dos Bugres dos Campos de Guarapuava a quantia de quatro mil, e oito centos reis por mes contados desde o dia da sua marcha. São Paulo 27 de fevereiro de 1810. (GUIMARÃES, 1810).

Embora Guimarães tenha solicitado o emprego para trabalhar diretamente com os indígenas na condição de intérprete não temos mais informações de que ele tenha sido empregado nessa função, pois ao cruzar documentos do período analisado, não encontramos evidências dessa atividade.

O fato que nos chama atenção para essa situação diz respeito à possibilidade de algumas pessoas obterem ganhos econômicos com a

estabilidade dos povoadores no território dos Kaingang, talvez, com o estabelecimento de algum comércio ou até mesmo se apropriando de algum pedaço de terra. Entretanto, o fato do padre Chagas Lima expor essa dificuldade linguística demonstra que o processo de convencimento aos Kaingang para virem residir no aldeamento não foi tão simples como alguns estudos tem defendido.

No conjunto de obras publicadas sobre esse processo de ocupação e da presença deles no aldeamento de Atalaia, fundado para abrigar os Kaingang daquela região, sempre encontramos o nome do padre Francisco das Chagas Lima. Embora sem grandes preocupações de cunho etnográfico, o missionário deixou importantes registros, sobretudo, para uma documentação mais “local”, como os documentos paroquiais pertencentes ao Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém, instituição religiosa responsável pela existência dos livros de Batismos, Casamentos e Óbitos.

Importa, ainda, acrescentar o nome do padre Chagas Lima ao rol de personagens que registraram características próprias da organização social dos Kaingang. Além dos registros de eventos vitais, ele escreveu alguns memoriais, correspondências, relatórios e contribuiu na elaboração do formal de conduta da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em 1818. (DURAT, 2019).

Materiais descritivos, elaborados isoladamente em contextos específicos, mas que permitiram para outros pesquisadores da temática uma compreensão mais ampla do modo de vida desse grupo, no final do século XIX e princípio do século XX. Provavelmente, pesquisadores como Pierre Mabilde, Luiz de Cemitille, Alfredo d’Escragnolle Taunay, Telêmaco Borba e Curt Nimuendajú tenham ampliado a compreensão sobre a organização social dos Kaingang a partir dos documentos escritos pelo padre Chagas Lima.

Como destacamos nas primeiras linhas deste capítulo, os agentes imperiais, convocados para compor a Real Expedição de Ocupação e Povoamento dos Campos de Guarapuava, tiveram grande dificuldade de comunicação com os indígenas. Graças a uma crescente e vantajosa

pesquisa documental sobre os Kaingang da região sul, iniciada ainda no século XIX, podemos afirmar que os indígenas, que se aproximaram dos povoadores, em 1810, e que vieram a compor o aldeamento de Atalaia nos anos seguintes, tratavam-se de fato dos Kaingang.

Desse modo, ao estabelecer conexões com estudos históricos e antropológicos sobre os Kaingang com a documentação produzida pelos agentes imperiais de origem diversa, como religiosa, militar, de sujeitos comuns, povoadores, autoridades locais e provinciais, consideramos que “os índios agiam movidos por interesses ligados às dinâmicas de suas organizações socioculturais, é essencial conhecê-las para compreender melhor suas relações interétnicas”. (ALMEIDA, 2017, p.6).

Desse modo, muito além de apenas confrontar documentos, pretende-se potencializar uma análise mais dinâmica da organização social dos Kaingang nesse período, enaltecendo suas características socioculturais observadas pelos agentes colonizadores.

“Fallam, pôrem não se entendem”

Os Kaingang pertencem à família Jê, o mais numeroso grupo indígena do Brasil Meridional. Historicamente e geograficamente, sua área de ocupação se estende do estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte da Argentina, região de Misiones, dividindo-se em subgrupos:

[...] dos rios Tietê, Feio, Aguapeí e Paranapanema (São Paulo); Bacias hidrográficas dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu (Paraná); e Bacias hidrográficas entre os rios Iguaçu e Uruguai (em Santa Catarina). Avançavam pelos territórios das Bacias hidrográficas dos Rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio (Misiones na Argentina) e ainda sobre os territórios das Bacias hidrográficas dos rios Sinos, Caí, Taqueri, Jacuí e Uruguai (no Rio Grande do Sul). (LAROQUE, 2007, p.9).

Como se trata de um dos maiores grupos indígenas do Brasil, existem variações na sua matriz linguística. Conforme estudos realizados por Úrsula Wieseemann, linguista vinculada ao *Summer Institute of Linguistics*, os Kaingang apresentam cinco dialetos, a saber:

Dialeto de São Paulo – entre Tietê e Paranapanema; Dialeto do Paraná – entre Paranapanema e Iguaçu; Dialeto Central – entre Iguaçu e Uruguai; Dialeto Sudoeste – ao sul do Uruguai, oeste de Passo Fundo e; Dialeto Sudeste - ao sul do Uruguai, leste de Passo Fundo. (WIESEMANN, 1978, p.199).

Além dessas classificações linguísticas e territoriais com base nas bacias hidrográficas, sobre os povos Jês do Brasil, Greg Urban afirma que os Kaingang, teriam iniciado sua migração há uns 3 mil anos (URBAN, 1992, p. 90). Embora existam evidências arqueológicas dessa migração rumo ao sul, não se sabe exatamente quando teriam chegado à região e que motivos os levaram a ocupar as margens dos principais rios. O mapa abaixo nos ajuda a compreender melhor essa distribuição territorial, hidrográfica e linguística:

Outras características fundamentais das populações Jê foram objeto de análise de estudiosos como Claude Lévi Strauss(1996) e Terence Turner (1979). Ambos entendem que os povos Jê se organizam pelo princípio da reciprocidade, com forte conotação de complementaridade e assimetria. Parte dessa distinção pode ser observada, no século XIX, com os sistemas de alianças e guerras praticadas por eles com outros subgrupos e com os povoadores.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, surgiram outros estudos de cunho etnográfico e etnológico de pessoas que tiveram, de algum modo, contato com os Kaingang em diferentes lugares. Essa complexidade, observada por Telêmaco Borba, Curt Nimuendajú, Egon Schaden e Herbert Baldus nos permitiram identificar com mais elementos, a divisão social dos Kaingang em metades, a exogamia, a patrilinealidade, a mitologia, entre outros aspectos que serão aqui analisados.

Um dos primeiros trabalhos de referência para as pesquisas sobre os Kaingang vem de Telêmaco Borba. Ele fez importantes registros sobre sua organização social, a partir de suas observações e convivência com algumas chefias indígenas. Ele descreveu algumas características dos Kaingang a partir de suas observações de maneira como eles se vestiam, seu sistema social, crenças, habitações, utensílios, armas, caça, alimentação, casamentos, partos, entre outros assuntos. O que mais chama atenção na sua obra é o registro do mito de origem dos Kaingang, narrado pelo cacique Paulino Aracxó. Nessas conversas Borba também registrou o mito de origem do milho, à sua organização social, a língua e escreveu um pequeno vocabulário. (BORBA, 1908).

Entretanto, foi com Curt Nimuendajú que a organização social dos Kaingang foi ganhando contornos mais precisos em termos da sua divisão em metades opostas e complementares. Sendo um dos principais etnólogos do século XX, Nimuendajú inicia sua análise discutindo parte das distinções sociais efetuadas pelo padre Chagas Lima, ao se referir aos Kaingang, divididos nos seguintes grupos: Camés, Votorons, Dorins e Xocrens. O fato que nos chama atenção para essa classificação é o modo como Nimuendajú interpretou essas informações, especialmente, para o termo Dorim. De acordo com ele, esse nome provém de uma referência

atribuída a um cacique de nome Dorí. Entretanto, padre Chagas Lima já esclarecia que se tratava do nome de um rio: “Os Dorins tem seu aldeamento à margem do rio Dorim, para cujos lados fica o Campo das Laranjeiras”. (LIMA, 2000, p. 66).

De qualquer modo, Curt Nimuendajú trouxe uma importante contribuição para os estudos sobre a organização social dos Kaingang, ao narrar o mito que mostra a divisão deles em metades:

[...] saíram em dois grupos, chefiados por dois irmãos por nome de Kañeru e Kamé, sendo que aquele saiu primeiro. [...]. Dizem que Kañeru e a sua gente toda eram de corpo fino, peludo, pés pequenos, ligeiros tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamé e os seus companheiros, ao contrário, eram de corpo grosso, pés grandes, e vagarosos nos seus movimentose resoluções.[...] O que pertence ao clã Kañeru é malhado, o que pertence ao clã Kamé é riscado. (NIMUENDAJÚ, 1993, p. 58).

No século XIX, esses nomes, correspondentes ao dualismo Kaingang, apareciam nos documentos produzidos pelos agentes imperiais em forma de crônicas, ofícios diversos, memórias e relatórios, dos quais boa parte era escrita pelo padre Chagas Lima.

Ainda sobre o dualismo Kaingang, os documentos históricos dos agentes imperiais, residentes no Aldeamento de Atalaia, têm revelado um conjunto de registros característicos da sua dinâmica sociocultural. O padre Chagas Lima, em sua memória, assim apresentou as subdivisões do grupo:

As diferentes hordas de gentios existentes pelos sertões de Guarapuava são: a dos Cames, Votorões, Dorins e Xocrens. As dos Cames e Votorões são as que se encontram nas vizinhanças dos campos, quando se formou a aldeia. A primeira avaliou-se ser de 152 indivíduos, a segunda de 120, mais ou menos[...]. Os dorins, que tem seu aldeamento a margem do rio Dorim, [...] devem constar de 400

indivíduos. A dos Xocrens, entre os rios Iguassú e Uruguay[...] julga-se não chegar a 60 indivíduos. (LIMA, 2000, p. 66).

Ao descrever o cotidiano do abarracamento de Atalaia, o padre deixou importantes registros da sociabilidade Kaingang nos documentos que eram enviados para seus superiores, mas também, no seu ofício diário, em suas atividades pastorais registrou um número considerável de documentos históricos e etnográficos, especialmente, nos livros destinados para o registro de sacramentos. Obviamente, que o alcance dos memoriais descritivos do padre Chagas Lima não se restringiu apenas aos sacramentos. Sua participação naquele empreendimento extrapolava os muros das atividades cristãs e comuns aos sacerdotes, demonstrando, pelo teor da sua escrita, uma atuação política marcante na condução não apenas do aldeamento, mas também nas decisões junto às autoridades locais.

Outra referência importante desse período é Telêmaco Borba por ter convivido por um longo tempo com os Kaingang no aldeamento de São Pedro de Alcântara, nas margens do rio Tibagi. Dessa convivência, Borba registrou várias informações sobre mitologia e cosmologia, ampliando a compreensão do dualismo entre eles, ao descrever o mito que deu origem aos Kaingang:

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados. Só o cume da serra *Crinijimbé* emergia das águas. Os Caingangues, Cayurucrês e Camés nadavam em direção a ela levando na boca achas de lenha incendiadas. Os Cayurucrês e Camés cansados, afogaram-se. Suas almas foram morar no centro da serra. Os Caingangues e alguns poucos Curutons, alcançaram a custo o cume de Crinijimbré, onde ficaram, uns no solo, e outros, por exiguidade de local, seguros os galhos das árvores, e alia passaram muitos dias sem que as águas baixassem e sem comer; já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a à água que se retirava lentamente. Gritaram eles às saracuras que se apressassem, e estas assim o fizeram, amiudando também

o canto e convidando os patos a auxiliá-las; em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde saíram os Caingangues que estavam em terra, os que estavam seguros nos galhos das árvores, transformaram-se em macacos e os Curutons em bugios. As saracuras vieram, com seu trabalho, do lado donde o sol nasce; por isso nossas águas correm todas ao poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as águas secaram, os Caingangues se estabeleceram nas imediações de Crinijimbré. Os Cayurucrês e Camés, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior dela; depois de muito trabalho, chegaram a sair por duas veredas: pela abertura de Cayurucr, brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; daí vem terem eles conservado os pés pequenos, outro tanto não aconteceu a Camé, que abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando ele, e os seus, os pés que incharam na marcha conservando por isso grandes pés até hoje[...]. (BORBA, 1908, p. 27/28).

Nimuendajú também identificou, após um período de convivência entre os Kaingang do Ivaí-Pr, na segunda década do século XX, a presença da exogamia intervindo na vida Kaingang, além de contribuir para o entendimento da sua organização social e religiosa: “[...] foi estabelecida como lei fundamental logo no princípio e nos toldos do Yvaí cumpre-se esta lei rigorosamente até hoje, apesar da convivência com os nacionais que os índios lá tem” (NIMUENDAJÚ, 1993, p. 60). De acordo com Carina Santos de Almeida, foi na compreensão do dualismo Kaingang e na complexidade da divisão em clãs, por toda a vida dos Kaingang, que as observações de Nimuendajú contribuíram para o entendimento mais amplo do modo de vida deles. (ALMEIDA, 2015, p.77).

Herbert Baldus também contribuiu para os estudos sobre a organização social dos Kaingang ao aprofundar suas análises sobre o principal e mais importante ritual praticado por eles, o ritual do Kiki. Não muito distante das análises efetuadas por Nimuendajú, Baldus fez algumas observações sobre as denominações do grupo indígena e concluiu, do mes-

mo modo que seus antecessores, que os Kaingang estavam divididos em metades exogâmicas e patrilineares:

[...] dois grupos, de caracterização social diferente. As designações Kadnyerú, Kamé e Votôro, usada, às vezes, na literatura, como nomes de tribos, são denominações de três de quatro grupos; o quarto grupo é chamado Aniky. Os grupos existem em cada horda de Kaingáng. As supostas tribos Gê: Kadnyerú, Kamé e Votôro, não são senão hordas de Kaingang. (BALDUS, 1979, p. 08).

No passado, a união matrimonial entre os Kaingang deveria ser entre as metades opostas e complementares, Kamé e Kairu. Existe um conjunto de regras que define o tipo de relação social que o indivíduo tem durante a sua vida, a começar pela sua descendência, que é patrilinear. Isso conduz a vida social do indivíduo, sobretudo, na participação como representante da sua metade nos rituais. (FERNANDES, 1998, p. 23). De acordo com o antropólogo Ledson Kurtz de Almeida, os Kaingang possuem duas metades exogâmicas e patrilineares, com regra de residência uxorilocal, de modo que o casamento preferencial deve acontecer entre primos cruzados. (ALMEIDA, 1998). Nas últimas décadas dos oitocentos, Telêmaco Borba também registrou a uxorilocalidade entre os Kaingang:

Os homens não tomam a mulher antes dos 18 ou 20 anos; nessa idade, quando encontram mulher ou menina do seu gosto, pedem-na ao pai, fazendo-lhe algum presente; se esse anue ao pedido, o noivo ficará agregado à família da noiva, que, se é moça, fica-lhes pertencendo, sem necessidade de cerimônia alguma; se esta é ainda menina, fica o noivo, pela mesma forma agregado ao sogro, a quem faz todo o serviço, como seja: caçadas, roças, lenha, etc. até que a noiva atinja de dez a doze anos. Desse tempo em diante, ou continua na companhia do sogro, ou procura outra família, levando mulher; mas, isto rara vezes acontece. (BORBA, 1908, p. 18).

Baldus também observou essa dinâmica após um período de convivência com eles, no Ivaí-Pr: “[...] ocorrendo o divórcio na segunda geração

duma família-grande que convive numa mesma casa, o marido tem que abandonar esta mesma casa[...] o que quer dizer que o marido, pelo casamento é obrigado a morar com os sogros” (BALDUS. 1979, p. 80). Sobre a residência, Borba identificou que os Kaingang construíam imensas casas para abrigar toda a família; além do casal, os filhos, genros e netos habitavam aquele espaço, que “tinham de 25 a 30 metros de extensão”. (BORBA, 1908, p. 16)

Mesmo que a residência seja matrilocal, a descendência sempre será paterna. Quando nasce uma criança, ela recebe o nome da metade correspondente ao seu pai. Se o pai é Kamé, o filho recebe o nome Kamé. Com isso, a criança passa a gozar de sua identidade social perante o grupo. Já nos referimos à divisão criada pelos heróis míticos dos Kaingang, atribuindo nomes e separando aspectos da natureza para cada metade. O nome também é de propriedade da metade ao qual pertence. Fernandes complementa essa situação incorporando outros elementos constitutivos da identidade Kaingang ao afirmar que aspectos da formação do indivíduo se modificam, demonstrando, outrossim, a dinâmica sociocultural desse grupo, quando destaca que: “ao contrário da descendência, que não pode ser alterada, os nomes podem ser manipulados a fim de proteger a criança contra doenças e infortúnios.” (FERNANDES, 2001, p. 40)

Um aspecto relevante da organização social dos Kaingang diz respeito à categoria péin, cuja função está diretamente relacionada às atividades cerimoniais que regulam a sociabilidade Kaingang. Para Juracilda Veiga, esses indivíduos têm a responsabilidade de acompanhar, arrumar e sepultar os mortos da metade oposta à sua. (VEIGA, 2000, p. 300). Em se tratando de categorias cerimoniais, Veiga analisou as pessoas que recebiam dois nomes, conhecidas como roréngre. Segundo suas observações, essas pessoas recebem um nome de cada metade; dentro da sua estrutura social, o ato de nomear uma criança com um nome Kamé e um nome Kairu é para proteger a criança do espírito de algum familiar já falecido. Esse espírito pode interferir na vida do pequeno indígena, até mesmo provocar sua morte. (VEIGA, 2000, p. 301). Portanto, esse indivíduo, quando em idade adulta, exerce algumas funções especiais dentro dos rituais. Embora tenha recebido dois nomes indígenas, correspondentes

as suas metades, a pessoa continua sendo, predominantemente, descendente do pai.

A principal e mais importante manifestação cultural que define a reciprocidade e complementaridade típica dos Kaingang é o Ritual do Kiki, também conhecido como “culto aos mortos”. Herbert Baldus, identificou ao longo das suas pesquisas, que o Kiki é “a base e a expressão mais forte da cultura espiritual Kaingang.” (BALDUS, 1979, p. 22) Isso remete, sobremaneira, ao local onde estão enterrados seus mortos, pois o transformam em um território sagrado. No passado mais remoto, o ritual do Kiki acontecia nos meses de março a maio, época em que havia abundância de alimentos, especialmente, da semente de araucária, o pinhão. (FERNANDES, 1998, p. 40).

No contexto de ocupação dos campos de Guarapuava e no conjunto de documentos escritos no período, especialmente pelo padre Chagas Lima, não havíamos encontrado evidências do local onde ocorriam os enterramentos dos aldeados falecidos no abarracamento de Atalaia, nem mesmo para os povoadores. É possível que ambos tenham sido enterrados no mesmo cemitério. Entretanto, no conjunto das fontes etnográficas, encontramos um mapa que faz referência ao território sagrado para os Kaingang e a possível localização onde eram enterrados seus mortos.

Um lugar sagrado: os campos de sepultura

Logo que os povoadores se estabeleceram nos campos de Guarapuava, o comandante Diogo Pinto determinou para alguns militares, com experiência nos trabalhos de reconhecimento de território, observadores e com habilidades na escrita de mapas, que eles percorressem a região nesse propósito. Assim, tivemos a primeira “Planta do terreno descoberto de Guarapuava”, desenhado por Manuel Soares do Valle, em 1811. (VALLE, 1811)

O local a que estamos nos referindo chama-se Sepultura e consta na descrição realizada por Manuel como sendo território dos “Gentios”, ou seja, dos Kaingang. Membro da Real expedição de ocupação e povoamen-

to dos campos de Guarapuava, o tenente Manuel Soares do Valle, provavelmente pelo trabalho exercido no levantamento topográfico, nos meses que seguiram à chegada aos campos, o gabaritou para assumir o lugar do prático oficial, nomeado pela Junta Real, a fim de reconhecer e conduzir os membros da expedição até os ditos campos:

[...] que sabendo esta junta da eficiencia do pratico Sebastião Cordeiro, houve por bem nomear em seo lugar ao tenente Manoel Soares do Valle, a quem o mesmo commandante encarregará a exploração dos campos, pela pratica, que tem deste exercicio, e tudo o mais que o seo conhecimento permitir, para augmento da povoação, vem sendo neste emprego o mesmo ordenado mensal de 12 mil reis, que vencia o dito pratico Sebastião Cordeiro. (ORDEM, 1811).

É bem provável que o mapeamento, realizado por Manuel Soares, tenha contribuído para que o comandante da expedição o destinasse a ocupar um dos cargos mais importantes dentro daquele empreendimento. Dito isso, ao longo da análise das fontes que compõem nossa tese de doutorado, identificamos, nas décadas finais do século XIX, os Kaingang, remanescentes do aldeamento de Atalaia, disputavam com os potentados locais de Guarapuava a devolução dos campos de Atalaia e Sepultura. Essa disputa judicial está bem mais detalhada em nossa pesquisa, mas para esse momento, importa dizer que o mapa de Manuel Soares do Valle é bastante elucidativo por nos mostrar e confirmar que os campos da Sepultura era um território sagrado para os Kaingang. (DURAT, 2019).

É bem provável que esse mapa desenhado pelo oficial, seja um dos poucos documentos que atestam a existência de tal território. Entretanto, esse silenciamento provocado pelas autoridades locais ao longo do século XIX, esteja relacionado ao interesse de ocupar e afastar os Kaingang que ali tinham suas moradas.

Mapa 2: Campos da Sepultura – Território dos Kaingang



Fonte: Acervo particular Murilo Walter Teixeira .

Logo abaixo do mapa, temos um pequeno memorial descritivo, apresentando a topografia dos lugares, sendo que, depois de alguns meses de ocupação, os povoadores já tinham explorado e feito o reconhecimento das populações indígenas mais próximas do abarracamento de

Atalaia. O fato de Manoel Soares do Valle registrar e determinar a localização de Sepultura como de posse do Gentio, nos mostra que nesse espaço existiam vestígios, indicando que ali era um cemitério indígena e, portanto, um local sagrado e de extrema importância para sociabilidade Kaingang. Além do mais, esse é um elemento essencial para a realização do “culto aos mortos”.

Retomando alguns aspectos essenciais do ritual do Kiki, o mesmo está estruturado em três etapas, podendo se estender por três dias consecutivos ou com intervalos entre as etapas. Desde o primeiro momento, as metades ficam separadas, cada qual ao redor de uma fogueira, rezando pela memória do Kaingang falecido. Isso se repete até a terceira etapa, quando todos serão pintados com suas marcas, conforme ilustração abaixo:

Figura 2: Marcas dos subgrupos Kaingang



Fonte: Dill, Bueno e Dorneles (2020, p. 105)

Nessa etapa, é essencial que todos os presentes estejam com suas marcas para que a comunidade identifique a qual metade cada um pertence, mas, especialmente, a pintura tem o poder de inibir que o espírito do morto, para o qual está sendo realizado o Kiki, interfira na vida daquela pessoa, não identificado com sua marca correspondente. (TOMMASINO, 2000 p. 36). As marcas para cada metade se apresentam na forma de pinturas corporais, cujo significado é: “os Kainhru estão relacionados à mar-

ca redonda (rârôr), a um gênio empreendedor e à posição Leste. Os Kamé estão relacionados à marca comprida (râtei), à pertinácia e à posição oeste". (VEIGA, 1994, p. 84).

A realização desse ritual exige alguns compromissos essenciais para a sua realização. Em primeiro lugar, são os ingredientes que compõem a confecção da bebida, composta por água, mel e o pinheiro cortado em forma de cocho. A sua preparação acontece no intervalo da segunda para a terceira etapa do ritual, tempo de mais ou menos quarenta dias, para que ocorra a fermentação da bebida desencadeada pela seiva do pinheiro cortado ainda verde. Conforme Fernandes, é na terceira etapa que as metades "se misturam e restabelecem a complementaridade como princípio de sociabilidade." (FERNANDES, 1998, p. 40).

Não exatamente como a antropologia descreveu o ritual do Kiki nas últimas décadas, mas é fato que esse ritual foi observado por agentes militares e religiosos, no século XIX. Retomamos as análises de Ricardo Cid Fernandes, segundo o qual se reafirma que o primeiro a descrever a realização desse ritual funerário entre os Kaingang foi Telêmaco Borba: "Mais uma vez devemos a Telêmaco Borba as primeiras informações sobre as cerimônias funerárias dos Kaingang[...] sobre as formas de sepultamento e a descrever sumariamente as beberagens que acompanhavam os primeiros dias de luto." (FERNANDES, 1998, p. 32).

De fato, Borba teve a sorte de se aproximar dos Kaingang num período em que vários deles tinham passado pela experiência com o aldeamento de Atalaia ou quando já haviam convivido com outros grupos que tinham estado nesse espaço; portanto, o diálogo e a confiança entre os indígenas, para relatar aspectos característicos da sua organização social, ganhavam relevância em virtude da posição social ocupada por Telêmaco Borba, em São Pedro de Alcântara, como seu administrador, sem grande envolvimento com as questões religiosas.

Entendemos que, no aldeamento de Guarapuava, o padre Chagas Lima também apresentou informações sobre rituais praticados pelos Kaingang. Embora o relato dele esteja imbricado do olhar religioso, nas suas atitudes e palavras, muitas vezes, condenando as práticas cultu-

rais daqueles no início do povoamento, podemos, à luz de suas informações, afirmar que ele deu importantes contribuições sobre os rituais dos Kaingang. Essa assertiva compreende a análise de algumas evidências relacionadas à compreensão que o padre tinha sobre as festas que os Kaingang realizavam. Eles então praticavam “[...] bailes obscenos, entre bebidas embriagantes, a que davam o nome de Koafé, quando eram fabricadas de milho, e Koaqui, quando de pinhão [...]”. (LIMA, 2000, p. 70).

Para uma análise mais detalhada desses rituais dos Kaingang, nos faltam elementos que contribuam na sua interpretação, a fim de verificar se estava relacionado ao ritual do Kiki ou de outro momento festivo do grupo. Entretanto, o relato do padre Chagas Lima demonstra o quanto esses rituais poderiam deixar o grupo vulnerável à um ataque com a ingestão excessiva dessa bebida. De certo modo, essa situação criava um ambiente perigoso e propício para que outros grupos os atacassem de surpresa. Um fato relevante, narrado pelo padre Chagas Lima, ajuda na compreensão dessa situação, ao fazer uma descrição de um chefe indígena de nome Candói:

As disposições d’este Candói pareciam boas; pôrem elle, além de polygamo, era supersticioso; pois continuando a sua enfermidade, se devia recorrer a Deus, mandou fazer corpos de cera, e com pennas de papagaio formou duas figuras d’estas aves, com as azas abertas, e as poz sobre seu leito suspensas por duas linhas, de maneira que se moviam com a agitação do ar e do fumo do fogo. A estas aves é que fazia seus com muita reverencia, dizendo: Ionjjó! Iongjó! Cangantomy caraca pano tom, isto é, papagaio! Papagaio! Se eu sarar, nunca mais despedirei setas contra vós. No que se vê temia morrer e, quanto era aferrado a seus princípios, apesar das instruções já recebidas. Eram, comtudo, dolosos os seus votos; porque apenas restabeleceu a sua saude, fez uma grande caçada de papagaios, e logo depois foi para a guerra, levando para o sertões toda a sua família, que era numerosa, e outros muitos votorões, com os quaes se foi alojar em uma campina além do rio Iguassú (32 léguas da Atalaia), aggregando a si hordas visinhas, do que formou um corpo de 200 pessoas, com as quaes viveu em de-

boche, até que em 1817 foi morto, com outros muitos da sua facção, por ocasião das costumadas orgias, e pelo mesmos que havia escolhido, procedendo essa mortandade pelo rapto que faziam das mulheres, como depois nos contaram outros índios. (LIMA, 2000, p. 61)

Do trecho acima, podemos retirar algumas informações bastante interessantes sobre o significado que tinha o sacramento do batismo para os Kaingang, especialmente, nos anos entre 1812 e 1813, período em que um grande número deles veio até o abarracamento em busca de alívio para uma grave doença que os acometia. Durante esses dois anos, muitos indígenas foram batizados com o único propósito de aliviar suas enfermidades, não havendo qualquer possibilidade de conversão por parte deles. Sobre esse aspecto, concordamos com Eduardo Viveiros de Castro, ao destacar que crer em algo significa obedecer e daí vem a mobilidade dos povos indígenas em sistemas de aldeamento, pois sua inconstância decorria, portanto, da ausência de sujeição. (CASTRO, 2002, p. 217).

O cacique Candói é um exemplo clássico desse processo de troca simbólica, no qual o cacique busca aliviar sua enfermidade com o batismo cristão. Mesmo moribundo, ele não abandona suas crenças, ao reproduzir a figura de uma ave, prometendo não mais caçá-la. Esse cacique foi batizado no dia 13 de agosto de 1812, “gravemente enfermo”. Recebeu o nome português de Hypólito; tinha entre 60 a 70 anos de idade e consta casado com Cambanc. Seu padrinho foi unicamente o chefe da expedição, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, e foi batizado gravemente enfermo na capela de Atalaia. (LIMA, 1812, f. 4v.)

O relato do padre Chagas Lima ajuda na compreensão das articulações que as lideranças tinham com outros líderes que habitavam o território ao sul de Atalaia. De certo modo, Candói nos dá uma série de outras informações acerca da mobilidade indígena, articulando e alimentando relações de amizade, parentesco e, obviamente, fortalecendo-se contra outros grupos rivais. Mesmo assim, ocorriam dissidências internas, como relatou o padre Chagas Lima. Em se tratando das mortes que ocorreram logo no princípio do estabelecimento de relações mais concretas entre os

Kaingang e os povoadores, podemos fazer algumas reflexões sobre como esses indivíduos lidavam com a morte, qual o seu significado e o tratamento dado no ato do enterramento.

Para os sepultamentos, padre Chagas Lima não se opôs aos costumes dos indígenas. De acordo com o Livro de Óbitos, Mariana Grá, com idade de 60 anos, foi a primeira indígena falecida no povoamento de Atalaia, em 02 de setembro de 1812. Conforme seu registro de Óbito, não recebeu o sacramento da “Unção dos enfermos” e foi sepultada no cemitério destinado para os povoadores. (LIMA, 1812, f. 3v.).

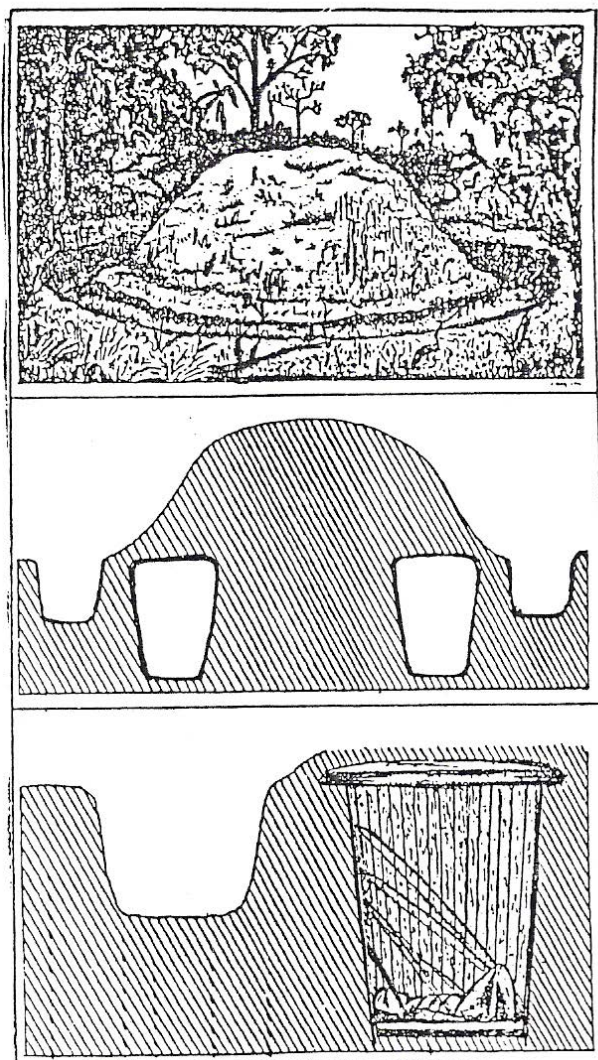
Na sequência dos registros de óbitos, no mesmo dia, faleceu Manuel Carí, com 14 anos de idade. Os registros sacramentais, de maneira geral, seguem um padrão na sua escrita e o registro de óbitos também obedece algumas regras básicas, como nome do falecido, quando faleceu, em quais condições - morte natural, assassinado, de doenças -, nome dos pais ou cônjuge, idade, onde residiam e se recebeu a “Unção dos Enfermos”. Uma característica interessante do padre Chagas Lima, quando registrava algum documento, é o acréscimo de informações, como poderemos observar no registro de óbito:

Aos dous dias do mez de setembro, aliaz aos seis dias do mez de setembro anno de mil oitocentos e doze, nesta Povoação da Atalaya nos Campos de Guarapuaba, falleceo da vida presente, depois de receber no Artigo de morte o Sacramento do Baptismo, Manuel Carí, Índio Solteiro, nacional do País, de idade que mostrava ser de quatorze annos. Foi por mim recomendado, **e seu corpo sepultado num cumulo de terra**, que a esse fim levantarão os mesmos índios junto a esta Povoação. Do que para constar faço este assento. (LIMA, 1812, f. 3v.).

O tratamento diferenciador dado pelos Kaingang ao enterrarem seus mortos, de acordo com os registros de óbitos, aconteceu entre os anos de 1812/1813, respectivamente, 29 e 7 registros de óbitos. Após esse período, não encontramos mais na documentação algo relacionado ou próximo da descrição inicial do religioso. Talvez, essa questão tenha

deixado de ser importante para constar no livro de registro, o que não significa que o rito de passagem tenha sido abandonado pelos Kaingang. A figura abaixo ilustra um túmulo Kaingang:

Figura 3: Sepultura Kaingang



Fonte: (MÉTRAUX, 1946, p. 445)

Nos anos posteriores à experiência de Atalaia entre os Kaingang junto aos aldeados em São Pedro de Alcântara, às margens do Tibagi, Telêmaco Borba registrou algo semelhante às observações narradas pelo

padre Chagas Lima, ao fazer uma descrição dos procedimentos adotados pelos Kaingang em relação aos seus mortos. Seu relato vem a confirmar que os antepassados indígenas celebravam constantemente o ritual do Kiki, logo que enterravam o falecido:

Se morre, imediatamente o enterram, deitado, com seu arco, flechas, curú e machado, em uma cova superficial, forrada e coberta com madeiras e terra por cima destas; fazem seus vinhos e convidam seus vizinhos para levantar a sepultura, carregando terra em cestos, deitando-se sobre esta, até tomar forma de uma pirâmide cônica, de dois a quatro metros de altura e seis a oito de diâmetros na base; concluído este serviço dirigem-se todos ao rancho onde saiu o morto e principiam todos, sentados ao redor de um comprido fogo, a beber o quiqui e cantar as ações do morto; depois de já um pouco quentes, levantam-se cantando e dançando, aos saltos compassados, ao som do maraca, vão dando volta ao grande fogo, e assim continuam, ora sentados, ora em pé, sempre cantando e sempre bebendo, até acabar o vinho; então, vão lavar-se ao rio e dormir. As mulheres, filhas, mães e irmãs do morto, choram-no ainda por muitos dias. (BORBA, 1908, p. 20).

O relato de Borba reforça as informações deixadas pelo padre Chagas, nos documentos de óbitos, de que os Kaingang realizavam constantemente o ritual do Kiki, com a presença de outros grupos, reafirmando o princípio da complementaridade e os laços de parentesco. Vale acrescentar que o período temporal das informações, registradas pelo padre Chagas Lima sobre o ritual e o relato mais detalhado, feito por Telêmaco Borba, pouco mais de cinquenta anos, sugerem que, mesmo que o ritual tenha passado por alguma interferência externa, após o contato com as frentes de ocupação, ele preservava sua autenticidade.

Juracilda Veiga afirma que o ritual era praticado em todas as comunidades Kaingang e a presença de parentes vindos de outras “partes era uma constante e fundamental para a realização do ritual.” (VEIGA, 2000, p. 261). Sobre esse assunto, Ricardo Cid Fernandes também se manifestou em suas análises: “É possível dizer que o Kiki representava um mecanis-

mo de interação entre as diversas comunidades[...] a ideologia dualista das metades expressadas neste ritual era comum a todos os Kaingang. ” (FERNANDES, 1998, p. 40).

Na esteira desse debate, Marta Amoroso, ao realizar um estudo etnográfico do aldeamento de São Pedro de Alcântara, observou, na documentação produzida pelos freis capuchinhos, responsáveis pela catequese e civilização dos Kaingang, que eles recebiam constantes visitas de outros grupos, vindos de Guarapuava, Ivaí e Piquiri. Essas visitas coincidiam com a preparação e realização do ritual do kiki. (AMOROSO, 1998, p. 117).

O ritual era um dos alicerces da mobilidade indígena sobre seus territórios tradicionais, pois, além de reunir grupos diversos para esse rito, ocorria uma lógica de disseminação de informações intergrupos, que se espalhavam sobre diversos espaços, fossem eles de “*índios aldeados*”, “*índios agregados*” e “*índios do sertão*.” (AMOROSO, 1998, p. 92).

Em relação a essas divisões sociais, usadas por Amoroso para classificar os grupos que vinham até o aldeamento de São Pedro de Alcântara, entendemos que a categoria “*índios do sertão*” corresponde àqueles grupos que vinham visitar parentes, participar de festas, se abastecer de objetos, ferramentas e retornavam para seus lugares de origem. Embora, em partes, esses indígenas fossem contabilizados nos relatórios, essa mobilidade e também “*inconstância*” geravam muitos gastos para o aldeamento, pois, assim que suas necessidades eram supridas, deixavam esse espaço livremente. (AMOROSO, 1998, p. 93). Sobre esse aspecto, Ricardo Cid Fernandes nos diz que o modelo de sociabilidade Kaingang percorre três caminhos:

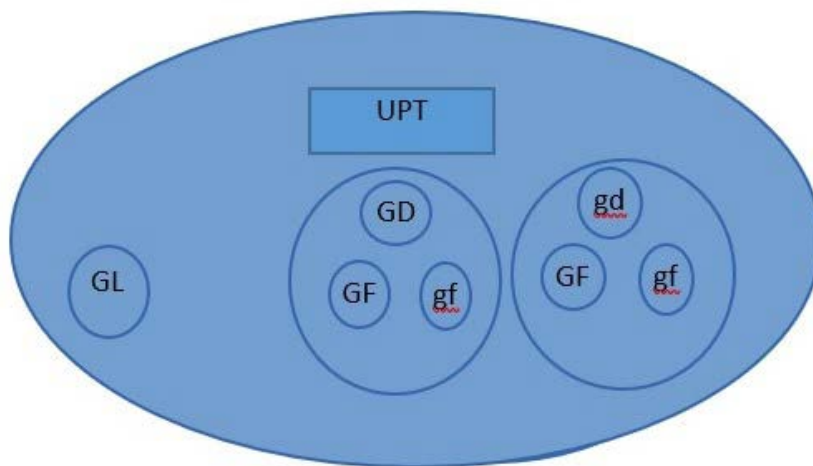
Em primeiro lugar há referências explícitas constantes e detalhadas sobre os grupos locais. Em segundo, referências explícitas a contextos e estratégias de articulação entre tais grupos locais, as quais resultam na formação de unidades políticas territoriais. Em terceiro lugar, a análise das referências históricas indicam que tanto os grupos locais como as unidades políticas territoriais do século XIX eram construídos sobre articulações de parentesco, as quais por definição, ultrapassa-

vam quaisquer limites territoriais, já que remetiam aos princípios da sociedade expressos na cosmologia dualista Kaingang. (FERNANDES, 2003, p. 101)

Os modelos explicativos, apresentados por Ricardo Cid Fernandes, sobre a sociabilidade Kaingang, aproximam-se da segmentaridade, características que estão presentes nos relatos descritivos dos agentes colonizadores no século XIX. No entanto, o padre Chagas Lima, mesmo sem essa preocupação de produzir um olhar etnográfico sobre o modo de vida dos Kaingang, registrou, em suas memórias, a existência de vários grupos no território conhecido na historiografia como campos de Guarapuava, cujo nome, na língua Kaingang, é Koran-bang-rê (MOTA, 2000, p. 81), atribuindo aos Camés, Votorons e aos Dorins. (LIMA, 2000, p. 66). Para compreendermos essas divisões, é de suma importância analisarmos uma extensa bibliografia do século XIX, especialmente, a partir da experiência do aldeamento de Atalaia e dos aldeamentos imperiais nas margens do rio Tibagi, para entendermos como foi se constituindo, na historiografia, a dualidade Kaingang a partir de observações dos agentes imperiais que conviveram com esse grupo.

Como destacamos, o povo Kaingang é uma sociedade dualista, com descendência patrilinear e residência uxorilocal. Desse modo, sua organização e seu espaço político territorial apresentam algumas singularidades próprias da sua segmentação. Para Ricardo Cid Fernandes, os Kaingang estão estruturados da seguinte forma: por um Grupo familiar englobante (GF), grupo familiar englobado (gf); grupo doméstico englobante (GD) e grupo doméstico englobado (gd); grupos locais (GL) e unidades políticas territoriais. (UPT). A figura abaixo ilustra melhor essas categorias sociais:

Figura 4: Sociabilidade Kaingang



Fonte: FERNANDES (c), Op. cit.

Temos, assim, o espaço territorial dos Kaingang interligando-se por algumas categorias sociais, das quais Marta Amoroso já destacou três no seu estudo sobre o aldeamento de São Pedro de Alcântara (AMOROSO, 1998, p. 90). Em nosso entendimento, duas outras categorias podem ajudar a compreender o território e a territorialidade dos Kaingang. São elas: (1) “indígenas aldeados”; (2) “indígenas agregados”; (3) “indígenas no sertão”; (4) “indígenas em circulação”; (5) “indígenas em contato/circulação entre 1, 2 e 3.”

Compactuamos com as três categorias sociais definidas por Marta Amoroso. Mas, em relação aos “indígenas aldeados”, aqueles que optavam pelo sistema de aldeamentos e que eram contabilizados, embora nem sempre os números apresentados pelos seus autores correspondessem aos números reais. Digo isso em função de que muitos indígenas eram relacionados no ato de batismo, mas retornavam assim que podiam para seu modo de vida, distante da nova situação que se apresentava. Para a categoria de “agregados²”, entendemos que esses eram grupos que fica-

2. Embora tenhamos utilizado a categoria “indígenas agregados”, aqui, conforme sua mentora, Marta Rosa moroso, discordamos quanto ao termo agregado, pois acreditamos que ele remete a uma categoria próxima da escravidão indígena, que caiu em desuso na documentação e que foi substituída pelo termo agregado. A documentação, que utiliza esse termo, aparece diversas vezes nas Listas de Habitantes e Róis de Confessados confeccionados na freguesia, que serão oportunamente

vam próximos dos aldeamentos e retornavam sempre que participavam de sua rede de mercadorias e brindes e que, segundo Amoroso, mantinham uma certa distância da missão católica, tinham uma presença mais compassada; e, por fim, “indígenas do sertão”, grupos que visitavam o aldeamento e voltavam ao seu livre arbítrio para suas habitações na mata, sem qualquer influência dos povoadores. (AMOROSO, 1998, p. 90).

Entretanto, somadas as três categorias sociais infracitadas, adicionamos uma quarta, “indígenas em circulação”, grupos que acompanhavam a certa distância os desdobramentos, sobre o sistema de aldeamentos, os ganhos e perdas, o modo como eram tratados, o uso de sua mão de obra, enfim, situações das quais eram constantemente informados por indivíduos que visitavam esses espaços, mas que não tinham qualquer gerenciamento sobre eles. A quinta categoria social diz respeito a um conjunto de sujeitos e grupos que orbitavam nessa esfera de “aldeados”, “agregados” e indígenas do “sertão”. Aqui, encontramos descrições nas fontes etnográficas de indígenas que transitavam por extensas áreas, mas que nunca chegaram a de fato se estabelecer dentro dos aldeamentos e nem mesmo viver em completo isolamento.

Voltemos ao modelo de distribuição territorial dos Kaingang, proposto na figura 4. Sobre o modelo, é necessário explicitar rapidamente sobre cada um desses itens: O grupo familiar englobante (GF) refere-se a todas as famílias, compostas por pessoas das duas metades, que receberão o homem como seu genro; outrossim, o grupo familiar englobado (gf) diz respeito à família do esposo da filha – aqui, podemos dizer pais e filhos. Sendo assim, temos o núcleo doméstico englobante, representado pelo GD da família que recebe um membro, e o grupo doméstico englobado (gf), que perde um dos seus homens para viver na casa do sogro – sobre os membros desse grupo, estão um homem, mulher, filhos (as), genros, noras e seus netos; já os grupos locais, referem-se aos laços de parentesco entre os diversos grupos, alimentando a relação de complementaridade; e, finalmente, as unidades políticas territoriais, que agregam todo o terri-

discutidos aqui na tese. Assim, utilizaremos a expressão *Índios soltos*, em substituição a *Índios agregados*, por entendermos que agregado remete à condição de escravo.

tório habitado pelos grupos já referenciados sob a liderança de um único cacique.

Logo que chegaram aos campos de Guarapuava, os povoadores iniciaram a construção de um fortim para assegurar a vida de seus membros das intempéries do sertão e também para não serem surpreendidos por um ataque dos Kaingang. Padre Chagas Lima assim relatou:

Passou-se imediatamente a fazer um reconhecimento, depois que, debaixo de uma tolda, o Missionário celebrou missa cantada, dando-se o nome da comemoração do dia aos ditos campos. Levou oito dias o reconhecimento, e se fez até a distância de 10 léguas, e não se tendo encontrado habitante, passou-se a fundar, da parte d'além do rio Coutinho, a povoação de Atalaia, nome que proveio de se ter erigido a primeira obra d'esta qualidade, com a elevação de 40 palmos, sobre quatro esteios, de onde a sentinella podia descobrir grande extensão do campo. (LIMA, 2000, p. 58).

Não demorou muito para que um grupo se aproximasse do local onde os luso-brasileiros estavam construindo suas casas. O resultado disso foi um confronto no qual, segundo Lúcio Tadeu Mota, “os quatro principais caciques das tribos reunidas no local, com pinturas e vestimentas de guerra, dão ultimato ao comandante: ou retiram-se ou matariam a todos.” (MOTA, 2000, p. 131). O evento indica que, além de buscar aliança política com outro, os Kaingang abriam-se para a possibilidade de casamentos intraétnicos, reconfigurando seu sistema segmentado. Esse evento marca também a prática de ações conjuntas daqueles grupos pertencentes às unidades políticas territoriais.

As proposições de Fernandes sobre a representação familiar Kaingang se aplicam para o ano de 1812, quando o cacique Pahý Engrayê convence seu chefe principal, Candói, a se estabelecer no abarracamento de Atalaia. O padre Chagas Lima assim se expressou: “tivemos a felicidade e satisfação de ver entrar, pelo abarracamento da Atalaia, sua corporação contada, [...] de 312 pessoas, e continha duas naçoens, hua de Camés, outra de Votorons.” (LIMA, 1943, p. 237). Com efeito, a permanência de-

les foi por pouco tempo; alguns indivíduos deixaram o abarracamento assim que se recuperaram da sua enfermidade e outros por ocasião de novas alianças matrimoniais. A poligamia foi uma das situações evasivas daquele ano de 1812. Isso fez com que muitos grupos domésticos abandonassem Atalaia, em especial, o chefe dos Votorões, Hypólito Candói. Sobre ele, padre Chagas Lima descreve:

[...]foi para a guerra, levando para os sertões toda a sua família, que era numerosa, e outros muitos votorões, com os quaes se foi alojar em uma campina além do Iguassú, aggregando a si hordas vizinhas, do que formou um corpo de 200 pessoas, com as quaes vivem em deboche; até que em 1817, foi morto, com outros muitos da sua facção, por ocasião das costumadas orgias[...]. (LIMA, 1943, p. 48).

A descrição do padre Chagas Lima para esse episódio traduz a presença do cacique principal, Hypólito Candói, no comando de grupos domésticos e familiares, bem como a dualidade marcante de sua organização social de alianças e conflitos. A tendência segmentária dos Kaingang, que estiveram em Atalaia, estava muito próxima dos conflitos do que propriamente voltados às alianças com outros grupos, mesmo que elas ainda acontecessem. Assim, podemos vislumbrar as alianças de grupos familiares a partir das suas queixas:

No ano de 1823, a horda inteira dos Votorões(de 100 indivíduos, mais ou menos) se partou espontaneamente da aldeã, levando consigo duas famílias de Camés[...] contudo vinham quase todos os annos, e passavam alguns meses na aldeã, fazendo-se instruir na doutrina christã e, depois occultamente se evadiam, levando sempre outras da sua facção, aos quaes seduziam. (LIMA, 2000, p. 49).

Os grupos indígenas, que retornavam ao abarracamento, além de buscarem objetos, tinham a pretensão de estabelecer alianças com outras famílias. Enquanto aguardavam o desfecho dessas alianças, permitiam que o padre Chagas Lima ministrasse os sacramentos entre os seus fami-

liares. Tão logo suas demandas fossem supridas, retornavam para suas unidades políticos territoriais acompanhados de outros membros da metade oposta, resultado de novas alianças. Nesses termos, concordamos com Ricardo Cid Fernandes, ao afirmar que os Kaingang:

1- estavam divididos em diversos grupos com domínio político territorial; 2- mantinham estreitas relações de aliança e conflito; 3- reconheciam a regra da aliança via inter – casamentos; 4 – eram capazes de formar blocos de atuação política; 5- os grupos eram em grande parte, constituídos por membros de uma família numerosa; e 6 – incorporaram o contato com os brancos aos seus mecanismos de divisão interna. (FERNANDES, 2003, p. 106).

A documentação das primeiras décadas do século XIX, sobretudo a partir dos relatos do padre Chagas Lima e das autoridades militares, descrevem os aspectos sociopolíticos dos Kaingang. São narrativas que proporcionaram aos pesquisadores da temática identificar de que maneira essas indígenas estavam organizados socialmente quando tiveram os primeiros contatos com os colonizadores. Por meio desses documentos históricos podemos repensar o papel desempenhado pelos indígenas no processo de povoamento dos campos de Guarapuava, não mais como sujeitos passivos ao processo de invasão de seus territórios, mas como indivíduos lutando por seus direitos tanto para manter suas unidades políticas territoriais, quanto por seu modo de vida.

Considerações finais

Nas últimas décadas, as pesquisas dedicadas à temática indígena têm demonstrado um avanço considerável no Brasil. Para além do interesse pela história do encontro de mundos diferentes, entre indígenas e colonizadores, essas novas pesquisas trazem para o “palco da história” um novo olhar a respeito dos processos históricos aos quais os povos indígenas foram submetidos ao longo de mais de quinhentos anos. O diálogo proposto pela história e pela antropologia, ao articular suas respecti-

vas ferramentas de pesquisa, abre espaço para trabalhos excepcionais que apresentam metodologias e outros pontos de vista para a escrita de uma nova história indígena.

Não se trata apenas de um revisionismo dos períodos históricos em que os povos indígenas foram retratados de forma negativa – como resistentes à integração imposta pelas autoridades coloniais –, em alguns casos, esquecidos ou silenciados nos gabinetes e nas histórias nacionais de outrora. Busca-se mostrar o protagonismo desses grupos indígenas na atuação em defesa de seu modo de vida, sua cultura, sua organização social e cosmológica.

Esse é o caso para os Kaingang de Guarapuava, que ao longo do século XIX foram tratados pejorativamente como apenas “índios”. Entretanto, as questões vinculadas à sua organização social e cosmológica, discutido aqui no texto, não reafirma apenas um protagonismo com a interlocução entre a história e antropologia na atualidade. Em se tratando da maneira como eles foram nomeados nesse período, temos a dizer que o padre Antônio Braga de Araújo, conforme colocamos no início do texto, eles já se autodenominavam “Caingang”. A clareza na escrita desse termo nos leva a pensar que eles se reconheciam dessa forma, marcando sua diferença e identidade perante a sociedade nacional.

Referências

ALMEIDA, Carina Santos de. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xapecó**. Tese (Doutorado em História). Florianópolis/SC: PPGH/UFSC, 2015.

ALMEIDA, Ledson Kurtz de. **Dinâmica religiosa entre os Kaingang do Posto Indígena Xapecó-SC**. Florianópolis, 1998, (Dissertação de Mestrado) PPGAS-UFSC, 161 p.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2017.

AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e Evasão: etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)**. (Tese de Doutorado). São Paulo: Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, 1998.

ARAÚJO (h), Antonio Braga de. **Relatório enviado ao presidente de província do Paraná José Antonio Vaz de Carvalhaes**. Curitiba: 21 de março de 1857. APP-Arquivo Público do Paraná. BR/PR/APPR/PB001/ GPR/ CAE/3.88., 5 páginas.

BALDUS, Herbert. O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. In: BALDUS, Herbert. **Ensaio de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Editora Nacional/Editora Brasileira, 1979.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade indígena**. Curitiba: Instituto Memória, 2009(1908).

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Editora Edusp, 2000.

DILL, Fernanda Machado; BUENO, Ayrton Portilho; DORNELES, Vanessa Goulart. É hora de (re) tornar: Intervenção espacial para visibilização do povo Kaingang na cidade de Chapecó. *ARQUITECTURAS DEL SUR*, p. 98-113, 2020.

DURAT, Cristiano Augusto. **Terras de aldeamento em disputa: Francisco Gacom e “uma” história sobre os Kaingang do Paraná** (Século XIX). Florianópolis/SC: 2019, (Tese de Doutorado), PPGH-UFSC.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica**. São Paulo: 2003, (Tese de Doutorado) PPGAS-USP.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná**. Florianópolis: 1998 (Dissertação de Mestrado) PPGAS-UFSC.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Laudo Antropológico**. Impactos da Usina Quebra-Queixo sobre a terra indígena de Chapecó. Florianópolis: 2001.

GUIMARÃES, José da Silva. **Requerimento**. São Paulo, 27/02/1810. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370. Arquivo Nacional –AN.

LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. **Fronteiras geográfica, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)**. Pesquisas/Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1996.

LIMA (a), Francisco das Chagas. **Livro de Assentos de Baptismo de Pessoas Livres de Nascimento nº 1**: desde 13 de março de 1810 até 4 de setembro de 1867, Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

LIMA (a), Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. In: SALLAS, Ana Luisa Fayet (Org). **Documentação sobre os povos indígenas: séculos XVIII e XIX**. Curitiba: Editora Aos quatoros ventos, Série Monumenta, v. 3, nº 9, 2000.

LIMA (c), Francisco das Chagas. **Livro de Óbitos de pessoas livres, acontecidos na Freguesia de Guarapuaba. Desde 16 de novembro de 1809 até 08/11/1880**. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

MÉTRAUX, Alfred. The Caingang. In: WASHINGTON, J. Steward. **Handbook of South American Indians**. 1946, vol. 1, part 3, pp. 445-475. Essa versão foi traduzida por Jacó Cesar Piccoli em 1979, e publicado pela Associação Nacional de Apoio ao Índio – PR.

MOTA (b), Lúcio Tadeu. A passagem e a presença dos Jês Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, nº 27, São Paulo: 2016., p. 135-157.

MOTA, Lúcio Tadeu. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye. **Urí e Wási**. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina/Pr: Editora da UEL, 2000, p. 81-190.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e Indigenismo**: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1993.

PONTAROLO, Luizangela Padilha. **Francisco das Chagas Lima**: a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1808-1828). Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: PPGH/UFPR, 2012.

PORTARIA 11/04/1812. Portaria. São Paulo 11 de abril 1812. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordens régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370. Arquivo Nacional –AN.

SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no Governo do Governador e Capitão-General Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, conforme às Ordens de Sua Majestade. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: volume 76, 1962.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil*: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973. p. 36. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

SOUZA, Almir Antonio. **Armas, pólvora e chumbo**. A expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX. Tese (Doutorado em História). Florianópolis/SC: PPGH/UFSC, 2012.

TOMMASINO, Kimiye. **Kikikoi**: ritual dos Kaingang na área indígena Xapecó/SC. Registro áudio-fotográfico do ritual dos mortos. Londrina: Midiograf, 2000, 36p.

TRIGGER, Bruce G. Ethnohistory: Problems and Prospects. **Ethnohistory**, v. 29, n. 1, p. 1-19, winter, 1982. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/481006>. Acesso em: 16 de junho de 2015.

TURNER, Terence. The Gê and Bororo societies as dialectal systems. A general model. In: **Dialectal Societies: The Gê and Bororo of Central Brazil**. Harvard University Press. Cambridge Massachussets, 1979.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo suas línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro. (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992.

VALLE, Manoel Soares. **Planta do terreno descoberto de Guarapuaba**. Mapa do acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. 1811.

VEIGA, Juracilda. A retomada da festa do Kikikoi no PI Xapecó e a relação desse ritual com os mitos Kaingang. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye. **Urí e Wāsí**. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina/Pr: Editora da UEL, 2000, pp.261-292.

VEIGA, Juracilda. Aspectos da Organização Social entre os Kaingang do Xapecó (SC). In: LEITE, AG. **Kaingang: confronto cultural e identidade étnica**. Piracicaba: Ed. Unimep, 1994.

VEIGA, Juracilda. Nome, pintura e descendência entre os Kaingang de Xapecó. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye. **Urí e Wāsí**. Estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina/Pr: Editora da UEL, 2000.

WIESEMANN, Ursula. **Os dialetos da Língua Kaingang e Xoklêng**. Arquivos de Anatomia e Antropologia. Rio de Janeiro: 1978, Vol III – Ano III, p. 199. Disponível na Biblioteca Curt Nimuendajú: <http://biblio.etnolinguistica.org>

Mulheres, trabalho e resistência camponesa: o caso dos quintais faxinalenses

Marisangela Lins de Almeida

Nesse ensaio¹, proponho uma reflexão sobre os significados do trabalho das mulheres nos quintais agroecológicos faxinalenses, cujo saber-fazer está relacionado à complexa problemática das práticas tradicionais e saberes ancestrais que atravessam e são atravessadas por estruturas de reciprocidades, temporalidades e memória².

A análise possui como base fotografias e narrativas³ orais de mulheres, moradoras do Faxinal do Salto (Rebouças/PR) e do faxinal Rio do Couro (Irati/PR). As fotografias dos quintais faxinalenses foram produzidas por mim em trabalho de campo, entre os anos de 2017 e 2019, assim como as entrevistas, e estão relacionadas à minha pesquisa de doutoramento em História, em andamento. As fotografias, aliadas às narrativas orais, nos permitem problematizar os conhecimentos camponeses

1. As discussões desse texto vinculam-se à minha pesquisa de Doutorado intitulada “Trabalho, terra e família: relações de gênero na dinâmica social faxinalense”, sob orientação do Professor Dr. Paulo Pinheiro Machado. A pesquisa, em andamento, conta com apoio da CAPES, através de bolsa de estudos.

2. Operamos com a concepção de Portelli (1997, p. 27) de que memórias são interpretações; segundo ele, “aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores”. Ele ressalta ainda que o ato e arte de lembrar são profundamente pessoais, apesar de ser moldada de formas diversas pelo meio social. Nesse sentido, de acordo com os fundamentos teóricos e metodológicos da História Oral, onde autores como Pollak (2010), Antonio Torres Montenegro (2006), Janaina Amado (1995) e Alessandro Portelli (1997) convergem quanto ao entendimento do processo de construção das narrativas, no sentido de que são elaboradas tomando como referência as experiências subjetivas e socialmente compartilhadas.

3. (...) a narrativa é uma forma de configurar os eventos do passado na sucessão temporal, construindo significados e sentidos humanos. Narrar é criar um fluxo de eventos e estabelecer uma duração que possibilitem o entendimento humano (seja o próprio entendimento, seja o do outro). Cada pessoa, ao contar sobre o passado, utiliza a narrativa para articular suas lembranças, porém conforme o contexto presente no qual se insere, e não a partir do próprio passado (Ricoeur, 2010). Assim, a narrativa é construída a partir de determinado enredo que articula os elementos mobilizados para lhe dar conteúdo.

aplicados no solo para a produção de alimentos para a família e para a comunidade.

De acordo com Ploeg (2008), a tradição dos estudos camponeses tem negligenciado a *forma* de se praticar agricultura. Desse modo, concentro-me nas práticas de cultivo da terra nos quintais faxinalenses e nos seus significados. Chayanov (2014) nos convida a compreender a dinâmica interna das unidades camponesas⁴. É a partir de suas concepções teóricas que me proponho a problematizar aspectos relacionados a dinâmica de produção e trabalho nas unidades camponesas faxinalenses (caracterizadas pelo caráter familiar de produção), particularmente no espaço dos quintais. Os pressupostos teóricos de Chayanov nos auxiliam na reflexão a respeito de família e cultura nas unidades camponesas modernas, pois ele propõe uma definição de campesinato cuja base se alicerça na família camponesa e nas determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico. Seus estudos apontaram a existência de racionalidades próprias do campesinato, destoantes da racionalidade capitalista.

Desse modo, tomamos o campesinato enquanto identidade, construída e redefinida em diversos contextos sociais, culturais e políticos, num processo de representação de seus atores. Nesse ensaio, procuro pensar a sociedade camponesa para além das questões econômicas, como sugere Chayanov (2014).

A modalidade de campesinato denominada Faxinal, se caracteriza por adotar um modo particular de uso comum⁵ de seu território e dos recursos naturais, onde as criações de bovinos, suínos, caprinos, equinos e aves vivem soltas na área de criar (onde localizam-se as moradias e os

4. Como demonstrou Ploeg (2008), a condição camponesa não é estática, além disso, é marcada por uma luta contínua por autonomia.

5. Segundo Almeida (2009), o uso comum designa situações nas quais o controle de recursos básicos não é exercido de maneira individual por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores ou por um de seus membros. O controle dos recursos naturais ocorre por meio de normas específicas consensuais estabelecidas na unidade social. Existem, nas relações sociais que permeiam as terras de uso comum a noção de propriedade privada, entretanto, no caso dos faxinais, ela é marcada por laços de reciprocidade e por uma diversidade de obrigações para com os demais grupos de parentes e vizinhos

quintais); as aguadas também são compartilhadas. Um grande cercado, construído e mantido a partir de trabalho comunitário, separa os dois espaços para que os animais criados à solta não adentrem as plantações das roças, tradicionalmente feitas com pouca ou nenhuma utilização de maquinaria pesada, agrotóxicos e insumos. As áreas de plantar, tradicionalmente, são marcadas pela prática de plantação no “toco”, isto é, depois da roçada de uma área o terreno é queimado e com plantadeiras ou enxadas realiza-se a plantação das sementes⁶.

Os agentes sociais que se autodenominam faxinalenses, se tornaram visíveis recentemente⁷. Apesar de, em um viés economicista, serem considerados atrasados e fadados ao desaparecimento⁸, estes persistem como organizações de base comunitário-tradicional⁹, reproduzindo-se socialmente mediante relações de parentesco, compadrio e vizinhança,

6. Observamos, contudo, que a divisão binária entre terras de criar e terras de plantar, centrada na coordenação do espaço, não se apresenta de forma homogênea em todas as comunidades.

7. Souza (2009), afirma que, apesar do conhecimento sobre a situação dos faxinais ter aumentado significativamente, não se pode afirmar com exatidão o número existente de faxinais no sul do Brasil. Isso se deve, dentre outros aspectos, ao fato de que os chamados povos faxinalenses estão construindo sua identidade coletiva a partir de acontecimentos e reivindicações do presente, ou seja, a partir de conflitos com antagonistas, como chacareiros, sojicultores, empresas madeireiras, empresas fomicultoras, entre outros, denominados pelos faxinalenses como “gente de fora”. Como uma nova forma organizativa a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses incorpora reivindicações principalmente de direitos territoriais a partir da construção de identidades coletivas desses grupos.

8. No imaginário social e, mesmo na literatura clássica sobre o tema, persiste a tendência de interpretar o modo de vida faxinal como resquício, como algo atrasado e fadado ao desaparecimento, tal como escreveu Chang (1988, p. 109): “Finalmente, [...] cremos que dentro de 10 ou 12 anos, o sistema faxinal não mais fará parte do setor produtivo rural do Paraná”. Inserido na noção de “ciclos econômicos” a abordagem prognosticava o fim do que a autora denominava “sistema faxinal”. Tal abordagem – recorrentes nos estudos dos anos 1980 e 1990 – estava/á alinhada à concepção de linearidade temporal. O modo de vida faxinal, nessa concepção temporal, caminharia do atraso para o moderno (uso de máquinas pesadas, de agrotóxicos e venenos), quando suas características, como vimos acima, desapareceriam, engolidas pelo progresso dos monocultivos.

9. Sobre o conceito de tradicional, Paul Little (2002) afirma que há uma tendência de associar esse elemento analítico às concepções de imobilidade histórica e atraso econômico. Contudo, “conceito de ‘tradicional’ tem mais afinidades com uso recente dado por Sahllins (1997) quando mostra que as tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação”. O uso do conceito de Povos Tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum; o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade. (LITTLE, 2002, p. 22)

lançando mão de um conjunto de práticas marcadas pelo costume e reciprocidade.

Sabourin (2009, p. 52) argumenta que a reciprocidade se expressa no plano real, em função de seus aspectos materiais, por meio de formas de solidariedade na produção ou redistribuição de alimentos, por exemplo, mas também no plano simbólico, através das normas e/ou costumes. Para ele, reciprocidade significa existência de uma relação de um primeiro termo para um segundo, bem como do segundo para o primeiro, ou seja, é uma relação que se redobra. Ela constituiu uma relação reversível entre sujeitos: cria um valor ético que se torna o valor econômico de uma economia de reciprocidade, diferente da troca, que se apoia na existência de um sistema de mercado concorrencial, criador de preço (uma permutação de objetos) SABOURIN (2009).

Nos dois faxinais selecionados para análise, apesar de processos – em andamento – de desarticulação das áreas de uso comum, as relações de reciprocidade fazem parte do modo de viver de seus moradores. Dentre outras formas, a reciprocidade se expressa no uso coletivo da terra e dos recursos naturais, nos mutirões, feiras agroecológicas e nas permutas de sementes crioulas e alimentos oriundos dos quintais e da roça.

O Faxinal do Salto, segundo a Associação Puxirão Faxinalense, possui criador comum aberto, apesar de pressões externas e internas para o seu fechamento. Nele vivem cerca de 80 famílias que vivem em constantes conflitos, principalmente com plantadores de soja. Em relação às violências sofridas temos: ameaças contra lideranças, danos, matança e roubo de criação animal e violação dos acessos ao criador comum. (MEIRA, VANDRESEN e SOUZA, 2009).

Já o Faxinal Rio do Couro – onde vive a Sr^a Terezinha e a Sr^a Bernardete, cujas narrativas analisaremos adiante – é representativo do que pode ser compreendido como faxinal, pois, segundo Carvalho (1984), o cercamento completo do seu criador comunitário, em seu perímetro, remonta ao início do século XX. Atualmente, o criadouro comum está bastante restrito, uma vez que diversas cercas individuais, chamados pelos moradores de “fechos”, obstruem a livre circulação de pessoas e animais,

comprometendo o acesso aos recursos naturais, como pastagens e aguedas¹⁰, e, conseqüentemente, o modo de vida faxinalense¹¹. Entretanto, práticas de uso e manejo de sementes crioulas, relações de reciprocidade, solidariedade e ajuda mútua são mantidas pelas moradoras e moradores da comunidade.

Permanece, assim, uma forma basicamente feminina de reciprocidade: a permuta de atividades de cuidado e de alimentos e sementes provenientes dos quintais. Durante o trabalho de campo, realizado entre os anos de 2017 e 2020, observamos que as mulheres são, na grande maioria, as responsáveis pelo sistema de produção nos quintais e também que a troca de sementes/mudas e de produtos oriundos destes possuem uma longa tradição nessas comunidades.

Segundo Amaral e Neto (2008), os quintais são uma das formas mais antigas de manejo da terra, o que indica sua sustentabilidade. As autoras argumentam que pouca atenção científica tem sido dada ao assunto, apesar de esse sistema de produção prover e sustentar milhões de pessoas. Oakley (2004) relaciona os quintais domésticos à reservatórios de agrobiodiversidade, existentes em comunidades de diferentes partes do mundo. Segundo a autora, sendo as mulheres as responsáveis pela manutenção desse sistema, elas preservam a agrobiodiversidade através de plantações em alta densidade de espécies subutilizadas, transformando seus quintais em verdadeiros laboratórios de experiências para a adaptação de diferentes variedades de plantas locais e não-domesticadas.

Nos faxinais, o quintal é um espaço amplamente encontrado nas moradias, contíguo a casa. Devido à prática de criação de animais à solta,

10. Esse processo de cercamentos não ocorreu de forma harmoniosa. Segundo o mapeamento situacional dos faxinais do Paraná (2009), três formas de violências foram observadas contra os(as) faxinalenses e seus bens, provocadas por conflitos com seus antagonistas (plantadores de soja e pinus): danos, matança e roubos de criação animal, violação dos acessos ao criador comum (incorrendo em destruição, remoção ou colocação litigiosa de mata-burros e/ou portões) e homicídios. Compreendemos que o cercamento se dá, não somente nas terras de uso comum, mas também das relações sociais.

11. Ver: ALMEIDA, Marisangela Lins de; MONTYSUMA, Marcos Fábio Freyre; SCHORNER, Ancelmo. Cercas e memórias: a experiência histórica do uso comum da terra no Faxinal Rio do Couro (Irati-PR). *Revista de História Oral*, v. 22, n. 1, p. 164-183, jan./jun. 2019.

eles precisam ser cercados para que estes não danifiquem as plantas. Os cultivos são bastante variados, neles encontram-se diferentes espécies de árvores frutíferas, ervas medicinais, flores, legumes, verduras, temperos, hortaliças, plantas protetoras, entre outros. Ele é, assim, e ao mesmo tempo, uma horta, uma farmácia, um pomar e um jardim.

A produção é, geralmente, destinada para o consumo familiar, e são, predominantemente, lugares de domínio feminino. É onde a conversa flui, o orgulho brota, e o saber-fazer das mulheres faxinalenses se manifesta na sua reinvenção criativa.

Imagem 1: Quintal faxinalense. Fotografia de Marisangela Lins de Almeida, 2017.



Fotografia de Marisangela Lins de Almeida, 2017.

Esse quintal, localizado no Faxinal do Salto – um dos vários fotografado por mim em 2017, quando me dediquei mais a fundo a observar/ conhecer os quintais de diferentes faxinais de Rio Azul, Rebouças e Irati – impressionou-me pelo contraste de cores e a diversidade de plantas. Guardei a fotografia com carinho, mas algo me intrigava toda vez que “passava” por ela, mas não possuía ainda ferramentas do conhecimento para olhá-la e lê-la na sua intrigante profundidade, como *forma que pensa*,

como apontou Samain (2012). Agora, mergulhando nela meu olhar, penso na imagem como potência de arquivo e de vida. O enigmático percurso do azul do céu, passando pelo verde das plantas, ao marrom da terra, proporciona elementos para pensar formas de representações “outras” de um imaginário e de um saber-fazer camponês.

A fotografia acima, enquanto suporte da imagem, apesar de não conseguir alcançar a dimensão da diversidade de quintais existentes nos faxinais, proporciona, uma visualidade parcial da pluralidade de cultiváveis (hortaliças, frutas, ervas medicinais flores, entre outros) existente neles. Para além, é possível pensar essa pluralidade no âmbito das cores, sabores, texturas e temporalidades.

O quintal insere-se num complexo sistema de representações simbólicas e de sociabilidades impressos na ruralidade, indicando também um saber-fazer. Consideramos que esta imagem é também potência de memória. Ela favorece e permite pensar as nuances do trabalho feminino na terra, os desdobramentos e significações de plantar alimentos, comida, para si, para a família e vizinhos, que envolve uma extensa rede de trocas. Saber a época, a lua, os procedimentos de armazenamento e as práticas de troca – fundamentais para a soberania e autonomia alimentar e produtiva da família e da comunidade, defesa do seu patrimônio genético e do estabelecimento e/ou consolidação de relações de reciprocidade – informa a respeito de sobrevivências de regimes *outros* de saber, impressos nas memórias das mulheres da comunidade.

A atividade nos quintais, talvez mais que em outro espaço dos faxinais, é orientada por um conhecimento tradicional geracional e experiential. A narrativa abaixo nos auxilia nessa reflexão:

O quintal é um lugarzinho que se possa plantar coisas que faça bem para a saúde. Eu planto com orgânico, não uso nada de veneno. No esterco vem mais bonito que no adubo da cidade. Eu uso esterco de galinha. O da vaca é muito úmido, apodrece as plantas, o de cavalo eu acho que resseca. O esterco deixa a terra úmida. O adubo seca a terra. Até com a folhaceira das árvores é bom de plantar. Pega as folhas secas e joga no quintal. Esterco debaixo do pinheiro, as pontinhas de

sapé são muito boas. Sem agrotóxico fica mais saudável. Eu acho que não depende de agrotóxico, a verdura dá sem veneno e adubo da cidade [...] ainda segunda fui buscar muda de batata salsa na Maria. Trocamos sementeira de tomate, rama de mandioca. Aqui no faxinal ainda existe muito isso, essa troca de sementes. Trocamos semente de abóbora. Igual tomate, uma semeia antes, daí troca, porque uma tem uma qualidade, a outra tem de outra qualidade, daí troca, entende? Essa época é bastante trocado, por causa que é mais coisas e é época. Planto alface, repolho, couve flor, tempero, salsinha, cebolinha, várias coisas, varia da época. Mandioca, agora é época de plantar, tomate, melão, pepino, também é hora de plantar, daí é um troca-troca de muda da mulherada. Agora é a época que se planta mais as coisas, tem coisa que se plantar fora de época não dá. E tem a lua também. É bom plantar na lua cheia. Se for plantar batata na lua nova broqueia tudo. A batata tem de plantar na mingunte [...] O melão a gente tira a semente, lava e coloca para secar no sol, numa peneira, abóbora e tomate a mesma coisa, coloca num vidro e conserva na geladeira, dura de um ano para o outro. E a maioria das sementes que nós temos é troca que a gente faz, trocamos muda também. Eu aprendi com a mãe, desde nova a gente lidou¹².

Assim como a fotografia, a narrativa nos convida/convoca a pensar a respeito de conhecimentos situados à contrapelo (Benjamin, 1987) na lógica da modernidade. Na prática cotidiana de trabalho no quintal é preciso conhecer os ciclos da lua, as finalidades das plantas, particularmente das ervas medicinais, técnicas de adubação e armazenamento das sementes (crioulas), avaliar a topografia da terra e produtividade do solo. O passado, apesar de potente, “encoberto” ao nosso primeiro olhar no registro fotográfico, se oferece na completude das narrativas femininas.

A estética¹³ do espaço dos quintais e as práticas não colonizadas que o envolvem nos orientam na compreensão das sobrevivências temporais.

12. Sr^a Terezinha, entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.

13. Mignolo (2010) ao teorizar sobre Aisthesis Decolonial argumenta que a palavra estética, deriva do vocábulo grego antigo *aisthesis*, cujo significado está relacionado à sensação, porém, a

Na interpretação de Ploeg (2008), há um imaginário que associa a agricultura camponesa à estagnação e atraso – e a agricultura empresarial e capitalista ao futuro –, entretanto no modo camponês de fazer agricultura, passado, presente e futuro estão entrelaçados de uma forma contraposta à organização do tempo implícita na agricultura capitalista.

Para as mulheres faxinalenses, no exercício de seus saberes/fazeres, o passado não está morto, encerrado, mas entrelaçado ao presente e futuro. Assim, *“Eu aprendi com a mãe”*; *“A batata tem de plantar na minguan-te”*, *“até com a folhaceira das árvores é bom de plantar”*, são expressões que indicam esse fato. No quintal, a partir dos conhecimentos tradicionais, acontece um encontro de tempos diversos e é um dos locais onde práticas ancestrais de cultivo resistem.

A perda de determinadas espécies de sementes crioulas implicaria no fim de variedades de alimentos à mesa, afetando a qualidade nutricional da família. Ploeg (2008) assinala a importância estratégica da construção e manutenção de uma base de recursos autocontrolada na autonomia camponesa. Assim, as narrativas acima manifestam preocupações com o tempo futuro, para que não haja escassez.

O conteúdo narrado pelas entrevistadas nos fornecem elementos para problematizar a dinâmica das tradições culturais faxinalenses. Isto nos leva ao texto de Montenegro (2006), que advoga a respeito da importância de *“rachar as palavras”* ao analisar e interpretar narrativas, ou seja, compreender e considerar que os sujeitos e o conteúdo do que narram, bem como suas memórias, estão inscritos na cultura local¹⁴.

A narrativa da Sr^a Terezinha, por exemplo, construída no interior do seu quintal – espaço onde, orgulhosamente, mostrava as plantas (ervas medicinais, árvores frutíferas, verduras, temperos, hortaliças, legumes, flores) ensinava a respeito do processo de escolhas e armazenamento das sementes, técnicas e ciclos de plantio, colheita, consumo e as relações de

partir do século XVII o conceito de *aesthesis* se restringe, passando a significar sensação de belo.

14. Pollak (2010) também nos auxilia na compreensão da importância de considerar que histórias e memórias devem ser relacionadas aos locais onde foram produzidas.

reciprocidade – suscita questões referentes à organização do coletivo, estruturas de reciprocidade, experiência e memória e trabalho.

O processo de trabalho, envolvido pelo tempo e espaço, é visualizado na estética dos quintais. Ploeg (2008) menciona que o processo de trabalho camponês é criativo, pois nele são desenvolvidas aprendizagens constantes. Por sua vez, a narrativa da Sr^a Bernardete Longato, também moradora do faxinal Rio do Couro¹⁵, nos fornece ferramentas para pensar o quintal como espaço de trabalho (envolto em aprendizagens e manutenção de conhecimentos).

Sementes crioulas a gente sempre usa, quase tudo, na verdade. Semente de abóbora, de pepino, de tomate, feijão, de tudo, madura no pé, daí colhe e fecha no vidro. Feijão, por exemplo, feijão crioulo, se colocar no fundo do vidro algodão com álcool e acender e colocar o feijão, não caruncha, daí dá pra plantar, porque dura muito tempo. De um ano para outro. E aqui, nós mulheres trocamos as sementes também ¹⁶.

Desta forma, estes saberes e práticas são destoantes de uma racionalidade moderna, diferente do modo empresarial e capitalista de fazer agricultura, cuja racionalidade dos monocultivos implica num alisamento da terra e do conhecimento envolvido. Se entendemos a agroecologia como conhecimento, é necessário ressaltar que esse conhecer é feminino. A práxis agroecológica é feminina e se dá pela observação e experimentação¹⁷.

15. Dos faxinais visitados, o Faxinal Rio do Couro é o que se encontra geograficamente mais distante da cidade, além disso o acesso ao mesmo é dificultado por estradas sem manutenção. Esse fato, possivelmente, pode estar associado à frequência e intensidade das trocas de sementes, pois as moradoras com quem conversei relataram a dificuldade de ir para a cidade mais próxima. Há também a preferência por produtos orgânicos. Comprar sementes, verduras e legumes na cidade não é algo comum para elas, também pelo que denominam de “gosto”. Para dona Elizabete (2017), por exemplo: “Uso só esterco de vaca e de galinha, não uso veneno, porque verdura é diferente, é pra comer. Desde o tomate, o do mercado parece um papelão de duro, o meu é molinho Nós fazemos tudo aqui mesmo, a verdura tem sabor, é mais gostoso”.

16. Sr^a Bernardete, entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.

17. De acordo com Giraldo (2018, p. 80), o conhecimento das camponesas e camponeses

Esses conhecimentos e práticas garantem certo grau de autonomia frente a sociedade envolvente. Os alimentos produzidos nos quintais pelas mulheres estão relacionados à uma ideia de justiça social, além disso possuem uma cultura, ancestralidade e cosmovisão. As cosmologias não estão separadas da esfera social, havendo, portanto, uma dimensão política desse saber-fazer feminino.

Entendemos essas práticas como enfrentamentos. James Scott¹⁸ (2002) apontou a importância de considerar o cotidiano como espaço de expressão política dos camponeses e camponesas¹⁹. Para as mulheres faxinalenses, que operam numa desvantagem estrutural de gênero, classe e sujeitas às violências ocasionadas pela racionalidade do agronegócio, formas de luta cotidianas são vitais para a manutenção do modo de viver, se relacionar com a terra e com os alimentos. Assim, a manutenção de práticas de produção de alimentos nos quintais domésticos, longe de ser considerada estagnação e atraso, é mecanismo de agência. Como assinalou Ploeg (2008, p. 41), “a produção agrícola representa, para os camponeses, um de seus principais campos de batalha”.

Num contexto de ameaça dos territórios faxinalenses devido ao avanço de racionalidades ligadas à perspectiva desenvolvimentista, que considera a natureza e a terra apenas como mercadoria, entendo que as práticas relativas ao plantio – sem uso de fertilizantes, agrotóxicos e sementes transgênicas –, seleção, manejo e permutas de sementes crioulas é

não podem ser separados do seu contexto de vida, ele existe em imbricação contínua com o lugar habitado. Desse modo, a elasticidade na temporalidade imanente aos ciclos agrícolas e temporários, reciprocidade nas relações comunitárias e a complementaridade entre a paisagem e as superfícies de cultivo são aprendizagens que surgem da participação ativa com o território habitado.

18. Inspirando-se nos trabalhos de E.Wolf, B.Moore, Shanin, e Chayanov e tomando como contexto empírico o desenvolvimento histórico da sociedade agrária na Baixa Burma e Vietnam, James Scott desenvolve o conceito de economia moral. O conceito de economia moral de J.C. Scott expressa uma ‘economia e sociologia da ética da subsistência’ e se fundamenta em três noções, a de safety-first (segurança-primeiro) ou “risk-avoidance” (risco mínimo), a de justiça permeada na rede de reciprocidade entre amigos, parentes, nas relações com os patrões ou até mesmo com o estado e de subsistência como uma reivindicação moral (‘right to subsistence’). (SCOTT, 1976, p.27, apud MENEZES, 2015, p. 2).

19. Segundo Ploeg (2008, p. 37), historicamente, os estudos a respeito do campesinato têm negligenciado a condição de agente dos camponeses/as.

um traço marcante da autonomia dessas populações frente as imposições e domínios do agronegócio²⁰.

A produção alimentar dos quintais, levadas à mesa da família, possui uma procedência. Diferente do *modus operandi* do Império alimentar, teorizado por Ploeg (2008). Segundo o autor, o Império²¹ é a expressão de uma produção agrícola descontextualizada, e como tal, desconectada das especificidades dos ecossistemas locais e da sociedade regional. Para a compreensão dessa lógica, o conceito de desconexões é elemento chave, pois, por meio do Império, a produção e o consumo de alimentos se tornam cada vez mais desconectados entre si, tanto no espaço quanto no tempo.

O Império alimentar opera mudanças nas formas de produção agrícola, no consumo de alimentos e na própria gestão da natureza. No entendimento de Ploeg (2008, p. 22) “O Império e a Agricultura capitalista são o principal laboratório e condutor do processo de industrialização”, esta, por sua vez, representa uma desconexão entre a produção e consumo de alimentos (os espaços de produção e consumo e a inter-relação entre eles deixam de ter importância). Assim, segundo ele, o processo de industrialização da agricultura representa um movimento contínuo que caminha na direção oposta à integridade, pois acarreta, entre outros fatores, uma produção afastada dos ecossistemas locais, na subjugação destrutiva da natureza, na desintegração e recomposição dos produtos alimentares.

O processo de industrialização estaria relacionado a um controle crescente do Império alimentar sobre os/as camponeses/as e sua forma de produzir e consumir alimentos. Desse modo, as sementes mantidas

20. Almeida Júnior e Mattos (2005) alertam para os perigos do desaparecimento das sementes convencionais, relacionando o avanço das sementes transgênicas à insegurança alimentar.

21. O Império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. Ao mesmo tempo, o Império é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias. Em conjunto o Império constitui um regime, uma gramática ou um conjunto de regras compreendidas no complexo coerente de conhecimento científico, práticas de engenharia, tecnologias do processo produtivo, características de produtos, [interesses empresariais, ciclos de planejamento e controle, engenharia financeira, modelos de expansão], e formas de definir problemas (PLOEG, 2008, p. 22).

pelo trabalho e sabedorias das mulheres dos faxinais²², configuram um patrimônio genético importante para a reprodução do modo de viver faxinalense.

Nos faxinais, além do trabalho nos quintais, as mulheres desenvolvem múltiplas atividades, como cuidar dos animais, limpeza da casa e alimentação da famílias e, trabalho na roça e/ou atividades de cuidado²³ com crianças, idosos e doentes. Dona Marinda, moradora do Faxinal do Salto, ao falar sobre as atividades que desenvolve cotidianamente, diz:

Eu não paro, ontem anoiteci e não aguentava de dor nas pernas. Eu trabalho na roça, ajudo, faço de quase tudo. Eu acor-do seis horas da manhã, faço café, cuido dos bichos, porco, galinha, boi. Ali encima tem um buraco, *eu tenho de colocar água direto pros porco*, não tá dando pra soltar os porco, por causa das cercas. Eu gosto de trabalhar no quintal, a gente é costumada, minha mãe ensinou assim, antes era só assim. Agora que dá pra estudar, que nem vocês. Eu tenho só a 4º série. Eu me estresso se ficar só na casa, se saio virar a terra me distraio [...] Na cidade compramos pouca coisa: açúcar, café, sal, fermento, só miudezas [...] Mas meu trabalho é bastante aqui. Agora não está dando para soltar os porcos por causa das cercas, estão em péssimo estado. Daí os porcos escapam. Os grandes dá pra soltar, mas os pequenos não. Quem não tem animais, não quer trabalhar nos mutirões para arrumar as cercas. Os mais velhos não podem mais e os mais novos não se interessam. E tem os rolistas, vem e soltam os animais e deixam, cavalos, principalmente, eles destroem as cercas ²⁴.

Em visita de campo ao Faxinal do Salto, percebemos que os animais chamados ‘pé grandes’, cavalos e bois, principalmente, estavam soltos na

22. Ver SCHORNER, Ancelmo; ALMEIDA, Marisangela Lins de. Faxinalenses versus Agro-negócio no faxinal do marmeleiro (Rebouças/PR): o caso das sementes crioulas. *Argumentos*, Montes Claros, v. 2, p. 91-121, 2016.

23. Bessin (2016) contribui para a discussão ao tratar sobre as maneiras de abordar à ideia de temporalidades sexuadas da atividade. Para o autor, a experiência temporal das mulheres no trabalho consiste em “uma vida em duas”, administrada como uma dupla presença.

24. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida, em 26 de agosto de 2017.

área de uso comum, ou área de criar, entretanto, animais de porte pequeno, como porcos, eram raros neste espaço. Isso ocorre em virtude das más condições das cercas que circundam à área de uso comum.

Imagem 2: Área de uso comum no Faxinal do Salto, Rebouças-PR.



Fonte: Almeida (agosto de 2017).

Como observamos na fotografia, os animais, concentrados próximos à aguada são de porte grande, cavalos, principalmente. Neste faxinal, especificamente, os animais, denominados “pé-pequeno” (porcos, ovelhas, entre outros) são raros. No caso dos porcos, sem a resolução do problema das cercas, estes são fechados em mangueirões, próximos à casa e, sugere-se que, por isso, tornam-se responsabilidade das mulheres, assim como os quintais.

Os quintais, enquanto lugares próximos às casas – em oposição à roça, que é espaço maior, caracterizado como masculino, local de domínio dos homens – mesmo sendo fundamentais para a reprodução familiar (os alimentos produzidos são direcionados ao consumo da família) são tidos como secundários em relação à roça, visto que, geralmente, não geram renda²⁵.

25. Essa distância de valoração do trabalho pode ser pensada também a partir da dinâmica

Segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 599): “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. Elas ressaltam como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado.

Para além dessa conceitualização, Hirata e Kergoat (2007) apontam dois princípios organizadores: o de separação (trabalhos distintos para homens e mulheres) e o hierárquico (maior valoração ao trabalho masculino). Concretamente, suas modalidades variam no tempo e no espaço, apresentando grande plasticidade, o que é estável é a distância entre os grupos sexuais²⁶.

camponesa, onde, historicamente, a categoria trabalho aplica-se somente ao pai de família; no espaço da roça o trabalho das mulheres é definido como ajuda. O trabalho doméstico é desvalorizado nesse universo de representações, considerado trabalho leve. Desse modo, mulheres exaustas pela dupla jornada de trabalho (roça e casa) são vistas como se não trabalhassem. Tais questões são pensadas a partir das reflexões de Paulilo (1987. P. 7): “o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar”. Logo, o que constitui valor ao trabalho, não é a atividade em si, mas o sexo de quem executa. Na construção social dos espaços, o domínio da roça instituiu-se como espaço do masculino e o espaço da casa, da cozinha como fundamentalmente das mulheres, constituindo o espaço do lar como historicamente feminino, mesmo que as mulheres executem atividades ditas masculinas. Assim, dentro e fora, trabalho pesado e trabalho leve tornam-se classificações que associam os espaços e atividades às pessoas. A valoração do trabalho, portanto, é atribuída utilizando o critério do sexo de quem a executa. Esmeraldo (2013, p. 240), ao analisar o aspecto simbólico do trabalho no campo, diz que “a labuta do homem é central para produzir a autoridade masculina [...] há uma ordem simbólica (moral) que se instala para reger o trabalho camponês e qualificá-lo de forma diferenciada e hierarquizada”.

26. Analisando o caso francês, Hirata e Kergoat (2007), a partir de um recorte de classe, analisam a questão do trabalho doméstico e sua relação com o campo profissional. A ideia de uma complementaridade é analisada a partir de modelos diversos: tradicional (a esfera doméstica é inteiramente responsabilidade das mulheres, homem tem o papel de provedor), conciliação (cabe quase que exclusivamente as mulheres a conciliação da vida familiar e profissional), parceria (presume a ideia de igualdade entre os sexos, não é realidade concreta) e delegação (delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares, mesmo as que delegam são responsáveis pela gestão do trabalho delegado). Sobre o trabalho delegado, as autoras apontam que é necessária uma reflexão crítica, que não pode se desenvolver fora das modalidades de reprodução da servidão doméstica. Elas ressaltam que é necessário refletir sobre como modificar essa situação, questionando os âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade.

Sobre a falta de reconhecimento e valorização do trabalho, Herrera (2016), analisando o caso de mulheres do município de Quilombo, a partir da lente analítica da multifuncionalidade da agricultura, problematiza as atividades não produtivas de mulheres do campo. A pesquisadora demonstra que as atividades domésticas e de *care* recaem integralmente e exclusivamente sobre as mulheres, pois são elas as responsáveis pelo cuidado, bem-estar, manutenção da força de trabalho e reprodução social das famílias.

No caso dos faxinais, há uma representação de que o trabalho realizado nos quintais é leve (assim como as atividades noutros espaços da unidade camponesa), e como tal, os alimentos oriundos dele são pensados como auxiliares e complementares aos alimentos produzidos na roça, espaço onde se considera que o trabalho é pesado.

Como argumentou Paulilo (2004) a distinção entre trabalho pesado e trabalho leve não se deve a qualidade do esforço despendido, mas ao sexo de quem o executa. Desse modo, se executado por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que seja, o trabalho é considerado leve. Esse pressuposto também está relacionado à prerrogativa de que as atividades realizadas pelas mulheres nas áreas de plantar são consideradas ajuda.

Conclusões:

Ao abordar as experiências de mulheres faxinalenses nos quintais domésticos, consideramos as interfaces entre tempo e espaço, apreendidas pelos registros fotográficos e narrativas. Isso nos permite refletir a respeito de elementos de uma ruralidade ameaçada constantemente pela racionalidade do agronegócio.

Assim, nossa preocupação centrou-se nas relações e práticas que envolvem os saberes e as experiências das mulheres e seu trabalho nos quintais. Concluimos que essas relações e práticas possuem “vida póstuma”, nos termos de Warburg (2015), pois embora soterradas pela modernidade, continuam vivas, atravessando tempos e espaços.

Até o momento, na pesquisa realizada em faxinais do Centro sul do Paraná, podemos verificar que as mulheres têm papel fundamental na manutenção de práticas relacionadas à reprodução do modo de vida faxinalense, uma vez que suas atividades no manejo e conservação de sementes crioulas garantem um patrimônio genético fundamental para a segurança alimentar da família e comunidade.

Observamos também que o processo de cercamento das áreas de uso comum, e conseqüentemente dos recursos naturais, como aguadas, modificam as formas e a carga de trabalho das mulheres. Elas realizam múltiplas atividades cotidianas (quintal, roça, casa e cuidado), essenciais para a reprodução familiar e precisam enfrentar significativas barreiras para terem seu trabalho reconhecido e valorizado.

Frequentemente, os estudos desenvolvidos nos faxinais do sul do Brasil desconsideram a relevância do trabalho e práticas tradicionais das mulheres faxinalenses. Assim, procuramos evidenciar a forma destas mulheres se relacionar com a terra e o território. Até o momento, elas não constituem um movimento político organizado, entretanto, suas práticas apresentam proximidade com movimentos de mulheres agricultoras no Brasil, que possuem suas lutas coladas às práxis cotidiana, inseridas “em um mundo da vida”, como assinalou Paulilo (2016).

Referências:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, São Paulo, Vol. 6, n.1, p. 9-32, maio/ 2004.

ALMEIDA, Marisangela Lins de; MONTYSUMA, Marcos Fábio Freyre; SCHORNER, AnceIMO. Cercas e memórias: a experiência histórica do uso comum da terra no Faxinal Rio do Couro (Irati-PR). **Revista de História Oral**, v. 22, n. 1, p. 164-183, jan./jun. 2019.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BESSIN. Marc. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. In: ABREU, Alice Rangel Paiva [et. al.] (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 235-245.

BRITO, M. A.; COELHO, M. F. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais – unidades auto-sustentáveis. **Agricultura Tropical**, 4: n. 1, p. 7-35, 2000.

CAMPOS, José Nazareno de. **As diferentes formas de uso comum da terra no Brasil**. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>> Acesso em 14 de fevereiro de 2020.

CHANG, Man Yu. Sistema de Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. **Boletim Técnico**, nº 22. Londrina: IAPAR, 1988.

CHAYANOV, Aleksandr. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Lonilde Servolo de. (orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Revista Política e Sociedade**. Volume 15, 2016, pp 208-233.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 174. **Brasília**: Departamento de Antropologia, 2002.

MEIRA, Antonio Michel Kuller, VANDRESEN, José Carlos e SOUZA, Roberto Martins de Souza. Mapeamento situacional dos Faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. (Orgs.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009. p. 113-131.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **A noção de Economia moral em James Scott e as perspectivas de seus críticos**. Mimeo. 2015, 24.

MIGNOLO, Walter. AisthesisDecolonial. **Calle 14**. V. 4, nº. 4, p. 10-25, Enero-junio 2010.

PAULILO, Maria Ignez. **O Peso do Trabalho Leve**. Disponível em: <<http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2020.

_____. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Revista Política e Sociedade**: Florianópolis, Volume 15, Edição Especial, 2016, pp. 296- 236.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

POLLAK, Michael. A gestão do indivíduo. **Web Mosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, Porto Alegre, v.2, n.1,p. 09-49, jan-jun. 2010.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abri. 1997.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca: como pensam as imagens. In: _____. **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

SCHÖRNER, Ancelmo; CARVALHO, Rosenaldo. Chacreiros no faxinal Porto Soares (Rio Azul/PR). In: PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de [et al.] (orgs.). **Povos e comunidades tradicionais: contribuições para um outro desenvolvimento**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2016.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Revista Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento social dos Faxinais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de Souza. **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009, pp. 29-89.

OAKLEY, Emily. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas**, v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

WARBURG, Aby. **História de fantasmas para gente grande**. Organização Leopoldo Wai-zbort; Tradução Lenin Bicudo Bárbara. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

Trabalhos coletivos de puxirão no oeste do Paraná

Anderson Arilson de Freitas

O presente texto tem como objetivo apresentar e discutir as práticas de trabalho coletivo puxirão, no período das décadas de 1930 até meados de 1970, evocadas pelos antigos posseiros entrevistados na região que corresponde atualmente aos municípios de Diamante do Sul, Guaraniaçu e Catanduvas.¹

A entrada de populações no Oeste do Paraná, para a abertura de posses nas primeiras décadas do século XX, mobilizou um contingente de pessoas que desenvolviam o trabalho de exploração do espaço com os recursos tecnológicos disponíveis no contexto. O reconhecimento da região dava-se visualizando os acessos aos centros urbanos, relevo, proximidade de rios, geologia, a existência de outros grupos – parceiros ou inimigos em potencial –, tipo de mata a ser derrubada, fauna, etc. Em seguida, empreendiam estratégias para “se colocar” na terra.

A fim de atingir tal objetivo realizavam o desmatamento para que, na sequência, fosse possível a extração da madeira e/ou a queimada no sistema de coivara com a finalidade de efetivar produção agrícola de subsistência e a criação de uma suinocultura extensiva denominada safra de porco.

Essa ocupação na região mencionada apresentou particularidades evidenciadas nas memórias de moradores que relatam sobre esse passado. Juntamente com as migrações de caboclos do Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para o Paraná, a população rural realizou também a transposição das práticas cotidianas dos locais de origem. No destino, os

1. Este artigo resulta de um fragmento da Dissertação de Mestrado intitulada “Trabalho também é Festa: história(s) e memória(s) de antigos posseiros na região Oeste do Estado do Paraná (1930 - 1970)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD), em 2014, com bolsa CAPES.

habitantes rurais se organizavam na coletividade dos trabalhos agrícolas perpetuando e desenvolvendo as ações culturais.

A exploração do território por meio da abertura de posses de terra; ou seja, a derrubada do mato, realizada com ferramentas de uso braçal (foices, enxadas e facões); dependia de um número considerável de pessoas empenhadas nessa atividade. Caso contrário tornar-se-ia inviável pelo desgaste físico e o pouco rendimento. A fim de atingir tal propósito os posseiros recorriam ao auxílio da vizinhança, ou eram incentivados por amigos e conhecidos que encontravam as mesmas limitações.

Partilhando de práticas comuns, para além do trabalho, somaram nessa relação de coletividade expressões relativas ao lazer. Como forma de retribuição do serviço prestado pelos vizinhos, as ações manifestavam-se por meio de uma comemoração ao final do dia, com comidas, bebidas, músicas e danças.

Neste artigo será desenvolvido, de forma analítica-descritiva, como se processava a realização coletiva dos caboclos em parceria e as minuciosidades dos trabalhos de puxirão no Oeste do Paraná, na análise dos relatos sobre os detalhes do trabalho, desde a mobilização dos vizinhos para realizar a abertura de uma posse até a conclusão do desmatamento da área rural pretendida na ocupação. Nos interstícios desse trajeto está presente a distribuição do serviço; a que se pretende o puxirão; o que era convencional e exceção nas práticas; os ciclos anuais para a execução da roça, plantio e colheita; os contingentes de trabalhadores; a divisão sexual do trabalho nos dias específicos das ações conjuntas e; as distinções sociais refletidas na culinária.

Esses fatores em conjunto formaram parte do universo cultural dos caboclos e antigos posseiros, perpetuando as *ações dos homens e mulheres no tempo*, promovidas no presente pelo recurso da oralidade.²

O puxirão constituiu-se numa forma de ação coletiva de trabalhadores rurais, praticada em meados do século XX no interior dos estados

2. A definição é emprestada de Marc Bloch quando teoriza a construção da história e o ofício do historiador tomando como ponto de partida uma questão ao mesmo tempo introdutória e complexa de ser respondida “Pai, diga-me lá para que serve a história?” (BLOCH, 1997, p.75).

do Sul do Brasil, para auxiliar um vizinho que estivesse precisando abrir uma posse.³ Além dos desgastes em empreender a derrubada da vegetação somente com a mão de obra dos integrantes de sua família, o posseiro encomendava o puxirão também por tratar-se de uma *prática* e um sistema de reciprocidade movido pela satisfação do trabalho/festa coletivo.⁴

Para que o puxirão fosse possível, essa forma de ação exigia o empenho dos posseiros na organização dos trabalhadores e distribuição das faixas de terra para as atividades. Izoaldo Paulino da Silva relata como as mobilizações eram feitas:

Com antecedência, convidava lá com quinze dias, trinta dias e daí reuniam. Um pegava um alqueire de roça, que o costume era aqui, um pegava um alqueire, outro pegava dois, e daí aquele, vamos supor, reunia. Você pegava um alqueire, você convidava os teus companheiros, ia roçar. Tinha que fazer aquele alqueire, tinha que fazer. (Silva, 2010)

Izoaldo destaca a antecedência, de quinze dias até um mês, com que era agendado o dia de trabalho. Essa distância temporal entre o convite e a execução denota o estabelecimento da rede de informações entre um vizinho e outro. Primeiramente o posseiro, que encomendou o puxirão, convidava as pessoas mais próximas (amigos, parentes, compadres e vizinhos) e distribuía a responsabilidade da empreita na quantidade de terras (em alqueires) para cada um deles. Em seguida, os vizinhos formavam os grupos de trabalho convidando outros parceiros para ajudar o favorecido e assim sucessivamente.

Nesse anúncio se formavam as teias sociais do contingente de caboclos. Dessa forma, ocorria de algumas pessoas se conhecerem somente

3. Para mais, ver: FREITAS, A. A. de. **Etimologia do puxirão dos caboclos no Oeste do Paraná**. Fronteiras, [S. l.], v. 23, n. 42, p. 61–86, 2021. DOI: 10.30612/frh.v23i42.15744. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/15744>. Acesso em: 27 ago. 2022.

4. Quando falamos em *prática* entendemos o conceito segundo Chartier (2002). O puxirão consistia num evento que se transformava e era transformado pelos seus integrantes à medida que era realizado. Assim, essa *prática* não era estática ou prescrita sob um regimento. A ação era construída no estabelecimento de vínculos entre os posseiros que habitavam a região.

no dia de trabalho. Esse recurso ampliava progressivamente o número de trabalhadores e o mapeamento da vizinhança permitindo que a família do posseiro, os vizinhos e os contatos passassem a se integrar mutuamente pelos vínculos de receber e conceder apoio nos momentos que necessitassem uns dos outros.

Um aspecto significativo da organização da frente de trabalho está na dedicação do parceiro do vizinho em disponibilizar a mão de obra sem necessariamente ter o posseiro como um conhecido, sem remuneração financeira, apenas em troca da diversão comunitária. Partindo do pressuposto que qualquer um dos participantes pode assumir a posição do posseiro que encomenda o puxirão, subentende que existiam outras relações de interesse e reciprocidade para além da festa ou agregadas ao lazer.

O trabalho do puxirão consistia basicamente na exploração da natureza com a derrubada da mata, abertura de clareiras esparsas e distantes umas das outras faixas de terra não regulamentadas pela efetivação legítima e oficial (documentada) como propriedade. De acordo com Gentil Moraes da Cruz, o puxirão era aplicado nas atividades de desmatamento: “(...) pra ajudar e fazer a roça! (Cruz, 2010).”

As atividades de roça foram mencionadas na entrevista com Ricarte Guerreiro de Paula, e relata que as mesmas consistiam em derrubar a chamada: “Capoeira! Mato! Capoeira é só roçar! Mato já era depois! (...) É! Deixar roçado, depois o dono ia derrubar com o machado.” (Paula, 2010).

O trecho faz uma distinção da vegetação que priorizavam no puxirão e a que ficaria para outro momento. Ou seja, a princípio, a atividade com o desmatamento pelos posseiros concentrava-se em extrair a vegetação mais rasteira e despossuída de troncos, a capoeira. As árvores intermediárias, de pequeno e médio porte, o mato, ocasionalmente também entravam na ordem do puxirão. Para Gentil, esse trabalho variava: “Pra roçar e derrubar, conforme o mato. Às vezes tinha a capoeira, tinha que roçar a capoeira. Se não, derrubava o mato, depois roçava o mato.” (Cruz, 2010).

Esse roçado era relativo, de acordo com as condições físicas dos lugares – ora mais favoráveis para adentrar e efetivar moradia e trabalho,

ora de difícil acesso por conter relevos acidentados e vegetação densa e abundante. Segundo o Plano Diretor Participativo do município de Diamante do Sul, localidade onde os puxirões foram rememorados com maior frequência:

Os aspectos fitogeográficos da mesorregião apresentam três biomas distintos, a Floresta Ombrófila Mista (FOM), a Floresta Estacional Semidecidual (FES) e os Campos Naturais (CAM) em porção reduzida. (...) A Floresta Ombrófila Mista conhecida como mata de araucária, pois o Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*) constitui o andar superior da floresta, com bosque bastante denso. (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL)

Para o mato roçado, que (diferente das folhas) não se desintegrava facilmente nos processos de decomposição por conter galhos e troncos, os posseiros destinavam, em outro momento, a queimada. Segundo Erotides Rodrigues das Neves: “(...) Aí quando foi queimado aquela roça, aquele tempo era onze alqueire de roça.” (Neves, 2010).

Esse sistema de queima era realizado de forma semelhante à coivara, praticada entre os indígenas guaranis e transmitida aos estrangeiros ao longo das correspondências culturais de uma civilização para outra. Segundo a historiadora Noeli Woloszyn, num artigo sobre o trabalho de caboclos na exploração madeireira no Oeste de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX:

Essa técnica agrícola de derrubada e queimada, denominada, também de ‘coivara’, era praticada tradicionalmente pelas populações horticultoras tupi-guaranis, de quem os caboclos tomaram de empréstimo. (WOLOSZYN, 2007, p.3)

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, teorizando sobre a cultura dos portugueses na colonização da América destaca a adaptação dos lusos às práticas nativas da utilização do fogo no trato com a terra:

Mostra-se nesse trabalho como o recurso às queimadas deve parecer aos colonos estabelecidos em mata virgem, de uma tão patente necessidade que não lhes ocorre, sequer, a lembrança de outros métodos de desbravamento. Parece-lhes que a produtividade do solo desbravado e destocado sem auxílio do fogo não é tão grande que compense o trabalho gasto em seu arroteio (...). (HOLANDA, 1994. p.37-38)

As práticas agrícolas indígenas incorporadas aos interesses dos europeus podem ser interpretadas aqui à luz da teoria do historiador Carlo Ginzburg. Quando trata da *circularidade cultural* o autor formula que as influências culturais podem fluir entre grupos antagônicos (GINZBURG, 2006). Ou seja, assim como as tecnologias utilizadas pelos colonizadores europeus foram significativas para as civilizações das Américas, os indígenas também contribuíram com saberes particulares para as adaptações dos europeus às condições adversas encontradas no continente.

Os troncos maiores e madeiras de lei seguiam na extração para serem utilizadas na construção de casas, paiol, etc. Segundo Erotides: “(...) então nós fizemos um paiol no meio da roça lá (...)”. (Neves, 2010).

Também havia a comercialização dos troncos para as empresas madeireiras. Rosimar Baú, no seu trabalho sobre a construção da Indústria Brasileira de Madeiras S/A, instalada na década de 1960 na região de Guaraniáçu, que hoje vem a ser o município de Ibema, estabelece a relação que a extração da matéria prima teve e em que termos influenciou diretamente o processo de colonização:

Atraídas pelo ciclo da madeira, nas décadas de 1930 e 1940, inúmeras famílias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (em especial colonos descendentes de poloneses, alemães e italianos) passaram a se dedicar ao corte da madeira (...) (BAÚ, 2006. p.23)

A instalação oficial da madeireira Ibema no ano de 1961 foi motivada pelas características de vegetação da região, um dos atrativos da migração de rio-grandenses e catarinenses que se dedicavam à exploração da mata nativa. Desde a década de 1930 que os migrantes e/ou seus

empregados (na maioria constituída de caboclos) já atuavam realizando algumas intervenções na exploração madeireira. Inicialmente os troncos eram encaminhados pelos fluxos dos rios próximos e destinados às indústrias existentes no Extremo Oeste do Estado. Segundo o historiador Valdir Gregory, investigando a Indústria Madeireira Colonizadora do Rio Paraná S/A – MARIPÁ:

Além das madeiras extraídas da terra da própria empresa, comercializava madeiras de outras terras, sendo que a MARIPÁ construiu um porto de embarque de madeiras em Foz do Iguaçu, para escoar madeira adquirida em Corbélia, Guaraniaçu, Cantagalo, Laranjeiras do Sul e Guarapuava. (GREGORY, 2002, p.135)

No puxirão, serras e machados serviam para extrair o mato e as árvores maiores. As foices eram utilizadas para derrubar a capoeira. As enxadas tinham a função de auxiliar nos serviços de capina da roça. Erotides menciona outros materiais que eram aplicados também para o plantio:

(...) Aquele tempo plantar era cavadeira. Não sei se entende o que era cavadeira!? Não era a manual, aquela maquininha não senhor, ninguém pensava em maquininha naquele tempo! A cavadeira ela, mandava fazer no ferreiro, se não uma foice quebrada naquele pedaço, encabava do mesmo jeito. Eles faziam uma cova aqui, faziam uma sacola, amarravam na cintura, com milho e faziam uma cova com uma mão e com a outra jogava a semente, era assim. (...) (Neves, 2010)

Ao citar sobre os instrumentos de trabalho improvisados, a cavadeira e a sacola de sementes, sem outros recursos tecnológicos como plantadeira manual, se por um lado o relato dá ênfase ao sistema rústico de trabalhar a terra, por outro lado, os posseiros atuavam com o que havia disponível no momento. Nesse caso, os juízos de valores aparecem quando há outras tecnologias para serem comparadas. Não existindo parâmetros distintos, o convencional não sofre alterações nas críticas. Mas, quando surgem instrumentos diversos, valorizam as opiniões sobre as

ferramentas que demandavam maior tempo e esforço físico do trabalhador. No discurso dos entrevistados percebemos que colocam os objetos e as técnicas anteriores como uma forma retrógrada diante das novas possibilidades. Por um lado, acentuando as dificuldades e desgastes de tais métodos e, por outro, supervalorizando as suas ações.

Gumercindo Nogueira da Silva complementa que dentre os instrumentos de trabalho aplicavam no puxirão mecanismos movidos por tração animal: “(...) Reunia tudo de enxada, de foice, de... arado, de boi, de cavalo, e fazia! (...)” (Silva, 2010). No período em questão tais recursos eram considerados usuais, já que o processo de mecanização agrícola passou a ser uma possibilidade na região a partir da segunda metade da década de 1950. Ainda assim, inicialmente, somente os grandes latifundiários ou colonos com poder de compra desses equipamentos tiveram acesso a essa tecnologia.

Convencionalmente o puxirão estava restrito às atividades de extrair a vegetação de uma posse. Quando perguntado sobre as atividades da colheita, Gentil citou enfaticamente que: “Pra colher não!” (Cruz, 2010). Porém, o trecho a seguir indica que o puxirão poderia incidir sobre outros afazeres da lida camponesa cabocla. Alceu Rodrigues da Cunha, quando questionado se os puxirões eram somente para abrir áreas de posse diz que: “Não! Pra colheita eles faziam também! Porque não existia tempo, não tinha, tudo era junto na época!” (Cunha, 2009).

Diante dessa controvérsia, compreende-se que houveram ocasiões, menos recorrentes, em que as relações de trabalho/festa do puxirão foram estendidas também ao plantio e à colheita na terra de um vizinho que ainda estivesse adaptando o ambiente aos seus interesses. Essas situações ocorriam quando o grupo já estava consolidado nas suas relações, se permitindo a outras formas de interação que ampliavam o conjunto trabalho/festa objetivando a posse e/ou atuando também na manutenção da mesma.

Arelado a esses fatores de caráter comunitário, nas falas, o sábado aparece como o dia da semana dedicado para auxiliar e festejar. Izoaldo menciona sobre a frequência dos trabalhos e festas denotando a prática

marcante no calendário semanal das famílias com interesses de trabalhar e confraternizar: “Ah, aqueles tempos atrás saía quase todos os finais de semana, tinha o tal de puxirão. (...) Era sempre no sábado!” (Silva, 2010).

As combinações ocorriam durante os dias da semana ou ao fim do trabalho nas terras de um dos parceiros para que todos se organizassem com as atividades pessoais da sua posse. A confirmação da participação no próximo puxirão reforçava o caráter constante dos encontros e reencontros. Segundo Gentil:

Isso fazia e não foi só um! Fazia durante a semana inteira (a combinação)! Pegava um vizinho, que nem: “Hoje é lá na tua roça!” Chegava lá, formava e os puxirões nós fazíamos! (...) É! Fazia o puxirão, pegava aqueles, agora de tarde na saída da aurora: “No outro sábado nós vamos nesse!” (...) No sábado! (Cruz, 2010).

Pode-se relacionar o dia semanal com a máxima de guardar o sábado, já que muitos compartilhavam da religiosidade cristã de caráter popular. Com os vínculos dos participantes do puxirão à religião cristã, conscientes ou não de tais preceitos religiosos, de modo geral os relatos são concisos nessa afirmação dos sábados dedicados aos vizinhos. Nos demais dias cada família tratava de cumprir o trabalho na sua posse.

No puxirão trabalho também é festa e, se realizado como forma de lazer, consistia numa compreensão diferente do trabalho empenhado durante a semana. Assim, trabalhar festejando, festejar trabalhando, não infringia os preceitos religiosos. Guardar o sábado equivale a não realizar trabalho (peso, fardo, desgaste) e sim, dedicar o dia para o descanso, o lazer, os momentos em família, as práticas religiosas e a vivência em comunidade.

Os elementos do cotidiano da população rural reforçam a compreensão do trabalho do sábado, aliado à festa, como lazer e entretenimento. Apesar do serviço braçal e o inevitável desgaste físico, abrir a posse em conjunto com os vizinhos nos sábados era uma ação vinculada à diversão em comum. Ficavam os domingos para descanso dos trabalhadores a fim

de restabelecerem as energias e retomarem a rotina da posse familiar durante a semana.

Como o trabalho estava diretamente ligado à festa, a frequência do puxirão denota que os encontros entre os posseiros e suas famílias eram constantes. Baldina Amaral das Neves lembra que: “Do tempo que eles (família do esposo) vieram pra cá eles dançaram muitos bailes na nossa casa!” (Amaral das Neves, 2010). Alceu reforça a questão ao falar que:

Toda, toda semana tinha. Aqui na costa do (rio) Adelaide, como quem vai pra Três Barras (do Paraná), é um dos que mais dava. (...) Eu saía daqui de Catanduvás! E quando era ainda solteiro (...). Daí, sei que saía toda semana, baile lá! (Cunha, 2009)

No período aproximado de doze em doze meses o puxirão era novamente realizado nas posses de cada um dos parceiros vizinhos, nos períodos de fazer a roça – preparar a terra tirando o mato para que a família pudesse semear. Eventualmente, na mesma posse, outros puxirões poderiam ser encomendados durante o ano para plantios e colheitas. Vinculado à essa questão, Erotides menciona a seguir que: “Todo ano faziam por que às vezes era... apurado pra tu fazer uma roça (...)” (Neves, 2010).

As realizações dos puxirões seguiam a necessidade percebida pelo posseiro para desmatar a área o mais breve possível, devido ao tempo dedicado para o plantio. Como a roça deveria seguir as fases do clima em cada estação do ano, proceder de modo distinto poderia implicar em colheitas improdutivas. Seguindo na fala de Erotides:

Isso demorava, começava a cortar mato era janeiro, fevereiro, pra plantar lá em mês de agosto! (...) Então demora muito tempo pra plantar. Naquela época assim, uma roça ficava até trinta dias pra poder plantar, que não tinha gente, às vezes, conforme a roça (...) (Neves, 2010)

A importância do relato está em perceber que no primeiro semestre de cada ano (de janeiro a julho) os trabalhos coletivos eram realizados constantemente, pois tinham um prazo de até seis meses para aprontar a terra, permitindo uns trabalharem para os outros semanalmente. Se cada posseiro atuasse apenas com a sua prole na terra que lhe cabia, sem o auxílio dos vizinhos, poderia correr o risco de não conseguir atingir o objetivo esperado com a derrubada da mata de toda a extensão de área das suas posses até o início do período de plantio.

O segundo semestre era o período propício para o plantio. No primeiro semestre ficavam as colheitas e o preparo da terra. Assim, do mês de agosto e seguintes, cabia a cada família trabalhar individualmente na posse, já que todos estavam ocupados com as atividades de semeadura, dedicando alguns meses para realizar tal função. Se o plantio também fosse desenvolvido coletivamente nas posses dos vizinhos, poderia implicar na perda do prazo estabelecido pela natureza, afetando a colheita. Quando alguns posseiros conseguiam adiantar o serviço na posse da família, permitiam-se ajudar nas terras dos parceiros mais próximos ou com vínculos de identidade mais sólidos.

Os que encomendavam o puxirão e trabalhavam nas terras dos demais posseiros se mobilizavam também por questões econômicas. Seja pela impossibilidade de pagamentos de funcionários, ou visando o desenvolvimento coletivo.

Gumercindo, falando sobre as pessoas que faziam puxirão, caracteriza que: “(...) Eram moradores. Gente que tinha o seu ranchinho aí viu! Camarada (...)” (Silva, 2010). Na entrevista com Ricarte desponta questões econômicas que estavam inseridas nas relações sociais: “A maioria era pro gasto assim, por que era pouco. Gente mais pobre que fazia puxirão.” (Paula, 2010).

Quando diz que *era pro gasto* se refere à produção para a subsistência da família. Sobre o caráter social, *gente mais pobre*, podemos afirmar que a relação de vizinhança correspondia num mecanismo de fortalecimento do grupo, uma forma encontrada para que pudessem perpetuar, dentro das condições disponíveis, as relações de sobrevivência e minimizar as

dificuldades iniciais com a pouca variedade de alimentos. Aos poucos iam agregando o cultivo de outros alimentos para variar na culinária.

Izoaldo, ao explicar o motivo de se fazer puxirão relata que: “Saía mais barato!” (Silva, 2010). Olindina Rodrigues da Cunha destaca quem incentivava a realização do puxirão, a situação econômica dos posseiros, a unidade entre familiares e vizinhos, o caráter voluntário, a alimentação, o lazer e a organização dos trabalhos. Ao concluir sua fala compara a realidade atual aos tempos de outrora:

Não podia fazer, não podia pagar os empregados por dia, daí reunia os amigos, compadre, assim, as famílias, e eles iam de graça. (...) Coisa que tinha que pagar horror, eles faziam almoço assim, matava um porco lá, alguma coisa assim, aí tinha aquele almoço e o baile à noite, e as pessoas iam. Trabalhava tudo de graça. Daí, lá um tempo fazia pra outro, um tempo fazia pra outro, então tudo se servia, gastava pouco. Não é que nem agora, agora que, tem que pagar horror pra fazer qualquer coisinha, antigamente não. (Rodrigues da Cunha, 2009)

Com poucos recursos financeiros tornava-se menos oneroso para o posseiro carnear um suíno e confraternizar com os vizinhos durante o trabalho do que o pagamento da mão de obra. Nota-se que a criação da necessidade do proprietário/posseiro fazer puxirão consistia na impossibilidade do pagamento. Essa limitação e “escolha” nos possibilita observar que, mesmo com o considerável número de pessoas (famílias e vizinhos) dispostos ao puxirão, na região já existia massa de reserva de trabalhadores que comercializavam sua mão de obra. Trabalhavam sob o pagamento por dia a preços que poderiam estar fora do orçamento dos posseiros.

Antônio Tavares se coloca entre as pessoas que não faziam puxirão, pois empreitava trabalhadores (peões) que faziam o serviço via pagamento:

Não... nós tínhamos camaradas por dia. É... que trabalhava com nós, trabalhava direto com nós, em três, quatro peões, lutava direto, daí fazia o acampamento lá no mato, fazia um

ranchinho de folha de taquara lá e... acampava e... começava a luta. Ah era sofrido, Deus o livre. (Tavares, 2010)

A subsistência da população cabocla era relevante se comparada ao empenho que outras sociedades rurais dedicavam o trabalho para promover a produção visando a acumulação de capital. Mas, os vínculos econômicos na contratação de serviços sob o pagamento em dinheiro destacam sua existência no período. Como os caboclos estavam marginalizados do sistema capitalista, tais grupos perpetuavam as relações de caráter mais remoto ou a criação de novas estratégias segundo seus critérios de formação e manutenção de grupos.

Baldina, buscando suas recordações mais distantes no tempo, relata que a infância: “Era boa, a gente se divertia, dançava baile, vivia aí na pobreza.” (Amaral das Neves, 2010). A partir desse pequeno trecho, tem-se a dimensão desde quando eram realizados os puxirões. Levando em conta o ano de nascimento de Baldina (1933), seu tempo de criança se situa na década de 1930. Suas memórias compreendem que as festas já ocorriam com frequência no referido contexto.

A menção sobre a pobreza da família de Baldina remete às condições financeiras para a aquisição da propriedade por meio da compra, a contratação e o pagamento de funcionários (peões) que dessem conta do trabalho de desmatar o local. Assim, recorriam à ocupação da terra na abertura da posse. Na impossibilidade de empreitar a mão de obra, os posseiros se utilizavam da parceria suprimindo os parceiros voluntários com alimentos e bebidas durante o trabalho e oferecendo um baile à noite.

A quantidade de terras de cada posse também justifica as despesas que provavelmente os caboclos teriam com os peões, pois exigiria um número considerável de trabalhadores ou muitas diárias pagas para abranger toda a área. Nesse caso, encomendar o puxirão aumentaria o rendimento, reduzindo os custos e o tempo. Na fala de Gentil:

Era medido, por exemplo, cinco, que tinha a família Amaral, que é sogro daquele Tidinho (Erotides das Neves) que vocês estão falando, não sei se vocês conhecem! Aqueles pegavam

em cinco pra derrubar um alqueire de capoeira no puxirão, e tirava! (Cruz, 2010)

Para situar melhor as medidas, quando é mencionada a terra sob o alqueire, a unidade é representada pelo chamado alqueire paulista, ou seja, 24.200m² cada. Existem outras extensões também caracterizadas por alqueire que diferem na quantidade da área apresentada. Nesse caso, Gentil recorda uma situação em particular, exaltando a capacidade dos colegas conseguirem dar conta da unidade de alqueire em um único sábado de trabalho, contando apenas com cinco pessoas na extração da vegetação rasteira. Outros entrevistados seguem relatando detalhes que acrescentam informações para a discussão.

Referente ao contingente de posseiros José Mendes da Silva ressalta que: “Tinha cento e dez!” (Silva, 2010). Porém, os relatos a seguir, compartilham e contradizem, em partes, as falas sobre o número de trabalhadores. Para Ricarte:

Eram vinte, trinta roçadores! Trabalhavam até meio dia gritando, assim! E todos bebendo umas pingas, e todos bom de serviço, assim! Aquela roçada, a capoeira ia, assim, saindo. (...) Cinco, seis alqueires, dez alqueires! (Paula, 2010)

Devido à ausência de documentos que confirmem o tamanho de cada posse naquele local, esta medida era relativa de posseiro para posseiro. Ricarte expressa essa inconstância sob a apresentação dos trabalhos que empreendiam de cinco até dez alqueires. Embora não fosse uma atividade remunerada, e nem por meio de contratos, fazer puxirão era um compromisso, no formato de empreitada, e que deveria ser cumprido mediante a retribuição da festa. Izoaldo menciona que:

(...) por que aí teve um, que já é morto, o compadre, nós éramos vizinho com ele lá, o tal de Portes Pinheiro, tem o filho dele que mora aqui... Ele fez dez alqueires de roça num dia. (...) Dez alqueires. (...) fazia a roça, aquele que ele pegava pra fazer até meio dia, era até meio dia, se não, ia depois do meio dia, voltava a roçar de novo, até endireitar. Que era um com-

promisso, se você pegava um alqueire assim, tinha que fazer. Não podia deixar lá a capoeira, tinha que fazer. Do jeito que eles fizeram, que começaram a fazer foi assim. (Silva, 2010)

Se o trabalho de um vizinho e sua rede de contatos fosse concluído no período da manhã, já estava dada por encerrada a sua parte, mesmo que os outros grupos ainda não tivessem finalizado seu compromisso. Caso contrário, para Gentil: “Ia pra roça, almoçava, e ia até à tarde! Até fazer a tabela!” (Cruz, 2010).

Honrar o trabalho envolvia os posseiros na caracterização do que consideravam conhecer da seriedade de uma pessoa refletida nas suas práticas. Ditar a quantidade e poder cumpri-la era sinônimo de orgulho individual e para os companheiros de roça. Quando Izoaldo fala que *tinha que fazer*, demonstra que não era a quantidade de terra empreitada o termômetro para medir o valor de cada grupo e sim a capacidade de assumir, trabalhar e concluir o serviço até o final do dia.

Os critérios de seleção dos integrantes estavam mediados pelos comportamentos que cada qual manifestava. Esforços exigidos pelo trabalho equivaliam à relevância do sujeito para a participação do mesmo nas atividades em comunidade.

Amazonas Facini, expõe sua experiência quanto à reciprocidade entre os posseiros e o comprometimento voluntário com o vizinho: “Tipo um puxirão. Eu ia ajudar a fazer lavoura, aí seis, dez ou mais ajudavam a fazer a minha... era assim... era bem mais seriedade, mais tranquilidade do que agora, bem mais...” (Facini, 2010).

A contrapartida do comprometimento do trabalhador com o roçado nas terras dos vizinhos, além das representações simbólicas, remete a futuras encomendas de trabalhos na sua posse. Já que se tratava de um favor, e não cabia ao favorecido ditar as ordens nos moldes da rigidez de um patrão aos seus empregados, quanto melhor executado o trabalho para o vizinho, maiores as possibilidades de ter sucesso quando empreitar a ação dos companheiros na posse. Embora com a quantidade aproximada de dez alqueires, para Gumerindo:

Prometia um baile! Uma festa! Matava um boi, uma vaca! (...) marcava lá um sábado. Então reunia lá seus sessenta, setenta de enxada, ou arado. Fazia. Dava de comer o povo meio dia e de tarde... Saía o baile daí (risos). (...) a gente falava que queria fazer dez alqueires de roça aí, num dia você empreitava tudo. Fazia mesmo a roça. (Silva, 2010)

Olindina menciona a mesma extensão da área da posse: “Derrubava, até dez alqueires por dia.” (Rodrigues da Cunha, 2009).

Apesar do número de dez alqueires apresentar redundância, a frequência com que foi falado entre os entrevistados, sem contatos diretos entre eles, leva a supor que essa medida era corriqueira no período. Colocando de forma mais objetiva, se multiplicarmos 10 alqueires por 24.200m² para obter o tamanho real de uma posse, considerada como convencional, chegaremos ao número de 242.000m² que, embora pareça uma quantidade de área de terra razoável, atualmente se compara com pequenas propriedades de caráter familiar nos Estados do Sul do Brasil.

A contraposição encontra-se no caráter de relatividade dos métodos aplicados para se fazer as medições, geralmente feitas com cordas ou simplesmente confiando na percepção visual e no conhecimento prático de senso comum, que pode destoar das medidas oficiais.

Sabendo que 10 alqueires pode ser entendido como uma área considerável para ser quantificada com exatidão no contexto, extensões que escapassem da possibilidade de obtenção real do seu tamanho poderia ser assim concebida e aceita como “verdade”.

A essas variações e redundância na quantidade territorial mencionadas nas entrevistas remete às subjetividades das memórias nos relatos. Na valorização do passado, por meio do que se faz conhecer no presente através da narrativa, que se caracteriza de modo particular a relevância dos acontecimentos para aqueles que viveram o momento histórico. O que não significa dizer que o relato é falso, ou que somos “traídos pela memória”. De modo distinto, os processos adquirem novos sentidos com o passar do tempo, principalmente quando não mais existem en-

quanto prática na atualidade, restrita às atividades do lembrar. Da subjetividade na história oral, para Alessandro Portelli:

Não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro. Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos; e, estes, a seu modo, são também fatos, ou o que é o mesmo: dados de algum modo objetivos, que podem ser analisados e estudados. (PORTELLI, 1996, p. 64)

Embora as incertezas e os materiais narrativos que dão forma às *representações*⁵ do passado no presente, esse impasse da memória e da subjetividade do relato, podem apresentar elementos de análise que permitem chegar a, ou próximo de, um denominador comum que desmistifique a incompatibilidade nos números.

Relacionados aos participantes do puxirão, durante a abertura e limpeza da posse, as atividades dividiam os gêneros no que era considerado o *trabalho dos homens* e o *trabalho das mulheres*. Ao sexo masculino cabia a derrubada do mato, enquanto que, as integrantes do sexo feminino atuavam nos preparativos culinários e na organização da festa/baile. Segundo Ricarte, ao ser indagado sobre quem fazia o puxirão, o trabalho na roça era: “Os homens! E mulheres iam fazer a comida! De noite era o baile.” (Paula, 2010).

Já que o trabalho do roçado com os posseiros era uma atividade exclusiva dos homens, Izoaldo, quando questionado sobre a presença das mulheres no puxirão, diz que: “Tinha! Daí tinha o tal de baile. (...) as mulheres no baile iam. (...) Só de noite, pra ir no baile.” (Silva, 2010). Ou seja, os gêneros segregavam-se durante o dia e encontravam-se reunidos na confraternização à noite.

5. O conceito de *representação* é utilizado com referência em Chartier (1991). Ao mesmo tempo em que os sujeitos históricos, em diferentes contextos, apresentam semelhanças sobre as suas práticas nos relatos também *(re)apresentam* o passado com o intuito de conceder legitimidade aos processos vivenciados pelos mesmos. Ou seja, na mesma narrativa temos a exposição dos acontecimentos e os sentidos que os interlocutores atribuem, *representam*, sobre tais experiências.

Considerando que realizar o puxirão no trabalho na roça está diretamente relacionado com uma forma de festividade, antes mesmo da ocorrência do baile. Para além da questão lúdica, os relatos denotam que a organização para o trabalho não consistia somente na mão de obra, mas também com o momento em que os homens se conheciam.

As relações entre os participantes se davam já na realização do desmatamento, permitindo acompanhar as características de cada um. Como se portavam em situações complexas (roçar uma vegetação densa, por exemplo), suas intenções no grupo, se aceitavam brincadeiras, se amenos ou se tinham ânimos exaltados, entre outras características que permitiam as pessoas serem “avaliadas” nas pequenas atitudes. Enfim, o puxirão era um espaço de sociabilidade para captar o comportamento de cada indivíduo.

Nota-se que os relatos são enfáticos quanto a participação das mulheres como distintas das ações dos homens, na divisão das tarefas entre os gêneros na coletividade, cabendo aos homens as atividades externas e às mulheres as funções igualmente importantes, porém, na culinária ou restritas ao espaço da residência.

Realizar a limpeza da roça pelos homens nesse contexto assume significados de afirmação da masculinidade. Mas, limitar-se ao entendimento que o serviço pesado do trabalho braçal no roçado deveria ser realizado exclusivamente por homens é ignorar as diversas práticas culturais em que as mulheres também executavam tais atividades.

Em diversos grupos indígenas, cabe às mulheres o trabalho de plantio e da colheita e aos homens o desmatamento das faixas de mata para a agricultura no sistema de *coivara*, a educação dos filhos e a caça, por exemplo. Porém, não é preciso ir muito longe dos limites da investigação, pois, quando a família do posseiro realizava o trabalho na terra, sem o sistema de parceria, *todos* e *todas* trabalhavam igualmente. Antonio Candido contribui ao teorizar que:

A extensão da área cultivada por cada parceiro, bem como o êxito do trabalho dependem do número de braços com que pode contar cada um. Daí a importância econômica da família

numerosa, que compensava o ônus representado pela infância e compensado a partir da puberdade. (CANDIDO, 1979, p. 117-118)

Procurar as mulheres, por estarem fora do plano da representação masculina é destacá-las na ausência. Visa dessa forma inverter a lógica do que estava presente naquilo que não está em destaque para almejar conhecer além dos limites das falas dos homens. Trata-se de compreender os locais sociais dedicados aos gêneros no puxirão.

Além de questões culturais, a separação não era aleatória, mas sim, projetada como uma função prática. Partindo do pressuposto que os homens observavam uns aos outros durante o dia, para se certificarem das condições dos então desconhecidos (os contatos dos vizinhos) de interagirem também com as esposas e filhas nas festividades da noite, a presença feminina na abertura da posse poderia desencadear em conflitos. Os olhares e/ou trocas de olhares e até mesmo ações que extrapolassem as condutas éticas eram evitados por essa divisão momentânea.

Mesmo se o comportamento de algum participante não correspondesse às expectativas de uma conduta social e ética adequada, por haver trabalhado na posse, não era possível obstar sua presença na festa. Porém, qualquer desconfiança era sinalizada para que o grupo ficasse alerta aos movimentos, sobretudo nas danças e brincadeiras do baile.

Além da realização de tarefas por gênero, diferenças econômicas entre os posseiros concedem indicativos das distinções sociais também pela alimentação. Para Izoaldo:

Como é que ele (puxirão) funcionava é o seguinte: aqueles que eram mais fortes matavam uma vaca e convidava os companheiros. (...) Então se o cara era forte, ele matava uma vaca, e daí cozinhava tudo, assava a carne, dava bebida pra turma, e quando era mais fraco matava porco, fazia com quierera pra turma comer. Era, o sistema era assim... (Silva, 2010)

Se o puxirão era do posseiro forte (que fornecia uma vaca), o alimento era preparado pelos homens somente quando assavam carne na roça. É

perceptível essa questão na fala de Izoaldo ao lembrar que nos trabalhos de derrubada do mato: “Não tinha mulher! Nem mulher não ia lá. A carne era assada assim, num buraco lá.” (Silva, 2010).

Mas, quando o puxirão era do posseiro fraco (que fornecia um porco), a família carneava um suíno, os homens trabalhavam no roçado e, enquanto isso, as mulheres preparavam a quirera para o almoço.⁶ Quando questionado se as mulheres também participavam na roça do puxirão, Gentil afirma que: “Não! As mulheres iam fazer comida! Fazer quirera!” (Cruz, 2010). Em seguida concede maiores detalhes sobre os preparativos de um dos principais alimentos dos caboclos no período:

É! Carneavam um porco, já que tu quer saber mesmo! Carneava um porco e cortava as peças maiores que davam e colocava num tacho de até cinquenta litros de banha. Tacho antigo! E lá colocava assim, depois que chegava do almoço, tirava a tampa... todo mundo ia comer. Era uma panelada de quirera. (Cruz, 2010)

Como temos o posseiro forte e o posseiro fraco dependendo da alimentação fornecida, da mesma forma também variavam as quantidades de área de terra e pessoas trabalhando para cada um. O número de dez alqueires e a quantidade de sessenta, setenta trabalhadores recompensados com um boi, caracteriza-se de um puxirão do posseiro forte. Se fosse, na quantidade de seis, sete trabalhadores para roçar em um dia, certamente que a área de terras seria menor. A antropóloga Neusa Maria Sens Bloemer, a esse respeito, destaca que: “Invariavelmente, os brasileiros categorizados como produtores “fracos” são os que possuem menos terras entre os agricultores da área pesquisada, não ultrapassando 5 hectares.” (BLOEMER, 2000, p. 180).⁷

6. Quirera: alimento à base de milho triturado e cozido com água, sal e condimentos. Podem-se acrescentar também legumes (cenoura), tubérculos (batata), hortaliças (repolho) e diferentes tipos de carne (suíno, bovino, ou de aves) cozida e/ou preparada na fritura. *Tradução do autor.*

7. A unidade de medida de área em hectares equivale a 10.000m² para cada hectare. No estudo de caso da autora: 5 hectare = 50.000m².

Dessa forma, matar um boi para poucas pessoas não compensava, pois ocorreria sobras de carne (desperdício). Como não possuíam energia elétrica para a conservação de grande quantidade de alimentos em freezers e/ou geladeira armazenavam as carnes em latas de banha de porco (gordura animal) onde os pedaços cozidos, fritos ou assados eram depositados, perdurando por mais tempo. Ao ceder um porco, suficiente para a alimentação, caracteriza-se assim como um puxirão menor, do posseiro fraco.

Do ponto de vista das atividades braçais, o trabalho das mulheres também era dispendioso. A elas cabiam triturar o milho no pilão, encher um tacho com gordura animal (banha), participar da carneação do porco, transportar os alimentos até a roça ou até o local destinado para ser servido, buscar água na fonte para cozinhar e lavar a louça ou levar os utensílios até a beira do rio, etc. O que se quer dizer é que as relações são mediadas por fatores externos do que os preceitos de força ou ausência da mesma.

Aliado aos costumes do trabalho no processo de ocupação da região, a culinária é um elemento digno de atenção. Alimentos nutritivos, característicos da cultura cabocla, cultivados na lavoura (feijão, milho e derivados) e de animais criados de forma extensiva (frangos, suínos) configuram também como a base do processo de fixação do caboclo na posse.

Sérgio Buarque de Holanda estabelece a relação que os bandeirantes tinham com a natureza realizando, além da caça e da coleta, plantios de grãos (milho e feijão, principalmente) ao longo do trajeto de reconhecimento das matas. Agindo dessa forma garantiam o complemento da subsistência com a colheita da produção dos artigos alimentares nos retornos dos empreendimentos exploratórios. (HOLANDA, 1994).

De modo semelhante os posseiros, quando dos primeiros meses na terra, utilizavam-se do cultivo e criação de plantas e animais que retornassem mais rapidamente o alimento indispensável para a sobrevivência até que pudessem acrescentar outros itens que exigem maior tempo despendido no processo de produção. É o caso das plantações de milho e feijão (tanto para consumo humano quanto para a nutrição animal), e a

criação de porcos e galinhas, até que as posses estivessem prontas para o plantio de pasto com a finalidade de promover também a criação de gado e equinos. Candido, sobre a alimentação da população rural de caipiras do interior de São Paulo, afirma que:

Ver-se-á, então, que este [caipira] se nutria principalmente ao modo dos sertanistas, como quem se contenta com o mínimo para não demorar as interrupções da jornada. Este mínimo alimentar corresponde a um mínimo vital, e a um mínimo social: alimentação apenas suficiente para sustentar a vida; organização social limitada à sobrevivência do grupo. (CANDIDO, 1979, p. 48)

Embora Candido menciona os mínimos, a alimentação do homem rural é descaracterizada como uma organização de precariedade da subsistência, de ausência de nutrientes. O autor enfatiza que o caipira alimentava-se muito bem: “O paulista lhe parece mesmo, mais bem nutrido que o escocês, o irlandês, o escandinavo, o egípcio, o italiano, o inglês, o indiano, o japonês, o africano do Norte, mantendo-se eugênico o seu tipo através dos séculos.” (CANDIDO, 1979, p. 47).

Os mínimos de Candido estão centrados na função básica do alimento do caipira, de nutrição, que embora saborosa era preparada exclusivamente com fins de suportar fisicamente os desgastes do trabalho, mediada pelo melhor acesso às condições ambientais. Mínimo que não é sinônimo de pouco, mas o suficiente para o sustento do caboclo e da sua família. Num primeiro momento, esses mínimos consistem numa alimentação considerada paliativa – em vista da urgência e do imprevisto com que eram conseguidos na natureza – até que pudessem organizar seus cultivos e agregar outras variedades no cardápio. O que não quer dizer que o alimento primeiro inexistia ou que era insuficiente, tanto na quantidade quanto na qualidade para a nutrição.

Valdir Gregory e Erneldo Schallenberger, no livro *Guaíra: um mundo de águas e histórias*, referenciando o livro intitulado *Pelas Selvas e rios do Paraná*, de Coelho Júnior, cita a prática chamada de picherão. Coelho Júnior, mencionando a população cabocla, no extremo Oeste do Paraná,

no contexto da transição do século XIX para o XX, faz uma distinção entre o caboclo arranjado, do caboclo pobre na região – incluindo nessa relação econômica e social a mobilidade para o trabalho de exploração da natureza, por meio do picherão:

Depois, se o caboclo é ‘arranjado’, ou tem filho homem, ou ‘justa’ um camarada, com foices bem afiadas, ataca-a vigorosamente, após ter erguido o rancho tosco, onde ferve a panela de feijão, abriga-se das chuvas e, se a residência é longe, pernoita, mais os companheiros. Se é pobre, de há muito comprou umas garrafas de ‘pinga’, engordou uns frangos – e promove, com o auxílio dos vizinhos, que jamais se recusam – o tradicional ‘picherão’. E então a roçada faz-se num dia, pelo número elevado de foiceiros que se reúnem. O caboclo ‘arranjado’, mais o filho do homem ou camarada, já está preparando o feijão do almoço, com torresmo e farinha de milho. (COELHO JUNIOR, 1946, p. 150)

Considera-se significativa essa citação para compreender as divisões sociais entre os posseiros que recorriam aos trabalhos voluntários, dos que contratavam a mão de obra na exploração e cultivo das terras. O caboclo arranjado vem a ser o posseiro forte que contém condições financeiras ou de parceria, previamente definida antes de entrar na mata, para explorar a região sem uma relação direta e de auxílio dos vizinhos presentes nas proximidades da nova posse. O caboclo pobre, posseiro fraco, por outro lado, pretendendo se estabelecer na terra (de forma temporária ou permanente), solicitava o auxílio dos demais vizinhos que em condições econômicas semelhantes promoviam o picherão.

Vê-se que os valores não estavam mediados pelo dinheiro em espécie, já que ambos, o posseiro pobre e o arranjado (nesse caso, o mais forte e o mais fraco), não possuíam tais condições financeiras – a não ser alguns trocados para comprar a bebida. Mesmo quando a situação financeira era favorável para o pagamento de peões, os caboclos optavam em fazer o puxirão pelos interesses nas relações de vizinhança. Ou seja, tendo os parceiros disponíveis apenas recompensando-os da festa, efetivar a empreitada remunerada seria sinônimo de desperdício de dinheiro.

Apesar de a comida fornecida caracterizar o posseiro financeiramente, independente do tipo de nutrição ofertada, a dedicação dos parceiros não possuía distinção na execução do trabalho. Existiam peculiaridades que fixavam os interesses mais ativos na diversão do que na estrutura disponível.

Se, para alguns, havia muitas vantagens em se fazer puxirão (rendimento do serviço, economia, lazer em comunidade, etc.) isso não foi uma unanimidade, mesmo entre os caboclos. É o caso do relato de Ricarte que auxiliava os parceiros, mas não encomendava as atividades em sua posse:

Não! Eu fui em puxirão assim, mas nunca gostei. Quando um vizinho gostava de fazer puxirão daí nós se reunia com a turma lá e fazia as roças pro cara lá. Fazia num instantinho, até meio dia. Aí ia almoçar e beber pinga, festa e baile de noite. Quem fazia o puxirão dava a comida pros roçadores e tinha que fazer o baile. (Paula, 2010)

Izoaldo, de modo semelhante, comenta: “Eu não fiz, mas fui em muitos puxirão!” (Silva, 2010). Apesar de não chamarem os vizinhos para socorrerem em suas necessidades, ambos afirmaram que haviam participado tanto nas roças quanto nas festividades, contentando-se com a comida e o lazer que integrava as pessoas residentes no meio rural. Para além dos interesses restritos às produções econômicas, compartilhavam de outros sentidos de mobilização de grupo intermediados pela cultura.

Finalizado o serviço na roça as famílias voltavam para as suas casas para se aprontarem para a festa. Os mais próximos iam a pé pelos carreiros e atalhos, e os mais distantes à cavalo pelas estradas improvisadas. No momento em que a família já estivesse preparada retornavam todos (homens, mulheres e crianças) à casa do posseiro, para então dar prosseguimento ao festejo do puxirão.

Segundo Gentil, quando indagado se as pessoas tomavam banho e trocavam de roupas na casa do posseiro favorecido com o puxirão recorda que: “Não! Ia cada um pra sua casa, por que era um grupo! Não é que nem aqui agora, daqui você vai lá. Era no Pinhalito! Era no bairro in-

teiro!” (Cruz, 2010). A fala denota que os vizinhos mantinham uma certa proximidade entre si que tornava possíveis as idas e vindas entre os lares.

As singularidades dos trabalhos associados às festas, apresentadas pelos que rememoram os momentos vividos no passado, são relevantes na medida em que despontam as marcas da memória sobre um determinado contexto. Apesar da não existência das práticas dos puxirões no presente, nos mesmos moldes vividos no passado, rememorar consiste também numa forma de permanência.

Após meio-dia de trabalho ou uma jornada integral os caboclos davam sequência na segunda parte do puxirão, a recompensa com festa em comemoração pelo serviço realizado. Assunto para uma próxima oportunidade.

Fontes e Bibliografia

Entrevistas:

Alceu Rodrigues da Cunha e Olindina Rodrigues da Cunha, concedida em Catanduvas/PR, em 25 de março de 2009. Fonte: CEPEDAL.

Amazonas Facini concedida no distrito Bela Vista, Guaraniaçu/PR, em 9 de dezembro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Antônio Tavares, concedida em Diamante do Sul/PR, em 21 de setembro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Baldina do Amaral das Neves e Erotides Rodrigues das Neves, concedida no distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR, em 8 de junho de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Gentil Moraes da Cruz, concedida no município de Guaraniaçu/PR, em 5 de outubro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Gumercindo Nogueira da Silva, concedida na área rural próximo do município de Diamante do Sul/PR, em 21 de setembro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Izoaldo Paulino da Silva, concedida no município de Diamante do Sul/PR, em 5 de outubro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Maria de Jesus da Silva e José Mendes da Silva, concedida no distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR, em 8 de junho de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Ricarte Guerreiro de Paula, concedida no município de Diamante do Sul/PR, em 5 de outubro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Referências

BAÚ, Rosimar. **O processo de ocupação e colonização da região Oeste do Paraná: uma análise histórica da participação da indústria de madeiras Ibema (1960-1989)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Porto Alegre, 2006.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Portugal: Europa-América, 1997.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 5ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. 2ª ed. Alges – Portugal: Difel, 2002.

_____. **O mundo como representação**. In: Estudos Avançados 11(5), 1991. p. 173-191.

COELHO JUNIOR. **Pelas Selvas e rios do Paraná**. Curitiba/SP/RJ, Editora Guaíra Limitada, 1946.

FREITAS, Anderson Arilson de. **Etimologia do puxirão dos caboclos no Oeste do Paraná**. Fronteiras, [S. l.], v. 23, n. 42, p. 61-86, 2021. DOI: 10.30612/frh.v23i42.15744. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/15744>. Acesso em: 27 ago. 2022.

_____. **Trabalho também é Festa: história(s) e memória(s) de antigos posseiros na região Oeste do Estado do Paraná (1993 - 1970)**. Dissertação de Mestrado em História. Dourados, MS: UFGD, 2014.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

_____; SCHALLENBERGER, Erneldo. **Guaíra: um mundo de águas e histórias**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significação nas memórias e nas fontes orais**. Rio de Janeiro, UFF/Relume-Dumará, v.1, n. 2, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL. **Plano Diretor Participativo**. Francisco Beltrão: Lahsa Comercio de Equipamentos e Serviços Viários Ltda. s/d.

WOLOSZYN, Noeli. **Em busca da Terra: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense**. Linhas, Florianópolis, v. 8, n. 1, jan./jun. 2007.

Arqueologia da cachaça no sul de Santa Catarina: os alambiques tradicionais em Criciúma

***Everson Semler Matias
Jaisson Teixeira Lino***

Introdução

O mundo material é um poderoso sistema de significados (...); no entanto os significados da cultura material não são fixos, mas sim específicos a um tempo e lugar. A cultura material é carente de significado por si mesma, e só adquire uma dimensão ativa e ideológica dentro de um sistema cultural determinado. Desta forma, se partimos do princípio de que os objetos produzidos e utilizados pelos homens são ativos, dinâmicos, portadores e geradores de significados, encontraremos, por meio de sua análise, uma linha alternativa para estudar as pessoas e seu mundo social (ZARANKIN & SENATORE, 2002, p. 09).

A imigração e a emigração compuseram em Santa Catarina nos séculos XIX e XX uma das peças fundamentais no seu complexo mosaico cultural. As ocupações europeias instaladas entre o planalto e o litoral forneceram uma estrutura de ligação entre os campos de Lages e a planície costeira. Estas áreas culturais até então majoritárias, ganharam um novo personagem no motor da história catarinense. Em poucos anos o Estado de Santa Catarina sofreu um crescimento de habitantes de mais de 70%. Alcides Goularti Filho (2005, p. 15), estudando a formação econômica catarinense observa que:

De 1872 a 1890, houve um crescimento de 77,6% no total da população catarinense, e de 1890 a 1900, 12,8%, causado principalmente pelo forte incremento populacional de imigrantes. Em 1850, os estrangeiros representavam 1,8% da população, passando para 9,2 em 1900.

De 1872 a 1900, o aumento da população estrangeira no Estado foi de 84,9%. (GOULARTI FILHO, 2005, p. 15)

A Europa do século XIX, encantada com sua arte, sinfonias e literatura, encobria uma realidade de miséria e carestias extremas associado a um regime de agricultura semifeudal, onde o camponês permanecia ligado a terra e ao seu senhor até seu tempo final. Essa Europa passou a existir em livros e quadros como *“Os miseráveis”* e *“Germinal”* de Victor Hugo e Emile Zola, além de pinturas como, *“Os comedores de batatas”* e *“Casas de Mineiros”* de Vicent Van Gogh (CARUSO E CARUSO, 2000, p. 191). Enquanto óperas e concertos ressoavam pelos salões luxuosos ao lado da pintura impressionista, navios atulhados de gente partiam em direção às novas terras, retirando-se mais como fugitivos de uma desgraça do que como pioneiros desbravadores – embora a ideia de se tornar proprietário criasse expectativa entre os imigrantes. Este era o mundo europeu da revolução industrial que exportou para a América cerca de quarenta milhões de pessoas. Somente a Itália, de 1861 até o começo do século XX forneceu vinte milhões de indivíduos entre artesãos, camponeses e semiproletários que indiferente de seu emprego estavam fadados a se transformar em lavradores. Para Mariléa e Raimundo Caruso, o principal interesse do governo brasileiro era estabelecer em territórios dito *“devolutos”* colonos que tivessem o auxílio do trabalho em sua família e que não possuíssem interesse em obter escravos ou criar gado (CARUSO E CARUSO, 2000, p. 196).

A área estudada neste artigo, localizada no Sul de Santa Catarina foi colonizada sobretudo por italianos da região norte da península itálica. As principais vias de colonização, se estabeleceram junto aos leitos dos principais rios existentes. Cada família, de acordo com suas características adquiria determinada porção de terra, bem como sementes e outros benefícios (o que nem sempre acontecia), caracterizando-se como uma economia mini fundiária familiar. As colônias do Sul surgem em 1877 e 1878 (ano do contrato Caetano Pinto), constituindo o que atualmente conhecemos como Azambuja e Urussanga. Esta última, transformou-se no principal

polo de expansão do imigrante italiano por todo o território, criando colônias como: Turvo, Nova Veneza, Orleães e Criciúma, entre outras.

O contexto histórico de ocupação da região de estudo

Salvo exceções, as fontes que tratam da colonização imigrante no Sul e igualmente em Criciúma são enfadonhas e repetitivas, além de não fornecerem dados suficientemente satisfatórios. Em comum, elas tratam das dificuldades das estradas, falta de transportes entre outras peculiaridades onde o colono foi se instalando. Sempre com o viés determinista do pioneiro, elas ignoram fatores fundamentais como o contexto da ocupação indígena Xokleng¹, como os diferentes contatos estabelecidos que existiram, caracterizando-se no geral por uma visão errônea e parcial do extermínio.

As famílias que ocuparam Criciúma decorriam de colônias já anteriormente estabelecidas e foram tomando as margens de rios e picadas já existentes. Um dos responsáveis pela expansão das colônias italianas foi o engenheiro Joaquim Vieira Ferreira² que logo no início da fundação de Azambuja, implementou um caminho de rodagem desta colônia que passava por Cocal e Criciúma (MAZZUCHETTI, 2003, p. 91). Esta iniciativa garantiu a ação colonizadora na região estudada: *“esse trilho, que posteriormente seria uma das principais artérias de ligação entre as localidades de região, foi fundamental na instalação dos novos povoadores de Morro Estevão e Morro Albino, que surgiram em suas margens”* (Op. Cit. 2003, p. 91).

Como ocorria normalmente, a instalação do imigrante decorria de iniciativas de companhias de colonização que poderiam ser privadas ou estatais. Nas demarcações dos terrenos, os lotes eram divididos tendo

1. Povo indígena do Tronco linguístico Jê, os Xokleng foram duramente exterminados por grupos milicianos armados denominados de bugreiros (ver Santos, 1973). Ver

2. Engenheiro ligado ao governo imperial, responsável pela direção colonizadora na região.

como margem referencial, os rios existentes na região. Os mesmos poderiam ser pagos em dinheiro, espécie, ou em determinados serviços para o governo. Ainda hoje, a demarcação colonial pode ser observada em algumas localidades rurais de Criciúma. Em geral, nas regiões de economia agrícola esta análise é facilmente percebida. Nas áreas situadas à margem do Rio Braço do Norte, por exemplo, percebemos empiricamente esta divisão ainda nos dias de hoje, quando lá desenvolvemos projetos de arqueologia preventiva³, tanto na margem leste quanto oeste daquele rio. Em nosso entendimento, isto é possível em função da atividade econômica local permanecer com características mini fundiárias de agricultura e pecuária, estando às propriedades em posse das famílias tradicionais assentadas. Seguindo a argumentação de Etienne Meira (2013) para o caso de Morretes, no Paraná, sugere-se que a colonização de matriz italiana e mini fundiária contribuiu para o advento da produção de aguardente na região de Criciúma, considerando-se a chegada, com os colonos, de técnicas de produção de destilaria advindas da Europa, pois “os imigrantes chegam trazendo conhecimentos diversos sobre destilaria e fermentação, além de técnicas de metalurgia em cobre, o que alavanca a qualidade da aguardente da região e começa a inseri-la no mercado nacional” (MEIRA, op. cit, p. 23). Como se vê, a produção de cachaça é fruto, no território, de palimpsestos de técnicas originadas em diferentes grupos étnicos que ocuparam a região: indígena, africana, cabocla, europeia.

A colonização da região de nosso estudo, também corresponderam a esta característica. Mais conhecido como “linhas” elas se referenciavam pelo rio Sangão, se caracterizando como primeira linha Sangão, segunda linha Sangão, terceira e quarta.

As atividades econômicas estabelecidas pelos colonos, como sabemos, giravam em torno do manejo do solo. Ao estudar a imigração em Santa Catarina, João Dall’ Alba (1983), assinala que entre os produtos produzidos nas colônias circunvizinhas destacava-se entre os cultivos o algodão, mandioca, hortaliças, feijão, batatas, além do milho e da cana-

3. Projeto de Levantamento Prospectivo Arqueológico na PCH São Maurício – Rio Fortuna/SC; Projeto de Levantamento Prospectivo Arqueológico na PCH Rio Fortuna – Rio Fortuna/SC; Projeto de Levantamento Prospectivo Arqueológico na PCH Nova Fátima – Nova Fátima/SC.

-de-açúcar. O milho tornou-se a base do alimento na mesa do agricultor fornecendo através da polenta e do pão, proteínas, fósforo, potássio, minerais além das vitaminas A e complexos B – combustíveis indispensáveis para o árduo cotidiano da colônia. Seu excedente também poderia ser utilizado para algum comércio e na alimentação dos animais (BALDIN, 1999, p 43).

Contextualização das fontes de estudo

A importância em ter como fonte de estudo a cultura material contemporânea, pode não ser compreendida de imediato em nosso meio. E isso é plenamente justificável. A arqueologia só muito recentemente vem ganhando um público maior, principalmente em função de uma intensa atividade de novos arqueólogos, que decididos a romper com as âncoras das velhas correntes tem contribuído para uma nova forma de abordagem, com novos campos de pesquisa, novas metodologias e socialização do conhecimento produzido, para o público em geral.

Neste capítulo, optamos por trabalhar com a cultura material originária dos sítios de engenho. Sua justificativa pode ser entendida pelo fato de ser ela um produto do trabalho humano, e como tal, a ordem econômica e social ou até mesmo os interesses atribuídos por detrás dos documentos oficiais do Estado, em nada interfere em sua história. De acordo com Funari (1992): *“A arqueologia estuda, justamente, a cultura iletrada, ou melhor, os aspectos da cultura que não são escritos, os objetivos, as coisas, o mundo material usado e transformado pelos homens* (op. cit, p.7). É através dela que muitos grupos subordinados se tornam acessíveis ao conhecimento de sua própria história, seu registro documental, se dá através de seus vestígios de atividades humanas como trabalho, lazer e arte (op. cit, p.7). Dessa forma:

As populações relegadas ao analfabetismo ou semi-analfabetismo, via de regra, não participam do processo histórico, através da produção de documentos escritos. É portanto, a sua cultura material e iletrada, resgatada pelas investigações arqueológicas, que vai fornecer os dados

necessários à reconstrução do processo histórico no qual estão inseridas (SILVA, 2007, p.80).

Para a arqueologia os artefatos são dignos de sentimentos e valores sociais atribuídos pelo homem. Como afirmou Orser Jr. (1984, p. 97): “O homem torna-se homem ao criar objetos e dar-lhe sentido”. Portanto, os materiais encontrados em sítios arqueológicos são possuidores de “vida social”.

Em resumo, o que propomos é a possibilidade de um processo de estudo interdisciplinar entre campos acadêmicos que tem a mesma finalidade, mas que possuem metodologias específicas (Kern, 1989), tal como a história e a arqueologia. A partir disso, os lugares associados a produção de cachaça emergem como patrimônio cultural, material e imaterial, pois contribuem para a emergência de temas relativos às identidades culturais e sociais de uma dada sociedade, imputando importância no que tange à valorização de seu estudo e extroversão, associados com medidas de proteção, preservação e de desenvolvimento econômico por meio do turismo cultural. Trata-se de um patrimônio majoritariamente associado às classes populares, diferente daqueles patrimônios inicialmente catalogados no Brasil e no mundo durante as primeiras décadas de ações e fomentos da Unesco e do Iphan, uma vez que a cachaça é majoritariamente consumida pelas classes economicamente menos favorecidas (e incorporada a uma identidade do “povo”) e sua produção usualmente levado a efeito por famílias (TAVARES, DANTAS E NÓBREGA, 2015). Outro ponto a ser considerado no que se refere aos qualitativos dados ao patrimônio cultural no Brasil, é o fato dos engenhos de cachaça configurarem patrimônios rurais, preteridos no histórico de processos de tombamento, onde os conjuntos urbanos têm se destacado nos projetos de preservação, restauro e conservação arquitetônicas. Os sítios rurais tem grande importância para as populações camponesas e, em nosso entendimento, devem ser percebidos dentro dos conceitos de paisagens culturais, já que tratam-se de lugares que estão conectados em rede com diversos outros pontos no espaço rural, como habitações, templos, roças, caminhos, estruturas

pecuárias e assim por diante.⁴ Em suma, ocorre um duplo desprestígio patrimonial, que aos poucos vem sendo diminuído: o engenho de cachaça é um patrimônio das classes populares e é um patrimônio rural, ambos historicamente negligenciados pelos órgãos que regulam e determinam o que é e o que não é patrimônio cultural em nosso país.

O trabalho de campo

As campanhas de campo, em que se desenvolveram o estudo dos engenhos de cachaça através da sua cultura material procuraram ser realizadas através de abordagens teórico-metodológicas adequadas à arqueologia histórica (SILVA, 2007), somados a procedimentos cabíveis aos objetivos propostos e aos recursos humanos e materiais disponíveis. Nesse sentido, nossa pesquisa seguiu o caminho aberto por Lino (2006), durante o projeto “Plano Diretor de Criciúma”, onde no levantamento patrimonial da cidade se registrou quatro engenhos de alambique artesanais em atividade, sendo que um atualmente encontra-se em ruínas.

O levantamento arqueológico possui uma infinidade de técnicas que podem ser aplicadas de diferentes maneiras. Sua melhor utilização depende principalmente do objetivo do projeto de pesquisa, o tipo e terreno (SILVA, 2007), ou peculiaridades que se impõem como o tempo disponível ou limitações humanas e financeiras.

Diante das peculiaridades impostas nesta pesquisa, as informações orais desempenharam um papel preponderante em função de que a arqueologia aqui, foi pensada como disciplina histórica interdisciplinar, produzindo conhecimento capaz de fornecer informações que poderão ser utilizadas por outras áreas das ciências sociais, tendo como uma de suas fontes a história oral (LUFT, 1996).

Leituras de cartas topográficas ou percursos sistemáticos através de transects, embora fundamentais para o bom desenvolvimento da pesqui-

4. Um caso exemplar é o município de Areia, na Paraíba, onde o centro urbano foi tombado em nível nacional pelo Iphan e o meio rural, com uma rica paisagem de engenhos de rapadura e cachaça, negligenciado (ver Ferreira e Moura Filha, 2012).

sa, não foram adotadas em função da abrangência da área. Desta forma além das informações orais, adotamos fundamentalmente a leitura da paisagem como forma de identificação de ocorrências arqueológicas de engenhos de produção de aguardente.

Entendendo que os artefatos expostos sobre o ambiente, atendiam aos objetivos propostos, não procedemos com pesquisas voltadas à escavação ou coletas de artefatos. O método de escavação acarretaria esforços superiores aos oportunos nesse momento, dedicado inicialmente à análise de estruturas na paisagem com ações não-interventivas. Portanto, as análises das informações arqueológicas seguiram a metodologia proposta por Silva (2007, p. 82), onde:

O conjunto de informações disponíveis na superfície do sítio e na paisagem de um modo geral pode fornecer informações necessárias para reconstruir o contexto arqueológico daqueles sítios, cuja escavação seja impossível por questões diversas.

De encontro com uma pesquisa em que se aborda um viés preservacionista do patrimônio arqueológico, concorda-se com Philip Rahtz (1989, p. 87) quando o autor afirmou que: “escavar é destruir; normalmente ao fim de uma escavação não resta nada a não ser a rocha natural, a argila ou o cascalho, com as formas dos buracos abertos onde estavam os vestígios, como os fossos cujos conteúdos foram removidos.”

Assim, após encerrada a etapa de campo, as análises dos materiais arqueológicos foram confrontadas às entrevistas orais dos produtores que, estudados e contextualizados em gabinete não provocaram destruição ou impactos sobre os sítios localizados.

A abordagem Etnoarqueológica.

A etnoarqueologia surgiu na década de 1960, na tentativa de suprir a necessidade sentida pelos arqueólogos, diante da tarefa de interpretar o passado com escassos vestígios materiais que, não permitiam inter-

pretações satisfatórias com os sítios arqueológicos escavados. De acordo com Silva (2007, p. 97):

A recriação do passado na sua totalidade tem sido tarefa impossível de ser realizada, pois as fontes documentais e materiais são, via de regra, fragmentárias e parciais. Na missão de diminuir cada vez mais os espaços vazios existentes no conhecimento das sociedades passadas, arqueólogos têm rompido as barreiras de suas próprias abordagens, indo buscar em outras disciplinas respostas às suas indagações. Nesta busca, a etnografia possibilitou o surgimento de uma nova abordagem, a etnoarqueologia.

A utilização desta fonte de investigação também foi extensamente utilizada em nossa pesquisa, a fim de melhor compreender a abrangência que permeia no processo de transformação da cana-de-açúcar em aguardente. Em suma, utilizamos como fonte quatro engenhos ainda em atividades artesanais distribuídos por três comunidades no interior de Criciúma, sul de Santa Catarina.

Os engenhos em atividade produtiva forneceram informações que possibilitaram reconstruir o contexto em um amplo aspecto do passado. Com as informações colhidas, podemos observar o local escolhido para sua construção, a arquitetura utilizada, e os tipos de matéria-prima empregadas nas mais diversas funções. Enquanto três engenhos foram estudados pelos anos em atividade, O Engenho Comim, possibilitou o estudo etnoarqueológico, na medida em que sua estrutura arquitetônica se encaixa dentro do modelo extensamente utilizado no auge da produção aguardenteira. Construído há mais de vinte anos, o proprietário optou por utilizar moendas de eixos verticais, movidos por tração animal com o objetivo de resgatar a memória e as formas de trabalho empregadas por sua família⁵. Seu engenho é o único de tração animal identificado, não só dentro da área de estudo deste artigo, como também em toda a Cidade de Criciúma⁶. No entanto, somente o trabalho empregado e a parte arquitetônica de sua estrutura foram objeto de estudo etnográfico. A paisagem,

5. Antônio Comim, informação pessoal.

6. Idem.

que também será discutida mais a frente, teve como alvo de análise o Engenho Osvaldo Ferro ou Titi, Engenho Antônio Zanette e o Engenho Luiz Zanette.

A arqueologia dos engenhos

Os engenhos ou engenhocas de cachaça, açúcar e melado não tomaram grandes proporções em termos de sua estrutura física. No sítio de Engenho Titi I, os vestígios de edificação sobre o solo possibilitaram a medição, onde constatamos um tamanho aproximado de 12x10,5 metros. O sítio apresentou o patamar superior, onde se realizava a moagem da cana por tração animal, com a maior parte, atingindo 7,8x10,5 metros. Outros sítios registrados não permitiram a medição. Contudo, este parece ter sido um padrão geral de um determinado período. A arquitetura empregada na construção do Engenho Comim, obedeceu à estrutura comumente observada em outros engenhos e por informações orais⁷. Construído com uma área total de 135 m², o engenho caracteriza-se por uma estrutura estritamente funcional, objetivando as necessidades de produção.

A técnica de edificação extensamente utilizada, denominada de arquitetura vernacular, apontou para uma forma simples de construção. Habitualmente a arquitetura vernacular é interpretada pelo arqueólogo, por demonstrar as verdadeiras atitudes e crenças de um povo muito mais nitidamente do que a arquitetura acadêmica (ORSER JR., 1986, p.35).

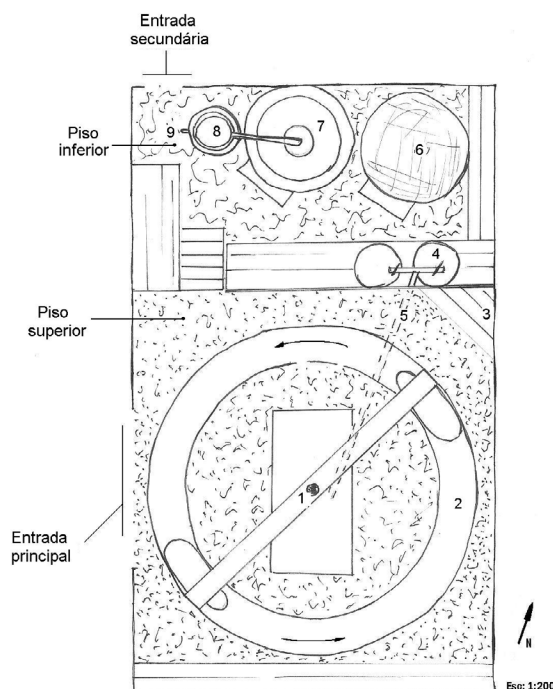
O método utilizado na construção dos engenhos, pode ser enquadrado no que denominamos de “tapique”, ou seja, tábuas planas, apoiados sobre pilares de madeiras. O piso em toda a extensão dos engenhos não recebia nenhum tipo de revestimento, permanecendo como chão batido. Somente em um caso observamos a utilização de revestimento, no engenho Comim. Neste, o revestimento de concreto ou contra-piso, foi estabelecido no andar superior, permanecendo apenas o corredor circular por onde passa o gado. O relevo sobre o qual os engenhos foram erguidos estão em terrenos de meia encosta – característica esta observada em

7. Antônio Zanette e Luiz Zanette, entrevista cedida em 23 e 25/10/08, respectivamente.

todos os engenhos estudados – principalmente para utilização da força gravitacional em que a garapa é canalizada para as dornas de fermentação. Esta estrutura permite que o engenho se constitua em dois andares. Um superior em que a cana é moída e outro inferior onde ela é armazenada e posteriormente manufaturada.

Figura 1: Desenho tipológico da estrutura interna do engenho Antonio Comin.

Croqui: Engenho Antônio Comim



- 1 - Moenda de eixos verticais
- 2 - Círculo do Boi
- 3 - Prateleiras
- 4 - Dornas de fermentação
- 5 - Canal subterrâneo de escoamento de garapa
- 6 - Caldeira de açúcar
- 7 - Alambique
- 8 - Serpentina
- 9 - cachaça

Desenho: Everson Matias

Fonte: Everson Moraes

Técnicas construtivas como a do tipo pau-a-pique, embora conhecida pelos produtores, e amplamente utilizada no setor meridional da Ilha de Santa Catarina (SILVA, 2007) não chegaram a ser utilizadas na área em estudo.

As matérias-primas utilizadas eram predominantemente madeiras de lei, as mais citadas nas entrevistas referem-se à canela, cabriuna e aipé, além da madeira do palmito, utilizada tanto para calhas que poderiam canalizar água ou garapa para o engenho, bem como, na construção de armações na cobertura dos engenhos.

Os recursos naturais disponíveis foram extremamente utilizados como fontes diversas. As coberturas dos engenhos logo nos primeiros anos eram constituídas de tramados de palha, facilmente encontrada em áreas alagadiças⁸. Esta técnica, embora muito útil, foi sendo substituída por telhas de argila com as primeiras oportunidades surgidas por volta da década de 1920-1930, em função do risco eminente de incêndio.⁹

O espaço interno do engenho

Já citamos que o maior espaço no engenho é destinado ao processo de moagem da cana. No engenho Comim, este setor chega a 90 m², em um espaço mínimo de trabalho, onde se situa a rótula dos bois. O processo é todo realizado em pé de frente às moendas apenas pelo próprio produtor, todo o processo chega a atingir mais de duas horas ininterruptas. Luiz Zanette, ao tratar deste assunto rememora que esta atividade era delicada, no sentido de que muitas vezes em função da perda do controle da junta de bois, toda a estrutura de moagem era prejudicada, podendo comprometer peças fundamentais do equipamento.

Este conjunto, denominado engenho de moendas verticais (SILVA, 2007), parece ter sido muito popular no auge da produção de cachaça.

8. Osvaldo Ferro, entrevista concedida aos autores em 08/10/08.

9. Antônio Zanette, entrevista concedida aos autores em 25/10/08.

Figuras: 2 e 3: Ruínas do Engenho de Osvaldo Ferro. Observa-se no detalhe à esquerda os cilindros, próprios de engenho de moendas verticais.

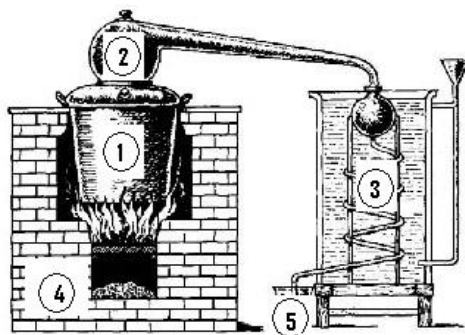


Fotos: Everson Matias

Ainda no andar superior, as paredes poderiam fornecer sustento para prateleiras, onde eram armazenados garrafões, ferramentas, cestas e outras tralhas indispensáveis à mobília do engenho.

O andar inferior constituía o maior número de utensílios. Embora menores, eles geralmente estavam reunidos em um pequeno espaço. Ali, permanecia o alambique, a caldeira de açúcar – ambos de cobre – e as dornas de fermentação. O cobre esteve presente em toda a história da produção alambiqueira na região. Nem o alambique, nem a caldeira chegaram a ser utilizados de outro material. Os únicos materiais admitidos no conjunto de destilação são a argila e a madeira, que por não adicionar gosto, poderiam ser utilizados como capacete, logo acima do alambique¹⁰.

Figura 4: Sistema de Destilação com Alambique

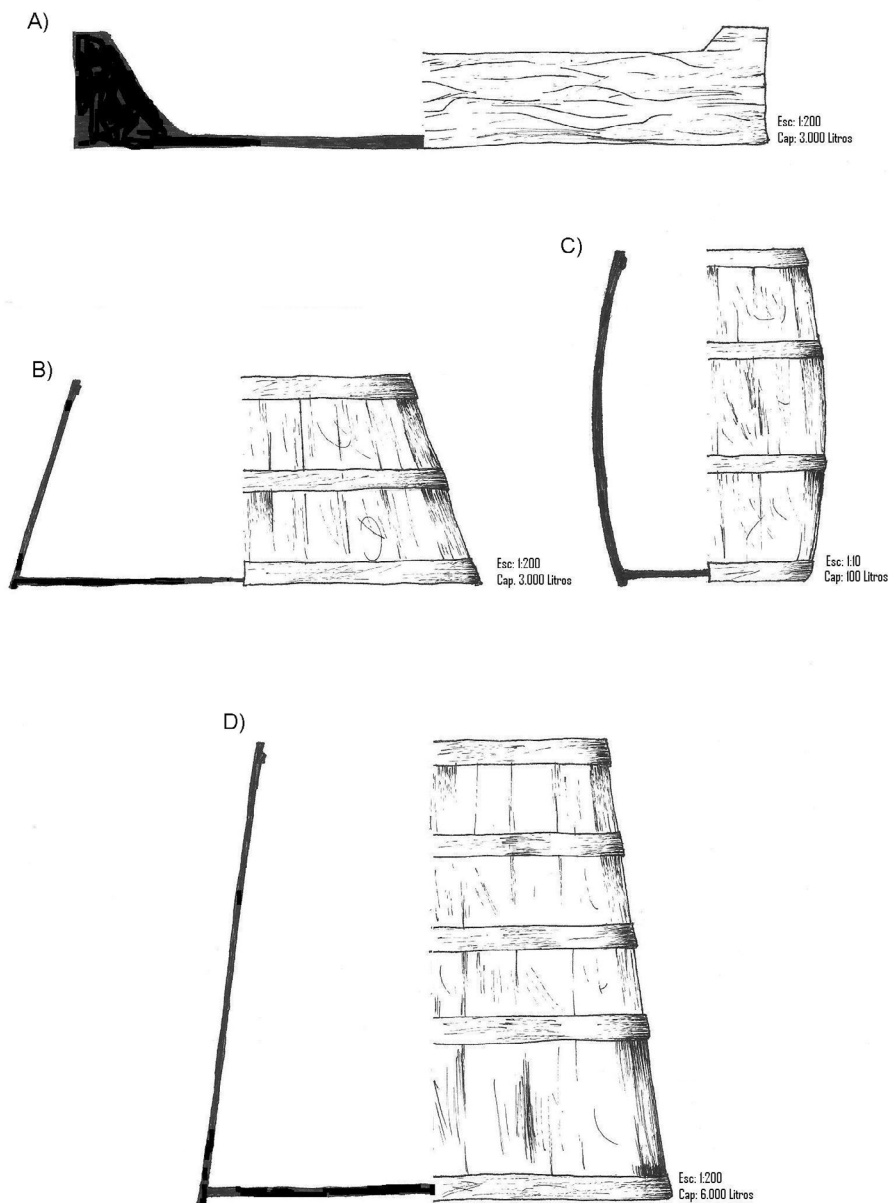


Fonte: www.trapobana.blogspot.com.br [números e legendas adicionadas pelos autores] 1) Alambique; 2) Capacete; 3) Serpentina; 4) Forno; 5) Cachaça.

10. Informação oral, cedida por Luiz Zanette em 25/10/08 e também etnoarqueológica – Engenho Luiz Zanette.

Figura 5: Representação dos tonéis utilizados para estocagem e transporte da cachaça. A): Coxo em madeira de figueira – engenho Luiz zanette; B): Dorna em madeira de pinho – engenho Antônio Zanette; C): Barril em madeira de pinho – engenho Luiz Zanette; D): Dorna em madeira de pinho – engenho Antônio Zanette.

Tonéis utilizados no armazenamento de cachaça



Fonte: Everson Matias

Os vestígios materiais observados nos vestígios dos engenhos analisados neste artigo foram percebidos na paisagem. Seu diagnóstico se caracteriza, sobretudo pelo corte adicionado no barranco, o açude que represa a água, o canal por onde ela era escoada, a antiga estrada utilizada e os vestígios do forno, além das evidências de edificação. O forno em um dos sítios permaneceu por mais de setenta anos, sendo facilmente observado.

As entrevistas orais demonstraram que o forno despendia uma das primeiras atenções nas atividades do dia. A tarefa de acendê-lo e alimentá-lo poderia ser realizada tanto pela mulher quanto pelo homem. No entanto, ele também possuía cautelas que não estavam apenas relacionados à ordem prática. Ou seja, sua construção estava voltada às preocupações relacionadas a integridade e funcionalidade.

Ao analisarmos vestígios de dois fornos de engenhos de cachaça¹¹, onde a matéria prima utilizada em sua construção era de pedras de arenito, diagnosticamos que essa rocha era a principal escolha em termos de forno de alambique e açúcar. Segundo Luiz Zanette, essa rocha poderia suportar altas temperaturas, sem ser danificada, sendo facilmente encontrada “aflorando” pelo solo das propriedades.

Figuras 6 e 7: À esquerda – vestígios de antigo forno de alambique, engenho Osvaldo Ferro II. A direita – alambique e caldeira de açúcar em tijolo maciço do engenho Antônio Comim.



Fotos: Everson Matias

11. As análises aqui referem-se aos Engenhos Titi II e o sítio Zanette I.

dio com metodología arqueológica de los procesos y formas de culturización del espacio a lo largo de la história.

A paisagem mini fundiária em que se situam os engenhos de cachaça foi constituída ao longo da história, de acordo com as necessidades sentidas pela família proprietária ou, de acordo com suas limitações ou objetivos financeiros. Como as famílias estudadas pertencem aos descendentes diretos dos emigrantes pioneiros, suas terras ainda estão sobre posse da família tradicional, constituindo pouca mobilidade no que tange à propriedade. Assim o estudo da paisagem oportunizou diagnosticar aspectos originais da colonização e sua construção no espaço físico, preocupando-se em estudar:

(...) um tipo específico de producto humano (el paisaje) que utiliza una realidad dada (el espacio físico) para crear uma realidad nueva (el espacio social: humanizado, económico, agrario, habitacional, político, territorial...) mediante la aplicación de um ordem imaginado (el espacio simbólico: sentido, percibido, pensado...). Esta concepción supone que la dimension simbólica constituye una parte esencial del paisaje social y que una comprensión integral del mismo dede dar cuenta de ella (Criado Boado, 1999, p. 07).

As características comuns observadas, constituíram-se por uma paisagem natural com topografia bastante acidentada, composta por morros de grandes proporções, onde diferentes atividades agrícolas podem ser desenvolvidas. A cobertura vegetal, em sua grande parte é composta por pastagens, próprias para a atividade pastoril bovina, tanto leiteira quanto de abate. Em áreas menores a vegetação secundária domina em diferentes estágios de reflorestamento. A mata nativa, embora ínfima ainda permaneceu dentro da propriedade. Esta, ainda fornecia madeira ou alguma caça até certo tempo. Atualmente ela somente serve para a observação, in situ de algumas espécies de pássaros e outros animais, ou, algum tipo de planta como samambaia ou bromélias para decorações diversas.

A habitação da família em três dos quatro casos estudados, é composta por um casario avarandado. Podendo ser utilizado tanto para lazer

como para vigília da propriedade. Circundante a casa, situa-se a pequena horta, bem como o espaço onde não raras vezes pratica-se à suinocultura e a avicultura. Não tão distante, encontra-se o paiol e o galpão. Essas edificações poderiam armazenar a produção, além do maquinário agrícola.

As próprias instalações de um engenho de cachaça requerem necessidades fornecidas pela paisagem que no início da colonização, independiam apenas da vontade do homem em produzi-lo. Para a edificação de um engenho de alambique, eram necessários recursos hídricos e relevo de leve inclinação – fundamentais para o bom funcionamento, em termos de engenho de cachaça.

Este diagnóstico foi observado no engenho Osvaldo Ferro II, que nos anos de 1930, o produtor Ângelo Ferro, optou em estender sua produção de açúcar para cachaça, seu pequeno engenho (Osvaldo Ferro I) não estava localizado próximo à água corrente. A solução encontrada foi construir um novo engenho em outra área de sua propriedade, distante cerca de 500 metros do seu primeiro engenho – o engenho Osvaldo Ferro I¹³. Desta forma, o local apropriado para instalação de engenho de cachaça deveria estar de acordo com os aspectos naturais da paisagem, de modo que a comodidade e o acesso se tornaram secundários.

Cabe destacar que nos engenhos estudados e apresentados aqui, não foram observados conjuntos arquitetônicos adicionais às habitações e engenhos, como nos casos apresentados por Ferreira e Moura Filha (2012) para os engenhos de cachaça e rapadura do Estado da Paraíba, onde em algumas propriedades se formavam “quadriláteros” espaciais, compostos, além do engenho, da casa-grande, senzala, depósito e capela, remontando tais espaços, em sua maioria, aos tempos coloniais. Devido ao contexto de constituição de engenhos em tempos mais recentes (século XX) e ao caráter de pequena produção, não se construíram conjuntos adicionais em torno dos espaços de produção cachaceira em Criciúma.

A cana-de-açúcar, ocupava um espaço em torno de 2 a 5 hectares. Seu plantio tomava o topo das principais elevações a fim de evitar a geada. No entanto, as entrevistas demonstraram que o tipo de solo também

13. Osvaldo Ferro, entrevista concedida aos autores em 04/10/08.

era marco de primazias entre produtores. Para a maioria dos aguardenteiros, o solo ideal para uma cana de boa qualidade deveria ser o argiloso avermelhado, que fornecia condições ideais ao desenvolvimento da cana, para uma boa pinga. Outros optavam pelo terreno de cascalho, onde afirmavam que da mesma forma que a cachaça vinha com determinadas características muito apreciadas pelos “pingófilos”.

Diante destes fatores, os registros deixados pela paisagem, através da ação humana, sejam eles provocados por fatores naturais ou sociais, podem fornecer elementos que em muitas ocasiões, passam despercebidos aos olhos. Esses fatores, muitas vezes minúsculos, contêm preciosidades, por onde a história flui, assim como as águas correntes de uma pequena nascente.

Considerações finais

O foco neste artigo foi o de se apresentar reminiscências materiais dos engenhos de cachaça, distribuídos em um território particular do Estado de Santa Catarina. Isso não quer dizer que não imputamos importância para as dimensões imateriais dos saberes-fazerem da referida atividade de transformação das plantas de cana-de-açúcar em bebida alcoólica. Tratada em muitos casos como um ofício tradicional, os aspectos imateriais estão intrínsecos na materialidade. Para o caso de Paraty, Rio de Janeiro, Nathalia Caroline Dias (2013) destaca a produção cachaceira como patrimônio imaterial, em consonância com as mais recentes convenções da Unesco que tem tratado com especial atenção os saberes tradicionais dos mais diferentes segmentos sociais e étnicos. A autora também narra o processo de certificação pela qual passou a cachaça produzida em Paraty, ação a qual cremos ser o melhor caminho para a salvaguarda e incentivo de produção dos artesãos da cachaça de Criciúma e região.

O estudo da cultura material da cachaça, sobretudo dos seus engenhos de produção, pode abrir possibilidades adicionais além do puro estudo de técnicas pretéritas de fabricação e sua cultura material. Trata-se, de oportunidade de pensar estes espaços como passíveis de geração

de renda e desenvolvimento sustentável, que ultrapassa os ganhos com a comercialização da bebida, podendo-se propor planos de turismo local (TAVARES, DANTAS E NÓBREGA, 2015), seja pela visitação dos próprios locais de produção, seja pela constituição de museus que ajudem a contar a história da produção da cachaça na região¹⁴, criando-se roteiros gastronômicos, conectados com outros alimentos tradicionais, sejam de comer, sejam de beber, como pode ser exemplificado no caso de Morretes, no Paraná (MEIRA, 2013), onde a cidade, após uma tragédia natural (enchente), se reconstruiu em torno do turismo gastronômico, tendo a cachaça como um dos elementos catalizadores de consumo turístico.

Referências

BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade, história da imigração italiana no Brasil: os vênets em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 1999.

CARUSO, Leal; CARUSO, Mariléa. **Imigrantes 1748-1900. Viagens que Descobriram Santa Catarina**. Tubarão, SC: UNISUL, 2000. 296 p.

CRIADO BOADO, F. Del terreno al espacio: **Planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje**, CAPA 6, GTArPa, USC. 1999.

DIAS, Nathalia Caroline. Entre Memórias Coletivas e Significações: o saber-fazer da cachaça artesanal de Paraty (RJ) como patrimônio cultural local. In: XVII Encontro de História da Anpuh-Rio, 17., **Anais [...]** Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2016, p. 1-13.

DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**: documentário. Porto Alegre: EDUCS, 1983. 182 p.

FERREIRA, Anna Cristina Andrade; MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima. Proteção do patrimônio rural no Brasil: os engenhos de cachaça e rapadura de Areia/PB. In: 2º Colóquio Ibero-americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2., **Anais [...]** Belo Horizonte: IPHAN, 2012, s/p.

FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio**. Erechim: Habis, 2007, 168 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Diversificação produtiva no sul de santa Catarina: uma contribuição à história econômica regional**: Ensaios sobre a economia sul-catarinense II. Criciúma: UNESC, 2005. 169 p.

14. Exemplos de museus da cachaça são descritos em Tavares, Dantas e Nóbrega, (2015), como o Museu da Cachaça Ypióca, no Ceará.

KERN, Arno Alvarez. A arqueologia histórica, a história e os Trinta Povos das Missões. **Estudos Ibero-americanos**, v. 15, n. 2, p. 357-368, 1989.

LINO, J. T. (coord.) **Projeto Plano Diretor do município de Criciúma: Relatório de Pesquisa**. Criciúma: IPAT/UNESC, 2006.

LUFT, Vlademar José. Arqueologia e História: Algumas Considerações a Respeito da Aplicação dos Métodos da História Oral na Identificação de sítios arqueológicos. In: VIII Reunião Científica, Sociedade de Arqueologia Brasileira, 8., **Anais [...]**, Porto Alegre: Edipucrs, 1996. 628 p.

MAZZUCHETTI, Fernando. Do caminho de tropas a rota da imigração: recortes das colônias dos morros Estevão e Albino. **Tempos Acadêmicos**. Criciúma, n.1, p 89-102, 2003.

MEIRA, Etienne Desiree. A cachaça morretiana e seus usos turístico na contemporaneidade. **Cadernos do Ceom**, v. 26, n. 39, p. 15-34, 2013.

ORSER JR. Charles E; **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1992 140 p.

RAHTZ, Philip. **Convite à Arqueologia**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1989. 189 p.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973.

SILVA, Osvaldo Paulino da. **Arqueologia dos engenhos da Ilha de Santa Catarina**. Erechim: Hábilis, 2007. 152p.

TAVARES, Amada Gama; DANTAS, José da Paz; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. A cachaça como patrimônio cultural e turístico. **Revista Hospitalidades**, vol. 7, n. 1, p. 387-410, 2015.

ZARANKIN, A. & SENATORE, M. X. (orgs.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: Cultura material, discursos e práticas**. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002, 127 pp.

Fontes orais

Antônio Zanette, 88 anos, entrevista concedida ao autor em 23 de outubro de 2008.

Luiz Zanette, 78 anos, entrevista concedida ao autor em 25 de outubro de 2008.

Osvaldo Ferro, 66 anos, entrevista concedida ao autor em 08 de outubro de 2008.

Insurgências dos trabalhadores do Engenho Central do Iguape e Rio Fundo-BA: 1883-1889

Vinicius Bonifacio

“Paguem inteiro e não a metade”: enredo salarial no Recôncavo da Bahia.

Refletir sobre a mentalidade dos senhores de engenho do Recôncavo Baiano e sobre as relações estabelecidas com os seus subalternos é um desafio, pois para eles, mesmo com o fim sistema escravista, os trabalhadores continuavam como parte de suas propriedades, um bem. Com objetivo de apresentar o objeto desse texto, busco brevemente contextualizar o cenário em que ocorram as “greves” dos trabalhadores do engenho central do Iguape, assim como, busco apresentar o território onde ocorre a narrativa expressa no texto.

Para nortear o leitor, Santiago do Iguape da Bahia, segundo o Livro de Freguesias da Bahia 1552 – 1857, que trata dos atos do governo no período de 1890 a 1896, informa que esta e outras freguesias foram criadas pelos 2º e 3º Bispos D. Pedro Leitão (1559-1575) e D. Antonio Barreiros (1576-1600). Com base nos atos do governo, que não delibera uma ordem entre os dois bispos, supõe-se que a fundação da cidade pode ter ocorrido entre 1558 e 1563, quando a Bahia ainda era uma capitania pertencente a Mem de Sá.¹

Logo no século XVI a cana de açúcar é introduzida no Brasil nos primeiros engenhos e graças ao solo produtivo logo iria tornar o produto popular e rentável, a Bahia como primeira capital da colônia iria ter seu destaque e logo dentro de seu território surgiram áreas em destaque.

1. Livro de Freguesias da Bahia 1552 – 1857, Actos do Governo. 1890 – 1896, http://issuu.com/uranoandrade/docs/freguesias_da_bahia_-_xix, último acesso 21.01.2022, pág. 3.

Assim, Santiago do Iguape começará seu processo de destaque na economia da Bahia, pois a constituição de seu solo irá se mostrar bastante favorável para o seu cultivo por mais três séculos após sua fundação.

Chegando ao século XIX, a partir do ano de 1874, surgem os engenhos centrais que são unidades açucareiras de iniciativa público-privada com objetivo de renovar o negócio do açúcar baiano. Segundo Tatiana Brito de Araújo, a produção açucareira das Ilhas Antilhas e Cuba já eram possuidora destes tipos de engenhos desde a primeira metade do século XIX a chegada dessas estruturas na província da Bahia, não era uma novidade para os consumidores de açúcar do referido período, assim como, o trato com os trabalhadores.

Os donos dos engenhos centrais não tinham o entendimento ou se negavam a ver seus operários como prestadores de serviços e assim incluí-los como parte da engrenagem que movia os engenhos, por esse motivo, esses sujeitos resolveram se rebelar.

Os trabalhadores do engenho central do Iguape protagonizaram grandes tensões no final do século XIX. É possível analisar um destes conflitos através da correspondência de 4 de fevereiro de 1885, emitida para o presidente da província da Bahia, onde constatamos o movimento dos trabalhadores do Iguape, que relata:

Sendo forçada a empresa das fábricas centrais a despedir um certo número de trabalhadores da fábrica de Iguape, por não serem necessários os seus serviços, estes exaltaram-se e ameaçaram a vida do abaixo assinado engenheiro residente da construção da mesma fábrica, com o fim de evitar um conflito e tristes consequências que dele possam resultar, o abaixo assinado dirige-se a Vossa Excelência, solicitando garantias para sua vida, para as vidas das famílias que habitam a localidade, e até para os trabalhadores realizados. Podia o abaixo assinado dirigir-se a autoridade local, mas conhecendo a falta de praça na localidade e a urgência do caso, vem diretamente a Vossa Excelência, pedir essas providências e põe à disposição

do governo de Vossa Excelência uma lancha a vapor para o transporte da força.²

A ação dos trabalhadores transcrita acima pode ser justificada através da análise de outras correspondências escritas pelos administradores do referido engenho central. Nestas cartas é possível notar a má condução do engenho, principalmente no que diz respeito a questão salarial e gestão de pessoal. Em especial, são as mensagens escritas por Hugh Smith, engenheiro inglês, que expõe o seu medo em administrar o engenho central do Iguape através da carta que data de 17 de janeiro de 1884, Smith, relata que os trabalhadores estão ameaçando a sua vida por conta das demissões ocorridas no ano anterior. Mesmo motivo da insurgência de 1885, transcrita acima. Contudo, o que permeia este atrito entre administrador e trabalhadores é a questão salarial, um atrativo para o grande número de trabalhadores disponíveis Recôncavo da Bahia, um número que no século XIX era significativamente de mão de obra escrava.

A grande concentração de braços da região foi analisada pelo historiador Walter Fraga Filho, que também apresentou situações de pagamentos em dinheiro para trabalhadores livres de engenhos de cana desde o ano de 1882. Deste modo, trazer estes relatos sobre levantes nos engenhos centrais por pagamentos de salários se torna necessário para compreender a sua relevância nos anos finais do século XIX.³

Retomando a análise das correspondências assinadas por Hugh Smith, tem-se em 15 de janeiro de 1884 a confirmação do recebimento de dinheiro para o pagamento dos trabalhadores, onde pode-se ler:

Tenho a honra de participar a V.S.^a que recebi dinheiro de Londres para pagar os trabalhadores dos Engenhos Rio Fundo e Iguape até o dia 31 de dezembro, o qual já mandei para os ditos engenhos e também recebi dinheiro para pagar

2. A.P.E.B, Maço - 4603 – Correspondência recebida do conselho administrativo da companhia de fábricas úteis – 1839-1889.

3. FILHO, Walter Fraga. Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870 – 1910. 1. Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006, págs. 26 e 29.

metade do ordenado dos empregados e breve espero outra remessa para pagar o saldo.⁴

É possível constatar com este documento que o investimento e compromisso dos ingleses na província da Bahia deveria funcionar com plena regularidade, prova disso é um dado que foi possível localizar através do decreto de 15 de outubro de 1881, n.º 8.278 que concedeu a empresa inglesa *Dennis Blair and Company*, a concessão para a construção de 8 engenhos centrais na Bahia.⁵ O referido decreto dava garantia de 6% de juros para organizar oito engenhos centrais nos municípios de Cachoeira, Santo Amaro, Mata de São João, Conde, São Francisco e em Salvador, sendo em Cachoeira a construção ocorreria nos distritos de Santiago do Iguape, Rosário, Rio-Fundo e Cotegipe. No decreto em questão, ficaram dispostas 34 cláusulas, onde destaco três, para evidenciar as facilidades de exploração e arrecadação que esta empresa inglesa teve na Bahia.

Clausulas a que se refere o Decreto n.º 8.278 desta data.

I

Fica concedida á companhia que Dennis Blair & Comp. organizarem para o estabelecimento de oito engenhos centraes, destinados ao fabrico de assucar de canna na Provincia da Bahia, mediante o emprego de aparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados, a garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 5.600:000\$, effectivamente empregados na construcção dos edificios apropriados para as fabricas e dependencias destas, tramway, seu material fixo e rodante, animaes e accessorios indispensaveis ao serviço das mesmas fabricas e material para o transporte fluvial ou maritimo, quando fôr esse meio empregado.

4. A.P.E.B, Maço - 4596 – Correspondência recebida da Repartição Fiscal dos Engenhos Centrais e Fábricas de Açúcar – 1846 – 1887.

5. BRASIL. Colleção das Leis do Império do Brazil, 1881. Rio de Janeiro, Impressa Typ. Nacional, 1882, disponível no Centro de Estudos Baianos – CEB/UFBA ou ver nos Decretos Imperiais – Decreto nº 8.278, de 15 de Outubro de 1881, disponível em: www.camara.leg.br último acesso em 15/01/2022.

IV

A companhia poderá ser organizada dentro ou fóra do Imperio, sendo no primeiro caso preferidos para accionistas, em igualdade de condições, os proprietarios agricolas dos referidos municipios.

V

Tendo a companhia a sua séde no exterior, nomeará um representante com todos os poderes precisos para tratar e resolver no Imperio directamente com o Governo todas as questões que provierem do contrato que fôr celebrado em virtude das presentes clausulas.⁶

É evidente que os ingleses desejavam implantar nos engenhos centrais um modelo de trabalho que não abrisse precedentes a reclamações dos trabalhadores, contudo, o recebimento deste pagamento não significou o repasse para quem era de direito, os empregados. Assim, prossegurei descrevendo adiante a situação que se formou por conta do não pagamento dos salários dos trabalhadores.

Com a confirmação do recebimento do capital de pagamento para os trabalhadores do engenho central do Iguape e Rio Fundo, seu administrador, Hugh Smith, teve em sua frente a situação de estar com a cana de açúcar contratada nas mãos, para ser processada na fábrica da propriedade, contudo a mão de obra estava pondo o negócio e sua vida em risco. Tendo em vista essa situação, suponho que neste momento os fornecedores também estivessem pressionando Hugh Smith para que pagasse os valores acordados.

As correspondências escritas por Hugh Smith relatam que os trabalhadores foram pagos até 11 de dezembro de 1883 e atualmente haviam recebido o salário do ano, com data de pagamento em 31 de dezembro de 1884. O próximo pagamento deveria ocorrer em novembro, pois, segun-

6. BRASIL. Colleção das Leis do Império do Brazil, 1881. Rio de Janeiro, Impressa Typ. Nacional, 1882, disponível no Centro de Estudos Baianos – CEB/UFBA ou ver nos Decretos Imperiais – Decreto nº 8.278, de 15 de Outubro de 1881, disponível em: www.camara.leg.br último acesso em 15/01/2022.

do alega Smith, foi utilizado o restante do capital para o pagamento dos fornecedores. Seguindo a lógica apresentada nas fontes, o pagamento dos trabalhadores era feito anualmente, onde suponho que o motivo tenha sido escolha do administrador Hugh Smith. A próxima ordem de pagamento seria em novembro, provavelmente no ano de 1885. Neste “jogo” de pagamentos, noto que este administrador tentava usar o capital recebido de Londres, da empresa *Dennis, Blair and Company*, enviado com o objetivo de pagar os trabalhadores e fornecedores de cana. Smith prendia o capital recebido em suas “mãos”, aguardava que os fornecedores trouxessem a cana de açúcar e, posteriormente, esperava que os trabalhadores produzissem o açúcar e somente com o açúcar pronto, encaixotado e comercializado é que Smith iria realizar o pagamento dos trabalhadores e dos fornecedores. O modo tendencioso de administrar o engenho central do Iguape demonstrava que Smith, trabalhava apenas para garantir os lucros do grupo estrangeiro que representava. Essa administração maliciosa tornava os trabalhadores e fornecedores submissos aos resultados da lavoura, pagamentos só após o açúcar ir para o mercado.

Evidenciado os conflitos causados por Hugh Smith durante sua administração em busca de resultados, é possível trazer parte da situação analisada nas correspondências onde os fornecedores são citados interpretando a *grosso modo* que o administrador informou aos seus superiores apenas a parte que não “manchasse” a sua imagem, relatando que solicitou a parada do corte da cana, assim como foi indicado pela diretoria em, além de requerer a interrupção de todas as operações do engenho central de Iguape. Isso demonstra que os ingleses, como venho afirmando, tinham seus próprios objetivos, porém, os fornecedores já haviam entregue o que foi acordado e não pretendiam ficar com prejuízos. Se, por motivos desconhecidos, o engenho estava trabalhando acima da sua capacidade, não importava aos fornecedores, pois já haviam realizado o plantio e a colheita da lavoura, o que gerou custos que precisariam ser cobertos. Porém, a alegação de Hugh Smith era que os fornecedores estavam equivocados com os termos do contrato. Smith, dizia que os fornecedores apresentaram mais de 50 toneladas de cana de açúcar, ou seja, produziram mais do que estava registrado nos termos do contrato, contrato esse

não localizado entre as correspondências, para assim confrontar com a escrita do administrador com sua justificativa que, com esse ecesso de cana de açúcar o engenho não tinha como operar.⁷

É possível supor que se os fornecedores não apresentassem a cana necessária para a produção do açúcar, ou se trouxesse em excesso, os trabalhadores não teriam a matéria prima para o fabrico do açúcar, ou a fábrica não poderia funcionar com material excessivo. Com isso, a entrega do açúcar para o administrador era o carro chefe de todo esse ciclo. Sem cana, não há açúcar, sem açúcar, não há lucros.

O administrador Hugh Smith, caso não recebesse a cana para a produção do açúcar, não teria o produto para comercializar, logo, não seria possível obter lucros para apresentar a empresa em Londres, e essa, por sua vez, autoriza o repasse do capital para pagamento de todos. Era uma administração conflituosa. Realizo a interpretação desta fonte de modo a sinalizar os principais prejudicados durante a administração de Smith, eram sumariamente os trabalhadores e fornecedores dos engenhos centrais do Iguape e Rio Fundo.

As análises realizadas neste texto demonstram as artimanhas dos ingleses ao escolherem um experiente administrador de negócios para estar à frente de seus engenhos centrais. O modo controlador que Hugh Smith geria os pagamentos dos fornecedores de cana de açúcar e trabalhadores mostrava como trabalhava única e exclusivamente para os interesses da *Dennis, Blair and Company*.

A administração de Hugh Smith foi turbulenta durante o ano de 1884, gerando correspondências significativas sobre sua gestão dos engenhos centrais do Iguape e Rio Fundo. Em um curto período de dias foram escritas três correspondências. A primeira em 15 de janeiro; a segunda, dois dias depois, em 17 de janeiro; e uma última, em 19 de janeiro do mesmo ano.⁸

7. A.P.E.B, Maço - 4596 – Correspondência recebida da Repartição Fiscal dos Engenhos Centrais e Fábricas de Açúcar – 1846 – 1887.

8. A.P.E.B, Maço - 4596 – Correspondência recebida da Repartição Fiscal dos Engenhos Centrais e Fábricas de Açúcar – 1846 – 1887.

Esta última correspondência de 19 de janeiro, apresenta a situação do engenho central do Iguape, descrevendo que não andava bem o diálogo entre administração, fornecedor e trabalhadores. Ainda, foi possível ler um breve relato de Hugh Smith sobre uma notícia vinculada no “Diário da Bahia” de 13 de janeiro de 1884, onde Smith informava que a referida nota solicitava que ele desse esclarecimentos sobre as suas relações com os fornecedores e trabalhadores; que justificasse a atual perturbação da ordem pública que vinha acontecendo naquelas terras nos momentos dos pagamentos dos envolvidos. Questiono se esta notícia, que parece favorecer aos trabalhadores e fornecedores, tinha algum interesse político. Teria por objetivo causar algum tipo de desconforto entre a “elite” açucareira e o inglês, que administrava o novo modelo de empreendimento agrícola (os engenhos centrais)? Esta notícia, segundo Smith, se alastrava também sobre o engenho de Rio Fundo, porém, ela não passava de notícias infundadas, pois ele informava que o pagamento estaria em dia.⁹

Mesmo com tantos boatos de paralisações e atritos entre administração, fornecedores e trabalhadores, o término dos trabalhos para a edificação do engenho central do Iguape se deu em 23 de julho de 1886.¹⁰ A documentação do período, que é composta basicamente por correspondências recebidas e enviadas, entre o administrador do engenho e a já citada companhia em Londres, pede para que seja marcado o dia da inauguração das duas fábricas centrais, e informa que no dia 29 de julho de 1886, todas as fábricas administradas pela companhia *Bahia Central Factories, Limited* estariam prontas para funcionamento.¹¹ Porém, esta correspondência não possui a assinatura de Hugh Smith, quem a assina é o engenheiro fiscal Antônio Joaquim da Costa Couto, situação que causa certo estranhamento e ao mesmo tempo é esperada, pois mesmo Hugh Smith sendo o administrador de várias companhias, de diferentes negócios, e ainda prestar

9. Ibidem. Como foi indicado pela fonte do APEB, fui até a seção de Periódicos Raros da Biblioteca Central do Estado da Bahia em busca da notícia citada, mais infelizmente não consegui ter acesso, pois está sem condições de uso e não foi digitalizada.

10. A.P.E.B, Ibidem.

11. A.P.E.B, Maço - 4602 – Correspondência recebida do conselho administrativo da companhia de fábricas úteis – Fábricas – 1829 – 1887. Obs: suponho que a companhia *Bahia Central Factories, Limited*, seria uma empresa subsidiária da Dennis Blair and Company.

serviços à província da Bahia, parece que o tratamento que ele dispensava aos trabalhadores teria sido um dos principais fatores para a sua retirada da administração do engenho central do Iguape e, posteriormente, de todos os engenhos financiados pela companhia inglesa.

A crise econômica de fins do século XIX alcançou a companhia, como posso perceber através da correspondência feita em resposta a um ofício da firma inglesa, *Dennis Blair and Company* de 28 de outubro de 1886, onde, seu representante informa que se recusa a deixar seu cargo atual, justificando que está desempenhando seu papel e só sairá do cargo quando a referida empresa enviasse seu substituto.¹² Esta substituição só ocorrerá cinco meses após a conclusão dos engenhos centrais de Iguape e Rio Fundo que o engenheiro Antônio Joaquim da Costa Couto informou que todas as fábricas administradas pela companhia estariam prontas para produzir o “ouro branco” brasileiro. Neste momento, o procurador da companhia era João Capistrano Bandeira de Mello, que assinou a correspondência do ano de 1886, informando que entregaria o seu cargo como procurador para ser substituído por outra pessoa, assim que a companhia mandasse alguém.¹³ Com a análise das fontes é possível supor que a má administração dos engenhos centrais foi o principal motivo de sua ineficácia e ruína, causando conflitos principalmente entre os gestores, lavradores e trabalhadores.

Violência e morte nos engenhos centrais do Recôncavo.

É 18 de janeiro de 1889 na província da Bahia, quando foi noticiado o seguinte fato:

Bárbaro assassinato – Lê-se no Guarany de 15 corrente:

Ante-hontem, achando-se o infeliz Thomaz Doly director do Engenho Central, na freguezia do Iguape, a dirigir trabalhos

12. A.P.E.B, Ibidem.

13. A.P.E.B, Ibidem.

do mesmo engenho, chegou-se a elle o cearense de nome Sabino de tal um dos operários, e pediu-lhe que dêsse trabalho. Pelos modos porque Sabino se lhe havia dirigido, Thomaz conheceu que as intenções de Sabino não erão boas, e para evitar qualquer rompimento, indicou-lhe um trabalho.

Depois de algum tempo, Sabino compareceu a Thomaz e diz que o trabalho achava-se prompto. Thomaz dirige-se para o ponto e verifica que o trabalho não havia sido executado em ordem, e fez isto sentir a Sabino, que retorquiu-lhe logo, dizendo que estivesse bom ou não o trabalho que havia feito, queria o seu dinheiro, Thomaz, para evitar duvidas, tirou immediatamente a quantidade que lhe era exigida e deu-a a Sabino, que retirando-se voltou d'ahi a pouco e dirigindo-se de novo a Thomaz pediu-lhe fogo para accender um cigarro que trazia.

Thomaz, sem dizer coisa alguma, tirou o seu cigarro, que se achava acceso e, entregou-o ao importano; este recebeu o e accendeu o seo; mas, logo atiroa o para um lado e exigiu de Thomaz novo cigarro, que immediatamente lhe foi dado.

Vendo Sabino que de modo algum Thomaz se dava por offendido, retira-se, lança mão de uma faca, amola a com todo o cuidado, e voltando para onde achava-se Thomaz, atira se sobre este, e fere-o, dando-lhe diversas facadas. Ao último golpe Thomas vascilla e cahe morto.

O malvado assassino, depois de haver cevado o seu mão instinto, foi para uma taverna conversar e beber.

Divulgando-se o facto succedido, o povo foi sobre Sabino e depois de grande luta prenderão'o, e acha-se recolhido á cadeia d'esta cidade, onde aguarda a recompensa dos seus feitos.¹⁴

O engenho central do Iguaue torna-se protagonista mais uma vez. Agora, palco de um assassinato e como é possível notar, através da transcrição da notícia, que este relato conflui com o temor narrado através da

14. Diário da Bahia. O Diário da Bahia é propriedade de uma Associação. Administrador. Candido Guedes Chagas. Bahia: Typographia – Praça Castro Alves, n. 101.

correspondência de 17 de janeiro de 1887, pelo antigo administrador do engenho, Hugh Smith que diz:

Que eu não tenho visto força alguma nem tenho provido do mesmo para Iguape, nem para minha proteção e nem para sustentar a ordem alli, quais precisa muito agora no mesmo Distrito por causa dos preços que os trabalhadores ganham e gastam mais na cachaça.

Eu não sei de questão alguma que tem apparecido no Engenho de Iguape com os Fornecedores de cannas, nem tenho conhecimento de tal, e a respeito de questões dos trabalhadores, a Fábrica não tem nada com brigas entre elles mesmos.¹⁵

Estes dois relatos demonstram que o pensamento da mão de obra dos engenhos centrais havia mudado. Após anos de exploração através do regime escravista o campesinato via ali, a oportunidade de manifestar a sua força. Seja ela através da parada dos trabalhos nos engenhos ou com atitudes mais sagazes. Nestes relatos aparentemente distintos, onde se tem a notícia no primeiro ano do pós-abolição e o segundo as vésperas dela, é possível perceber que os trabalhadores buscavam experimentar a sensação de serem senhores de si próprios. Um trabalho de análise dos primeiros dias após a assinatura da lei Áurea no Brasil foi apresentado recentemente por Walter Fraga Filho na forma de um verbete que compõe o *Dicionário da Escravidão e Liberdade*.¹⁶

É possível perceber que administrar um engenho central era uma situação delicada, por conta do manuseio do capital para o pagamento de trabalhadores e fornecedores. Como não era rotineiro o pagamento de salário a grandes massas, isso causava grande “frisson” entre os envolvidos, o que também revelou a possibilidade de novos conflitos na lavoura de cana.

15. A.P.E.B, Maço - 4603 – Correspondência recebida do conselho administrativo da companhia de fábricas úteis – Fábricas – 1829 – 1887.

16. FILHO, Walter Fraga. Pós-abolição; o dia seguinte, p. 370. In: GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lília Mortiz (Orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Editora Companhia das Letras, 2018.

Inicialmente, ao utilizar somente a mão de obra escrava, os senhores de engenho não tinham o problema salarial. Com os escravos, as soluções para os conflitos existentes eram negociadas e trocadas por propostas de melhores tratamentos físicos, alforrias, alimentação e outros mecanismos de interesse dos cativos a fim de trazer normalidade às atividades nos canaviais do Recôncavo.

Nos engenhos centrais, lidar com os honorários dos serviços prestados pelos trabalhadores que já havia sido negociado e acordado, como foi descrito na seção inicial deste capítulo, se tornou uma situação difícil e desagradável para senhores e o administrador do engenho, que por sua vez, tentava não negociar o pagamento dos trabalhadores e sim manipular, a fim de prender os trabalhadores sobre promessa de pagamentos futuros. Este modelo de administração, abordada neste texto, utilizando como exemplo o engenheiro Hugh Smith quando esteve à frente do Engenho Central do Iguape.

Por ser o primeiro ano do pós-abolição, suponho que a busca por trabalhos era intensa. Tendo como exemplo, Sabino, que como informa a fonte, era cearense e estava na Bahia, exatamente no Recôncavo em busca de trabalho. Em caráter de hipótese, os engenhos centrais, na visão dos libertos poderia ser o melhor caminho para obterem um meio “digno” de sustento. Contudo, como citado neste capítulo, as fontes demonstram o contrário da notícia do periódico *Diário da Bahia*, trabalhar em um engenho central era risco provável de receber os honorários com atraso ou nem os receber.

Têm-se a oferta de trabalho nos engenhos centrais, têm-se o público necessário para suprir as necessidades desse novo modelo de exploração da lavoura, porém, não se têm a manutenção salarial prometida, o que ocasionou conflitos entre os trabalhadores e os administradores dos engenhos centrais e, nos casos mais extremos, assassinatos na província da Bahia.

Fontes primárias:

APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia).

Série Agricultura:

Maço - 4596 – Correspondência recebida da Repartição Fiscal dos Engenhos Centrais e Fábricas de Açúcar – 1846 – 1887.

Maço - 4597 – Correspondência recebida sobre engenhos – 1824 – 1889.

Maço - 4602 – Correspondência recebida do conselho administrativo da companhia de fábricas úteis – Fábricas – 1829 – 1887.

Maço - 4603 – Correspondência recebida do conselho administrativo da companhia de fábricas úteis - Fábricas – 1839 – 1889.

Fontes Virtuais:

Livro de Freguesias da Bahia 1552 – 1857, Actos do Governo. 1890 – 1896, http://issuu.com/uranoandrade/docs/freguesias_da_bahia_-_xix, último acesso 21.01.2022, pág. 3.

Periódicos:

Diário de Notícias. Bahia: Typographia – Rua Nova das Princezas n. 11 A.

Periódicos disponíveis em: www.memoria.bn.br

Referências

ARAÚJO, Tatiana Brito de. **Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano**. Salvador – FIEB, 2002.

BARICKMAN, Bert J. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção açucareira nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)”. *Revista Afro-Ásia*, n.º 21-22, ano 1998.

_____, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. Editora Companhia das Letras, 2011.

CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. **“Um retrato fiel da Bahia: Sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no recôncavo açucareiro, 1871-1902”**. (Tese de doutorado, UNICAMP – SP, 2004).

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910**. Tradução de João Maria, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870 – 1910**. 1. Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

_____, Walter Fraga. **Pós-abolição; o dia seguinte**. In: GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lília Mortiz (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2018.

JÚNIOR, Manuel Diégues. **O engenho de açúcar no Nordeste**. Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1952.

LOPES, José Sergio Leite. **O vapor do diabo – o trabalho dos operários do açúcar**. Editora Paz e Terra, 1976.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. Editora Brasiliense, 1973.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais**. Editora Alameda, 2010.

_____, Roberta Barros. **A quimera da modernização: do terceiro distrito de engenhos centrais ao complexo industrial sucroalcooleiro paulista, mineiro e fluminense (1875-1926)**. Editora Alameda, 2016.

PANG, Eul-Soo. **O engenho central do Bom Jardim na economia baiana – alguns aspectos de sua história – 1875 – 1891**. Rio de Janeiro, NA, IHGB, 1979.

PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da moral rede de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

PERUCCI, Gadiel. **A república das usinas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835**. Tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A memória da Guerra do Contestado fermentando a luta pela terra

João Carlos Corso

Durante a realização da pesquisa da tese do doutorado, na qual analisamos os discursos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), percebemos que havia uma compreensão da História específica dessas instituições.

A compreensão da história dava suporte ou fundamento as ações em prol da luta pela reforma agrária e na defesa dos camponeses. Chamou-nos a atenção a compreensão de alguns fatos históricos pensados para construir um discurso fundador, esse era o caso de Canudos e do Contestado, sendo este último o foco deste texto.

Nesta construção discursiva, chega-se ao final do Século XIX e, novamente, a questão agrária e a terra são entendidas como o motivo principal da ocorrência de dois fatos históricos: Canudos e o Contestado. Canudos é compreendido como um foco de resistência dos camponeses. Por isso: “Canudos não se rendeu. Resistiu até o fim” (...) Essa guerra representou o início das lutas que o Brasil teria que conviver durante todo o século XX. (...) Fechava-se o século XIX com uma guerra contra os camponeses sem terra e abria-se o século XX com outra”.

O MST considera Canudos e o Contestado como guerras contra os camponeses sem terra. Esses dois eventos são inseridos no discurso fundador do MST, afinal sem terra é um conceito próprio do final da década de 1970 e início da década de 1980. No documento da CPT, Canudos e Contestado são formas de resistência dos camponeses motivados pela fé. São movimentos descritos como conflitos do Estado con-

tra os camponeses e a terra é o pano de fundo dos conflitos. (CORSO, 2019, p 205).

Ocorre que o foco naquele momento era a análise de documentos das décadas de 1980 e 1990. Sendo naquele momento as fontes nos mostravam a forte presença de um discurso voltado para a realização da reforma agrária, mas que sofreu alterações na segunda década iniciando temáticas da educação e da ecologia.

A partir do início do Século XXI os movimentos sociais e as pastorais sociais passaram a tratar de novas temáticas, como é o caso da água (as Romarias promovidas pela CPT e pelos movimentos sociais eram nominadas como Romaria da Terra e passou a ser nominada de “Romaria da Terra e da Água”). A própria temática de gênero passou a ser tratada de um modo mais amplo, pois até o final do Século XX o foco era no combate ao machismo e na organização das mulheres, porém verificamos que a temática LGBT já está inserida como um dos temas tratados pelo MST, conforme consta da Web do MST.

Aprofundar a análise dos discursos e práticas em torno do Contestado e das crenças nos Monges passou a ser o nosso objetivo de pesquisa, bem como entender os novos temas que passaram a ser importantes para esses movimentos sociais.

A Guerra do Contestado pode ser compreendida como um conflito armado, que envolveu moradores de Santa Catarina e do Paraná, entre os quais posseiros, fazendeiros, trabalhadores da ferrovia, políticos e militares. O conflito ocorreu entre 1912 e 1916.

Os atores sociais se reuniram as chamadas cidades santas para aguardar o retorno de um líder espiritual, que seria o Monge João Maria. No início do conflito o monge, que se dizia irmão de João Maria, e que se apresentava como José Maria, acabou sendo assassinato no confronto com a polícia Militar do Paraná.

Desde o fim do conflito muito se escreveu sobre o fato. Escrita militar, textos jornalísticos, filmes, produção acadêmica (principalmente da área da História e das Ciências Sociais).

Queiroz (1965) E Vinhas de Queiroz (1977) passaram a tratar o fato como resultado de um messianismo, partindo da ideia de que o líder é entendido como um messias, sendo que no caso do contestado o messias seriam os monges.

Monteiro (1974) trouxe novos elementos, tratando do universo de significados simbólicos, incluindo as relações de compadrio interclasses e dos novos tipos de violência a partir das mudanças nas relações capitalista. Aponta que a crise nas relações ocasionou um novo encantamento de mundo.

Espig (2002) procurou analisar a literatura carolíngia presente no imaginário do contestado. Desse modo ela se aproxima da subjetividade dos envolvidos no conflito e busca compreender as representações dos caboclos.

Machado (2004) concentrou sua atenção no papel desempenhado pelos comandantes caboclos que lideraram os redutos santos no período da guerra. Entende que foi uma guerra entre ricos e pobres e mostra que a questão agrária foi o grande pano de fundo do conflito.

Há ainda, em pleno século XXI, uma diversidade de rituais religiosos em torno da devoção ao Monge João Maria. Grande parte da população do Paraná e Santa Catarina, principalmente do meio rural concebem-no como um santo popular. Há também locais considerados sagrados como a gruta da Lapa-PR e o Moro do Taió em SC.

A pesquisa buscou investigar a Religiosidade na temática do contestado, através da historiografia, das memórias e das práticas culturais relacionadas ao contestado e também a devoção aos monges.

Para a realização da pesquisa priorizamos as fontes disponíveis na internet, paginas da web da CPT e MST e de outros movimentos camponeses. Além disso, foram realizadas entrevistas, por meio das técnicas da história oral, com lideranças do MST, sendo que estas entrevistas ocorreram durante o período da pandemia, quando ainda não havia vacinas para o combate do Covid. Isso acabou impedindo a realização presencial dessas entrevistas, mas acabamos por realizar de modo remoto, por meio da utilização dos aparatos tecnológicos da Internet.

Uma situação de crise como aquela disparada globalmente com a pandemia da COVID-19 pode nos instar a reconfigurar os sentidos de presença e ausência e suspender - mesmo que temporariamente - a compreensão de que eles estão necessariamente ligados à proximidade ou ao distanciamento físico/corporal. (SANTIAGO; MAGALHÃES, p. 4).

A experiência gerada dessa situação foi significativa, pois proporcionou a realização da pesquisa, mas gerou certa dúvida se esse caminho seria reconhecido pelos pares. No caso específico deste artigo o objetivo é analisar o conteúdo das entrevistas realizadas.

A problemática da pesquisa estava relacionada compreensão de história pelos movimentos sociais. Como interpretavam a Guerra do Contestado, qual o entendimento sobre a devoção e a história do monge João Maria e ou dos demais monges. Como o conflito do contestado se relaciona com as lutas sociais no meio rural. E principalmente como produzem uma memória desse conflito.

Por se tratar de um estudo que focou nas últimas duas décadas, podemos afirmar que se trata de História do tempo presente. Ressalta-se que desde a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) na França, na década de 1970, o debate historiográfico tem mostrado que, mesmo não tendo o distanciamento temporal dos fatos a serem estudados, é possível efetivar estudos significativos desde que o historiador tem a compreensão das implicações. Uma dessas implicações é apontada por FICO (2012) em relação aos testemunhos vivos dos fatos analisados, o que seria a pressão dos contemporâneos.

Lourenço Neto e Ramos (2014) enfatizam que a história do tempo presente surgiu da necessidade de dar um novo sentido a História Contemporânea. E que o historiador que lida com o tempo presente precisa confrontar sua memória com a memória de outros, principalmente a memória de quem viveu um acontecimento.

Para a construção deste artigo foi necessário a metodologia da História Oral, a qual permitiu a aproximação com as lideranças do MST e da CPT.

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (ALBERTI, 2015, p 155)

Por meio das entrevistas, adentramos no campo da memória das lideranças que atuam ou atuaram nas atividades do movimento. A partir das entrevistas realizadas, foi possível analisar os elementos constituintes da trajetória dessas lideranças. “Ao mesmo tempo, o trabalho com a história oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade” (ALBERTI, 2015, p 167). Como nosso foco não era a memória de modo genérico, adotamos a perspectiva da Entrevista Temática.

Em geral, a história oral temática é usada como metodologia ou técnica e, dado o foco temático precisado no projeto, torna-se um meio de busca de esclarecimentos de situações conflitantes, polêmicas, contraditórias. A exteriorização do tema, sempre dado a priori, organiza a entrevista que deve se render ao alvo proposto (MEIHY; HOLANDA, 2017, p 38-39).

As fontes utilizadas neste artigo são o resultado do trabalho desenvolvido com três entrevistados: Nei, Sirleia e Célio. Os três vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sendo que o foco destas entrevistas foi compreender a nominação dos Assentamentos e Acampamentos relacionados à Guerra do Contestado ou aos Monges João Maria D’Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria.

A trajetória do Nei que é filho de agricultores do Município de Cantagalo, PR, estudou no Seminário dos Missionários Xaverianos, tendo passado pelo ensino médio e depois iniciado o curso de Filosofia. E em 1995 saiu do Seminário e entrou no MST, tendo concluído o curso em meio à militância no movimento. Ajudou a organizar um acampamento

em Bituruna - PR, onde havia umas 600 famílias e lá permaneceu de 1998 a 2003. Depois ajudou a organizar o acampamento na cidade da Lapa - PR, e acabou permanecendo ali a partir do momento que o local foi transformado em Assentamento da Reforma Agrária. Depois acabou integrando um grupo de lideranças do MST nacional, tendo morado em Goiás, em Brasília e também na Escola Florestan Fernandes em SP. Depois de nove anos retornou ao Assentamento onde trabalha na produção de alimentos orgânicos e também desenvolve a atividade de professor nas escolas Estaduais, além de coordenar a Escola Latino Americana de Agroecologia com sede no assentamento em que mora.

Nosso objetivo era compreender porque o Assentamento em que o Nei faz parte é denominado de Assentamento do Contestado. Segundo ele:

E nós definimos o nome Contestado principalmente porque havia o conhecimento da nossa região aqui. A região do Contestado. Aqui na Lapa tem a gruta de São João Maria que foi um dos motivadores do Contestado, da resistência. Em homenagem ao povo caboclo que resistiu ao exército, que resistiu ao latifúndio nesta região é que a gente homenageou Assentamento Contestado, né! (Nei Orzekovski, 2021).

Nota-se que a motivação tem relação com a presença de um dos monges, seguramente foi o João Maria D'Agostinho, que passou por ali por volta de 1850 e teria permanecido por um breve período no local onde há um Parque Estadual do Monge, sob cuidado do Instituto Água e Terra (IAT) do Paraná. Porém esse não é o monge que teve ligação com a Guerra do Contestado, o que nos mostra que há certa confusão na definição dos monges. Mas por outro lado ressalta a ideia de resistência, fazendo a aproximação entre a ação de resistência dos que lutaram na Guerra do Contestado com os que lutaram na conquista do Assentamento do Contestado.

Temos uma mística forte do Contestado e da resistência em todos os assentamentos aqui. Aí em Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro o grupo, a brigada chama-se Monge João

Maria D Agostinho. Nós temos um acampamento em Castro que chama-se Maria Rosa e em Paula Freitas um acampamento que chama-se Reduto de Caraguatá. E Bituruna, a região de Bituruna chamam de Região do Contestado, porque General Carneiro (cidade) teve resistência, teve até um avião derrubado, então tem várias questões que trazem presente a mística da luta do povo caboclo aqui da região. E aí por isso a gente trouxe, então numa discussão bem ampla, na época, com as famílias aqui o nome Contestado, para homenagear esse povo e esta região de muita resistência e muita luta (Nei Orzekovski, 2021).

Evidencia-se aqui que a questão da nomeação não é apenas um elemento isolado, mas faz parte de toda uma ação, a qual envolve questões simbólicas de caráter religioso. Isso fica claro naquilo que Nei denomina como Mística forte do Contestado. Essa prática envolve um ritual, que mistura elementos políticos, elementos discursivos, elementos religiosos e simbólicos. E aqui vemos certa herança das ações da CPT (Comissão Pastoral da Terra), ligada a Igreja Católica, a qual desenvolveu inúmeras ações voltadas à organização da luta pela terra na década de 1970 e 1980 e que foi foco de nossas pesquisas de doutorado.

Além disso, percebemos que a definição do nome foi assentamento foi fruto de discussão com as famílias que fazem parte do assentamento e que deixa claro que há outros locais com nomeações relacionadas, principalmente o destaque para o acampamento em Castro - PR com nome de Maria Rosa do Contestado e em Paula Freitas - PR outro acampamento com nome de Reduto de Caraguatá. E ainda a ideia de nominar a região de Bituruna - PR como região do Contestado.

Também entrevistamos Sirleia Ribeiro, nascida no Oeste de Santa Catarina, tem 35 anos, é mãe de gêmeos e casado com Leoni Ribas. Segundo ela a sua inserção no MST se deu a partir dos pais, que eram meeiros e passaram a integrar o movimento a partir de ações desenvolvidas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da CPT, os quais organizaram os agricultores para lutar pela conquista da terra.

No ano de 1989 nós e mais de 100 famílias formamos o acampamento contestado no município de Fraiburgo ali foi um longo período de aprendizado tanto quanto da questão histórica da Luta Pela Terra nos espaços de acampamento é que temos a oportunidade de estudar e compreender como se deu a questão agrária no estado e no país foi através de muito estudo que se formam as lideranças estas que tem o papel de esclarecer aos demais como foi pelo exemplo a Guerra do Contestado e qual a sua finalidade (Sirleia Ribeiro, 2021).

Neste caso vemos que é um acampamento com nomeação referente ao Contestado, mas no Estado de Santa Catarina. Destaca-se que ela ressalta a perspectiva de no acampamento houve possibilidade de compreensão da “história da luta pela terra” e que isso ocorreu por meio de muito estudo relacionado a formação de lideranças do MST.

Com o passar dos anos as pessoas, então agricultoras a exemplo da minha família passam a ser meio que **continuadores da Luta dos Colonos que foram mortos no conflito na Guerra do Contestado**, conhecimento este por que o governo brasileiro deu a uma empresa norte-americana o direito de explorar os recursos naturais as Margens da ferrovia esta por sua vez com o interesse principalmente na madeira começa o conflito ao qual resultou na morte de mais de 10 mil camponeses. **O MST por sua vez busca até hoje a essência da Resistência** através de exemplos de líderes cito **Monge João Maria de Agostinho que na época da guerra do Contestado ensinar os Camponeses estratégias de sobrevivência** através do chá da água e principalmente da fé muitas lideranças se formam na luta uma delas **Maria Rosa** mulher que tá é porque estava à frente do seu tempo conduzir as próprias para batalha de forma brilhante e objetivo muitas vezes confronto de um lado facções artesanais feitos de guarimirim contra exércitos com metralhadoras. Pra nós do MST que travamos lutas pela terra Até Hoje fazemos um aprofundamento na história para **compreender que a luta pela terra é antiga e sangrenta carregamos com nós o símbolo que a nossa bandeira vermelha do sangue dos lutadores**

e **lutadoras** desde os índios os negros os colonos até os sem terra de hoje. Seguimos na luta para que Seja feita a reforma agrária no Brasil para que mais pessoas possam alimentar esse país sabemos em diversos estudos que a agricultura familiar representa mais de 50% dos produtos na mesa do povo brasileiro como os aprendizados políticos adquiridos nas lutas em escolas MST tive oportunidade de **coordenar a brigada Herdeiros do Contestado** com a tarefa de representar 500 famílias assentadas na direção Estadual do MST Santa Catarina (Sirleia Ribeiro, 2021).

Percebemos aqui a riqueza dos elementos presentes nesta entrevista, como é o caso quando Sirleia afirma que eles são continuadores da luta do Contestado, mostrando ai todo um simbolismo na relação entre um passado rememorado e a luta do cotidiano pela conquista da Terra. Além disso, ela nos dá indícios de que há o MST faz essa relação de modo consciente, pois faz parte de um processo histórico de ampliação das demandas sociais relativas ao conflito agrário, entendendo como ela diz ser a busca constante da “essência da resistência”. Estamos diante de uma diversidade de elementos que compõem os modos do movimento expor suas representações da história e de outros elementos.

O conceito de Representação é compreendido por CHARTIER (1990) como o produto resultado de ações práticas. Desse modo podemos pensar que estes discursos ajudam a formar uma memória, mas também são fruto de práticas, portanto nos possibilitando compreender as representações. Além disso, as representações são produtos de práticas simbólicas.

Por outro lado percebe-se novamente a confusão relativa aos monges, novamente o monge Joao Maria D’Agostinho aparece relacionado ao Contestado, porém o monge que teve direta relação com o conflito foi o José Maria, o qual acabou sendo morto no primeiro combate entre caboclos e Polícia Militar do Paraná.

Outro aspecto que se destaca é a compreensão de que a cor da bandeira do MST, um dos símbolos deste movimento social, tem significado de sangue dos que lutaram por questões sociais como a Terra. Segundo Bourdieu (2004): “O poder simbólico é um poder de fazer coisas com pa-

lavras. É somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem” (p 166-167).

Por fim ela apresenta ainda um agrupamento com nome de Herdeiros do Contestado, que demonstra que a temática do Contestado é significativa e recorrente nos discursos e nas práticas do MST. Ressaltamos ainda que na trajetória da Sirleia ela inicia sua militância em Santa Catarina, mas acabou conquistando uma área num Assentamento em Teixeira Soares, no Paraná.

Destacamos ainda a entrevista com Célio de Oliveira Meira, nascido em Toledo em 1976. Conheceu o MST em 1987, quando ainda era criança. Sua família fez parte de um acampamento em Teixeira Soares na época. Em 1992 passou a atuar no MST, sua família foi assentada em Castro, na Fazenda Três Lagoas. Mas em 2015, depois de algum tempo distante de ações do MST, retornou e passou a contribuir na ocupação da Fazenda Capão do Cipó, sendo está ocupação intitulada de Acampamento Maria Rosa do Contestado.

Esta área pertence ao governo Federal e esteve por muito tempo nas mãos da iniciativa privada ligada aos Holandeses. O movimento descobriu que havia um liminar de despejo da empresa e por esse motivo começou a negociar a possibilidade de se tornar uma área para reforma agrária. Porém como as negociações não avançavam o MST acabou utilizando aquilo que Celio denomina como “nossa principal ferramenta de luta, que é a ocupação”. Vejamos o por que da nomeação dada ao acampamento:

O nome Maria Rosa é porque essa história escondida, mal contada ai da guerra do contestado e que eu **até cinco anos atrás nunca havia ouvido falar** desses nomes. Monge José Maria e João Maria e toda essa história no entorno da construção da linha de ferro aqui, que passou pela nossa região né. Maria Rosa é uma lutadora do povo camponês né, na época não existia o MST, mas existiam os princípios né, a causa já vem de muito tempo, a causa da luta ai, por terra, luta pelo

povo, direito de plantar, sobreviver, ter autonomia né. Então a gente homenageia essas lideranças, esses nomes que ajudou a organizar o povo a enfrentar, a fazer o enfrentamento em épocas passadas. Então é para **trazer na memória essa história**, e tendo oportunidade das pessoas que nunca ouviram falar de a gente poder resgatar um pouco dessa história e passar ao nosso povo né. É esse o objetivo do nome Maria Rosa do Contestado, a lutadora que foi morta aos 16 anos de idade, ela auxiliava os monges nos enfrentamentos, na luta, na guerra do Contestado (Célio Meira, 2021).

Entendemos que a escolha do nome Maria Rosa novamente se relaciona com o Contestado, destacando que a compreensão do que foi a guerra é apresentada como resultado da experiência de inserção no MST. Isso nos leva a refletir como o movimento desenvolve a memória deste fato histórico. A escolha do nome é apresentada por Celio como homenagem a personagem da guerra. Ele ainda ressalta que isso é uma forma de “resgatar um pouco dessa história”.

A historiografia mostra que Maria Rosa foi uma das lideranças que comandavam os caboclos após a morte do Monge José Maria, atribui-se a ela tanto o papel de liderança como o de vidente. Em 1913 se foi responsável pela decisão de retirada estratégica em direção ao que seria o reduto de Caraguatá. Aqui caberia uma nova pesquisa buscando entender como a história de Maria Rosa, Chica Pelega, Nega Jacinta e Virgem Teodora, se constituem lideranças femininas na guerra e se o MST busca aproximar essas histórias com a história das lideranças femininas do movimento.

Vemos aqui elementos dessa memória produzida sobre o conflito do contestado, bem como a respeito dos monges. Segundo Halbwahs (2006) a memória é uma construção social e coletiva. Neste aspecto percebe-se que há uma diversidade de instituições da sociedade que apelam a uma determinada memória para reforçar uma prática cultural ou social. A memória construída não pode ser compreendida de um modo fechado, pois há diferentes atores sociais interessados em estabelecer sua perspectiva sobre os fatos e sobre os personagens.

Por meio das entrevistas realizadas e do levantamento de uma diversidade de assentamentos e acampamentos do MST, que recebem nomes a partir de personagens ou fatos da Guerra do Contestado, bem como da história dos Monges que percorreram o Sul do Brasil entre o século XIX e XX, foi possível chegar à conclusão que a história do Contestado tem sido uma espécie de discurso fundador, dando elementos de legitimidade às lutas sociais no meio Rural.

Por mais que haja algumas controvérsias e algumas interpretações divergem da historiografia, mesmo assim é possível perceber como a memória da guerra serve de fermento, de elemento de conexão entre as lutas sociais do passado e do presente. Neste sentido, há um terreno fértil para novas pesquisas nesse tema.

Referencias

ALBERTI, Verena. **Fontes Orais: Histórias dentro da História.** In: PINSKY, Carla Bassanezi, (org). 3 ed., 2 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CORSO, João Carlos. **Herdeiros da Terra Prometida: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas décadas de 1980/1990.** Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2019.

ESPIG, Márcia Janete. **A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado.** Canoas: ULBRA, 2002.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia hist.** [online]. 2012, vol.28, n.47.

HALBWACHS, Maurice. **Memórias Coletivas.** São Paulo: Centauro, 2006.

LOURENÇO NETO, Sydenham; RAMOS, V. da Silva. **História do tempo presente, diálogos com a história pública e com o ensino de história: uma experiência exploratória.** Porto Alegre: AEDOS, N° 15, V 6, Jul/Dez 2014.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1923-1916).** Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2 ed., 5 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes de um novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas cidades, 1974.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**. Porto Alegre, RS, V. 27 – e2020011 – 2020.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no Mundo**. São Paulo, Dominus, 1965.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: A guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 2 ed. São Paulo. Ática. 1977.

Fontes:

ORZEKOVSKI, NEL. [1973]. [2021]. Entrevistador: João Carlos Corso: Lapa, PR, 18 de abril de 2021.

RIBEIRO, Sirleia. [1986]. [2021]. Entrevistador: João Carlos Corso: Teixeira Soares, PR, 27 de abril de 2021.

MEIRA, Célio de Oliveira. [1976]. [2021]. Entrevistador: João Carlos Corso: Castro, PR, 21 de abril de 2021.

Em torno de terminologias: guerra, guerrilha, levante, revolta ou resistência de Porecatu?¹

Caroline Gonzaga

A evolução da ciência tem provocado, ao longo da história da humanidade, profundas transformações no modo de viver, de agir, de pensar, de produzir, de ser dos povos, conduzindo a diferentes formas de organização social e política, a novos sistemas de produção. Paralelamente a esse processo, desenvolve-se um outro, de natureza linguística: cada descoberta ou invento recebe um nome, passa a ser designado por um termo. Verifica-se, assim, um processo de desenvolvimento terminológico tão importante quanto o econômico ou social, no qual a criação neológica é intensa e se dá por diferentes mecanismos linguísticos (BARROS, 2004, p. 25).

A terminologia designa um conjunto de termos técnicos de uma ciência e das ideias que ela representa. Tem como unidade-padrão o termo. O termo pode ser compreendido como uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um certo domínio. O conjunto de termos de uma área especializada é chamado de terminologia. Pensando em uma abordagem filosófica a terminologia tem como foco o estudo dos conceitos e sua classificação em categorias filosóficas que auxiliam na elaboração de teorias de classificação. Preocupa-se sobretudo, com a organização do saber e com a categorização lógica dos sistemas conceituais (BARROS, 2004, p. 32-48)

Biderman (2006, p. 35) destaca que é a partir da palavra que as entidades da realidade são identificadas e nomeadas pelo ser humano. A

1. Este artigo, com algumas modificações, é parte da dissertação de mestrado em história “*Somos muitos Franciscos iguais em tudo e na sina*”: violência, resistência camponesa, Revolta de Porecatu e micro-história defendida pela autora em 2020 na UFPR.

nomeação dessas realidades cria um universo significado que é revelado através da linguagem. Isso tudo é resultado de um processo de categorização. É por meio da categorização que o homem desenvolveu a capacidade de associar palavras a conceitos. Ao dar nome às entidades no universo cognoscível o homem também as classifica. Por esse motivo, a nomeação da realidade é a primeira etapa no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. A partir desse movimento o homem foi estruturando o conhecimento do mundo que o cerca.

No tocante aos embates agrários na região de Porecatu (1944-1951) é possível observar que diferentes autores recorreram a diferentes terminologias para classificá-los. Em pesquisas variadas podemos encontrar os termos *guerra*, *guerrilha*, *levante*, *revolta* e *resistência*. Neste sentido, considerando também as reflexões de Biderman e Barros destacadas acima, o presente artigo objetiva construir uma discussão terminológica a fim de compreender qual/quais termos são mais apropriados para tratar destes conflitos no campo.

Conflitos agrários na região de Porecatu (1944-1951)

Os embates agrários no extremo norte do estado do Paraná, no vale do rio Paranapanema, iniciaram-se em 1944. Os grupos em disputa foram os posseiros e grileiros – os últimos apoiados pela polícia, instâncias estatais e forças paraestatais². Várias pequenas cidades e vilas estiveram envolvidas no conflito, entre elas estão Porecatu, Jaguapitã, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Miraselva, Lupionópolis, Cafeara, Alvorada do Sul e Bela Vista do Paraíso³.

Apesar do marco temporal delimitar o início do conflito em 1944 – considerando a organização dos camponeses – as disputas pela terra

2. Considero como instâncias estatais as companhias colonizadoras e figuras políticas que apoiaram os latifundiários. Como forças paraestatais considero os jagunços e demais pessoas que trabalhavam para latifundiários no intuito de expulsar camponeses de suas terras, preparar emboscas e, por vezes, assassiná-los.

3. A região que abarca os conflitos agrários mencionados pode ser chamada de norte do Paraná, norte novo do Paraná ou região de Porecatu, considerando a cidade mais desenvolvida que esteve envolvida nos conflitos.

na região começaram ainda no Estado Novo (1937-1945) quando Getúlio Vargas lançou a *Marcha para o Oeste*. Esse projeto governamental tinha como objetivo ocupar o território nacional e fazer com que regiões pouco habitadas, como o sertão paranaense, fossem desenvolvidas. Houve então uma forte campanha de apelo nos meios de comunicação onde se buscava a exaltação do sentimento de brasilidade e o resgate do valor do sertão (PRIORI *et al*, 2012, p. 78). Segundo Angelo Priori (2018, p. 124) a *Marcha para o Oeste* foi uma política voltada para a construção de uma organização agrária que priorizava a pequena e média propriedade, visando uma produção de alimentos que atendesse as demandas do período.

Manoel Ribas, então interventor do Paraná, convidou os trabalhadores rurais a se deslocarem para a região de Porecatu no intuito de adquirir até 200 hectares de terras devolutas que seriam pagas em seis parcelas anuais. Ao final das parcelas o trabalhador receberia o título definitivo da posse da terra. Nesse contexto vários posseiros, colonos e trabalhadores se radicaram na região em busca de melhores condições de vida.

Apesar das promessas feitas pelo governo é possível observar que desde o começo a *Marcha para o Oeste* encontrou empecilhos no norte do Paraná: a expansão cafeeira, grilagens de terras e concessões em situações irregulares (FERREIRA, 1984, p. 66). Devido à grande depressão de 1929 o estado de São Paulo havia limitado sua produção cafeeira enquanto o Paraná a estimulava. A política econômica governamental paranaense, a facilidade para aquisição de terras, o clima favorável e as ferrovias necessárias para o escoamento do café foram importantes para incentivar a expansão cafeeira (PRIORI *et al*, 2012, p. 95-101). Por esse motivo grandes cafeicultores paulistas foram atraídos para a região de Porecatu. Com a chegada dos latifundiários as terras dos camponeses passaram a ser vendidas e revendidas (OIKAWA, 2011, p. 16).

No ano de 1944 centenas de famílias, que não conseguiram o título definitivo de posse das terras, fundaram duas Associações de Lavradores. Esse foi o primeiro passo de organização dos camponeses que desembocaria, mais tarde, em um conflito armado⁴. Após a criação das associações,

4. É necessário pontuar que essas associações foram organizações autônomas feitas pelos

Manoel Marques da Cunha, representante escolhido pelos posseiros para defender suas reivindicações, viajou até o Rio de Janeiro a fim de solicitar que o presidente Getúlio Vargas intercedesse em favor dos camponeses (PRIORI, 2018, p. 126).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o mercado cafeeiro começou a se estabilizar e sua produção foi impulsionada, fazendo com que novos latifundiários procurassem as terras paranaenses (PRIORI *et al*, 2012, p. 102). Durante o período da Guerra Fria as disputas entre esquerda e direita se acirraram ao redor do globo. No Brasil, o general Eurico Gaspar Dutra venceu as eleições presidenciais e o país passou a se alinhar, ainda mais, com os Estados Unidos. Desde o governo Vargas, Dutra já demonstrava descontentamento com os comunistas. Segundo Marcos Gonçalves:

Em junho de 1942, o alvo de seu desconforto era uma possível agitação e renascimento da propaganda comunista (...). Dutra pensava que os comunistas, se servindo do pretexto da guerra e reinfiltrados nos órgãos de imprensa, dado certo relaxamento do regime, acionariam os mesmos instrumentos da “insídia” levantada em 1935 (GONÇALVES, 2018, p. 121).

Em 1946, Moisés Lupion assumiu o governo do estado do Paraná. Sua gestão, aliada aos interesses de expansão capitalista do presidente Dutra, abandonou a ideia de colonização da *Marcha para o Oeste*. Em 1947 o Partido Comunista foi novamente cassado, completando menos de três anos na legalidade⁵. O PCB decidiu então adotar uma retórica revolucionária e abandonar a via reformista/eleitoral⁶.

posseiros sem interferência do Partido Comunista.

5. Segundo Marcos Gonçalves a cassação do PCB “foi enquadrada em quatro casos possíveis de cancelamento de registro de partidos políticos, conforme dispositivos constitucionais e legislação ordinária: 1) recebimento de contribuição pecuniária ou qualquer outro auxílio do estrangeiro; 2) recebimento de orientação político-partidária de procedência estrangeira; 3) manifestação, por atos inequívocos dos órgãos partidários autorizados e contra seu programa, de objetivos colidentes com os princípios democráticos; 4) atos inequívocos dos órgãos autorizados do PCB manifestando objetivos diversos do seu programa, colidentes com os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição”. In: GONÇALVES, Marcos. Os arautos da dissolução: O imaginário anticomunista na imprensa regional. Paraná, década de 1940. Curitiba: SAMP, 2018. p. 190.

6. Podemos perceber a radicalização do Partido Comunista se compararmos sua postura du-

A grande procura dos grileiros por terras cultiváveis, somado ao abandono da *Marcha para o Oeste* acabou por estimular, ainda mais, a vinda de latifundiários para o norte do Paraná. A revista *O Cruzeiro*, baseada em entrevistas com posseiros, afirmou que Lupion entregou as terras dos camponeses para amigos, chefes de subdiretórios e fazendeiros⁷.

Em 1948 o PCB foi convidado a conhecer a luta dos camponeses de Porecatu e decidiu se envolver nos conflitos levando armas e militantes para a região. A situação dos posseiros não era favorável. Seus armamentos se mostravam insuficientes – a maior parte dos que aderiram à revolta estavam armados com carabinas de 12 tiros, utilizadas para caça – com o passar do tempo foi possível acessar armamentos mais sofisticados enviados pelo Partido Comunista ou recuperadas de jagunços e policiais (PRIORI, 2018, p. 129-130).

Em junho de 1951 o Estado já havia enviado um grande contingente de homens para conter os camponeses. A polícia e os agentes do DOPS localizaram uma reunião do PCB em Londrina e conseguiram prender dirigentes do partido e membros do conflito. Em julho de 1951 não havia mais posseiros de armas na mão e o fim desses camponeses foi variado: muitos foram presos, outros fizeram acordos com grileiros, outros passaram a se dedicar a militância clandestina no PCB (PRIORI, 2018, p. 132-133), alguns fugiram da região e muitos foram mortos⁸.

Reconhecendo alguns problemas terminológicos: uma análise bibliográfica

Apesar de existir um consenso entre autores dos fatos que compuseram os conflitos agrários na região de Porecatu a forma como foram mencionados diferem-se. Sendo assim, proponho num primeiro momento analisar uma produção jornalística e treze produções acadêmicas sobre

rante a disputa eleitoral em 1945 com os manifestos produzidos pelo partido em 1948 e 1950.

7. *O cruzeiro*, Rio de Janeiro, 15 de jul. 1951.

8. Segundo Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR: Teresa Urban.

Porecatu para compreender melhor os usos de terminologias feitos por cada estudioso.

O jornalista Marcelo Oikawa classificou esses conflitos como *guerrilha*⁹. Ao descrever o início da guerrilha Oikawa destacou o papel do Partido Comunista:

O Comitê Nacional desloca membros experientes em estratégia e tática militar para a região. José Ortiz, membro do Partido e especialista em armas, é um deles e chega a Porecatu com o único objetivo de organizar o sistema de defesa, definir e montar os acampamentos e treinar os combatentes(...). A missão estará completa com o reconhecimento de toda a área em litígio (OIKAWA, 2011, p. 109).

O autor, em *Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram*, dedicou um capítulo de seu livro para explicar a escolha por essa terminologia. Nele, é possível observar apontamentos de pessoas envolvidas nos conflitos. Para Manoel Jacinto Correia, membro do Partido Comunista, a luta em Porecatu não foi uma *guerrilha*. Já Albino Silva, chefe de polícia do Paraná, acreditava haver uma “luta de guerrilha” (OIKAWA, 2011, p. 317).

Marcelo Oikawa recorreu também a estudiosos para tratar sobre a conceitualização de *guerrilha*. Para o autor, há uma diferença entre historiadores e sociólogos em definir os conflitos de Porecatu: para os historiadores (Angelo Priori, Angela Duarte Damasceno Ferreira e Cecília Maria Westphalen) se atribui o termo *revolta* ou “não se preocupam em formar uma definição”, já os sociólogos (Osvaldo Heller da Silva, Clodomir dos Santos Moraes e José de Souza Martins) concordam com a terminologia *guerrilha* (OIKAWA, 2011, p. 319).

9. No livro *Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram* Oikawa fez uma reconstrução de vários episódios que permearam os conflitos entre posseiros e grileiros na região de Porecatu. Porém, as fontes que foram consultadas não são expostas de maneira clara, ficando difícil saber com exatidão de onde as informações presentes no livro foram retiradas.

Oikawa utilizou ainda o *Dicionário Houaiss da Língua portuguesa*, o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* e o *Mini Dicionário Aurélio* para concluir que:

O termo, guerrilha, deriva do espanhol ‘guerrilla’, ou seja, pequena guerra. É um tipo de guerra não convencional em que o principal estratagema é a ocultação e a extrema mobilidade dos combatentes, chamados guerrilheiros. Acredita-se que a palavra ‘guerrilha’ foi utilizada pela primeira vez na Guerra Peninsular contra a invasão napoleônica a Portugal e Espanha, entre 1808 e 1812, apesar de que as técnicas guerrilheiras remontem à antiguidade. A ideia é a de que, em situação de grande inferioridade de meios, procura-se sobreviver recusando combate direto e empregando uma tática de fustigamento para manter aceso o conflito (OIKAWA, 2011, p. 320).

Adriano Codato e Marcio Kieller, no livro *Velhos Vermelhos: História e memória dos dirigentes comunistas no Paraná*, destacaram os termos *revolta* e *levante* para classificar os conflitos (2008, p. 56-57). A historiadora Claudia Monteiro, em sua tese de doutorado, utilizou os termos *guerra* e *levante* (2013, p. 152). Nenhum deles explicou sua escolha.

Angela Duarte Damasceno Ferreira não fez uso de nenhum dos termos que propus analisar. Em sua dissertação a historiadora e socióloga descreveu os conflitos como “conflitos de terra” ou “conflito armado pela terra” (1984, p. 32 e 49). Ferreira, dentre os autores analisados, fez uso de termos mais neutros que também são utilizados pelos demais como sinônimos e estratégias narrativas para que o texto não fique repetitivo.

O historiador Angelo Priori foi responsável pela produção de uma vasta bibliografia sobre os conflitos agrários na região de Porecatu. Em suas obras é possível encontrar diversos termos para classificar esses acontecimentos. No título de sua tese de doutorado (2000) Priori usou a palavra *revolta*, que apareceu em mais artigos, às vezes associada aos termos *resistência* ou *levante*¹⁰. O jornalista Marcelo Oikawa, mencionado

10. Os artigos citados são: PRIORI, Angelo. A revolta camponesa de Porecatu. In: Márcia Motta; Paulo Zarth. (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol. II (Concepções de justiça e resistência nas repúbli-

acima, ao justificar o uso do termo *guerrilha* se utilizou da tese de Angelo Priori para apontar uma contradição: Priori não acredita que esse movimento foi uma *guerrilha* porque os camponeses não queriam a tomada do poder, mas afirma que a polícia não estava preparada para um combate de guerrilha (OIKAWA, 2011, p. 318). Nesse ponto, onde Oikawa enxergou uma contradição na obra de Priori eu observo um complemento de ideias. Priori não desconsidera que, com a chegada do Partido Comunista na região de Porecatu, os camponeses passaram a utilizar táticas de guerrilha, mas isso não implica necessariamente em um movimento guerrilheiro. O historiador, em seu artigo “A Revolta camponesa de Porecatu” escreveu:

A revolta camponesa de Porecatu foi um movimento de resistência, articulada por camponeses em defesa da posse da terra, na região Norte do Estado do Paraná, no final da década de 1940 e início da de 1950. No entanto, a resistência camponesa tomou corpo e forma a partir da intervenção de militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, que através de uma ampla rede de solidariedade conseguiram organizar a luta armada por um período superior a dois anos (PRIORI, 2009, p. 1).

Existe ainda um artigo de Priori, chamado “A Guerra de Porecatu” (2010), onde percebe-se que o termo usado para descrever os conflitos vem da imprensa. Apesar dessa afirmação não é possível saber qual ou quais jornais foram analisados a fim de chegar nessa terminologia. De acordo com reportagens que tive acesso, provavelmente essa designação vem da imprensa de referência, de jornais como *O Estado de São Paulo*, *Folha de Londrina* e *Gazeta do Povo*.

cas do passado - 1930-1960). São Paulo: Ed. Unesp, 2009, v. 2, p. 117 e 142; PRIORI, A.; POMARI, L.R.; AMÂNCIO, S.M.; IPÓLITO, V.K. História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 95-96; PRIORI, Angelo. Conflitos agrários e resistência: os camponeses de Porecatu. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (orgs). Paraná Insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018; PRIORI, Angelo Aparecido. O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo. 1. ed. Maringá: Eduem, 2011.

Para o geógrafo Elpídio Serra os termos “conflitos rurais” ou “conflitos pela posse da terra” abarcam conflitos agrários no geral. No caso de Porecatu a terminologia utilizada foi *guerra*, enquanto os conflitos agrários posteriores no sudoeste do Paraná foram classificados como *levante*:

Dentro deste contexto, no final dos anos 1940, eclode no Norte Velho a denominada ‘Guerra de Porecatu’, envolvendo posseiros e fazendeiros e no final dos anos 1950, no Sudoeste, o ‘Levante dos Posseiros’, envolvendo posseiros e colonizadores. Uma série de outros conflitos vai acontecer, marcando o avanço das frentes de colonização. Somente quando as frentes se encontram, no início dos anos 1960, é que a ‘paz agrária’ volta a reinar no Paraná. Mas não por muito tempo (SERRA, s/d, p. 79)”.

Para o sociólogo Osvaldo Heller da Silva, que também foi analisado por Marcelo Oikawa, a experiência dos conflitos na região de Porecatu pode ser entendida como um “conflito fundiário” antes da participação do Partido Comunista e como uma *guerrilha rural* após sua intervenção:

Nessa atmosfera política tensa, conforme será visto, o Partido Comunista foi que melhor compreendeu as peculiaridades da situação. Efetivamente soube transformar um conflito fundiário, banal nos sertões brasileiros, numa experiência ímpar de guerrilha rural. Com esse propósito, o Partido tomou todas as disposições necessárias e intervenções rápidas e eficazes, tornando-se o agente mais ativo ao longo dos acontecimentos (SILVA, 2006, p. 55).

O historiador Leandro Cesar Leocádio foi responsável pela produção do artigo “Guerra, Guerrilha ou Revolta de Porecatu? Vários olhares o mesmo acontecimento (1940-2011)”. Já nas primeiras linhas podemos compreender seu objetivo: “demonstrar as distintas formas existentes para se nomear os conflitos pela terra que ocorreram, entre as décadas de 1940 e 1950, no Norte do Paraná, mais especificamente nos arredores da cidade de Porecatu” (s/d, p. 810). Leocádio não pretendeu classificar o termo mais apropriado dentre os quais analisou, apenas apontar quando

e quem se utilizou dos mesmos. O autor também fez um questionamento, que fica em aberto:

Passados tantos anos, ainda hoje é difícil definir um conceito para caracterizar tais acontecimentos: podemos classificá-los como guerra ou caracterizá-los como uma campanha guerrilheira? Seria uma revolta por parte de homens defendendo suas posses ou um embate entre aqueles que possuíam influência política e os que não? (LEOCÁDIO, s/d, p. 810).

Leocádio iniciou sua investigação com o conceito *guerrilha*, tentando justificar porque a experiência de Porecatu não foi uma experiência guerrilheira. Para tal, utilizou-se do trabalho de Angelo Priori onde é possível perceber que para um movimento ser classificado como guerrilha são necessárias duas características principais: “a perspectiva em mente da derrubada do poder governamental vigente e a consequente tomada do poder por parte dos guerrilheiros; e a luta tornar-se nacionalmente conhecida”. Para Leocádio o caso de Porecatu não foi um evento onde a tomada do poder afligia as famílias dos posseiros, visto que estavam preocupados em resolver apenas as questões relativas à posse da terra (LEOCÁDIO, s/d, p. 816-817).

Ao analisar Osvaldo Heller da Silva, Leocádio observou a posição do autor de que os acontecimentos de Porecatu seriam uma *guerrilha*, pois para Silva falar em *guerra* seria desproporcional e não se pode chamar também de *revolta* e *rebelião*, pois foi a única tentativa de guerrilha camponesa no território nacional feita pelo Partido Comunista (LEOCÁDIO, s/d, p. 817-818).

No decorrer de sua investigação Leocádio passou a se utilizar da imprensa. Tratou primeiramente do jornalista Pedro Paulo Felismino que publicou uma série de reportagens na *Folha de Londrina* nos anos 1980 com o título “A Guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50”: “A justificativa de Felismino pela utilização da palavra “Guerra” (assim mesmo, com letra maiúscula e entre aspas) se deve ao fato desta ter sido utilizada por aqueles que participaram e vivenciaram o conflito”. O

historiador afirmou ainda que Felismino chegou a utilizar o termo *guerrilha*, mas proporcionalmente *guerra* é o que ele adota pois, “para ele, pouco importa a utilização de um ou de outro termo” (LEOCÁDIO, s/d, 818).

Os jornalistas Leonêncio Nossa e Celso Júnior também foram analisados por Leocádio. Eles foram responsáveis pela publicação, em 2019 no jornal *O Estado de São Paulo*, de uma reportagem intitulada “Guerra do Quebra-Milho”. Leocádio apontou que os jornalistas utilizaram os termos *guerrilha*, *guerra* e *revolta* e que “não parece ser a preocupação de ambos classificar, em definitivo, este conflito. As nomenclaturas utilizadas (*guerrilha*, *guerra*, *revolta*) permeiam boa parte da narrativa jornalística, conforme a necessidade do texto” (LEOCÁDIO, s/d, 818-819).

Observa-se ainda no artigo de Leandro Cesar Leocádio uma análise do depoimento de João Saldanha que acreditava não poder chamar os acontecimentos na região de Porecatu de *guerra*, *revolta* ou *guerrilha*. Para Saldanha “o que ouve foi uma disputa por terra entre pequenos e grandes grileiros” (LEOCÁDIO, s/d, p. 822). Leocádio terminou seu texto com um posicionamento neutro:

É por isso que, ao longo destas páginas, é constante encontrar palavras como conflito, disputa ou embate. São palavras com significados muito similares, e que podem muito bem ser empregadas, sem com isso desconsiderar o posicionamento escolhido por este ou aquele campo investigativo (LEOCÁDIO, s/d, p. 823).

Através da análise desses autores percebi alguns pontos que considero importantes salientar. O primeiro deles diz respeito ao termo *guerrilha*: normalmente, os autores que o empregam dão grande importância a experiência do Partido Comunista na região de Porecatu. Ferreira, que utilizou termos neutros, defendidos também por Leocádio, preocupou-se mais em traçar uma história econômica sobre a ocupação de terras e sobre o capitalismo em disputa com o campesinato no norte do Paraná. Nesse primeiro momento é possível constatar que os termos *revolta*, *resistência* e *levante* normalmente aparecem juntos, muitas vezes como sinônimos.

Uma investigação em torno de dicionários

Como a análise da bibliografia não foi capaz de esgotar o debate sobre as terminologias elencadas, passo então para a investigação em dicionários. Utilizarei aqui o *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*, o *Dicionário do pensamento marxista* e o *Dicionário de Política*. Considero necessária esta investigação em dicionários, pois, como bem aponta Biderman:

Os dicionários constituem uma organização sistemática do léxico, por meio da qual os lexicógrafos tentam descrever o vocabulário dessa língua acumulado ao longo dos séculos. Assim, essas obras recolhem o patrimônio léxico da língua num dado momento da história da comunidade, visando descrever e documentar esse tesouro lexical que a tradição foi armazenando (BIDERMAN, 2006, p. 36).

No *Novo dicionário de Língua Portuguesa* encontramos verbetes curtos que descrevem os termos propostos para análise. Seu autor, Figueiredo, descreve *guerra* como uma luta com armas entre nações ou partidos. *Guerrilha* como um pequeno corpo de guerreiros voluntários que atacam o inimigo fora do campo de batalha em emboscada, sendo os guerrilheiros também indisciplinados e ladrões. *Levante* é descrito como ato de levantar, relacionado a motim. *Revolta* seria uma rebelião ou sublevação com desordem e perturbação moral. No dicionário, *revolta* se relaciona com motim, indignação, insurreição, intentona, rebelião e sublevação. *Resistência* é descrita como uma reação, oposição, uma luta em defesa, uma obstinação, relaciona-se com a palavra renitir (FIGUEIREDO, 1913, p. 996, 1091, 1112, 1114, 1187, 1349, 1710, 1739, 1749, 1763, 1898).

O *Dicionário do pensamento marxista*, de Tom Bottomore, não possui os verbetes *guerrilha*, *levante*, *revolta* e *resistência*. Porém, ainda é possível extrair pequenas informações sobre eles nas explicações de outros termos.

Tratarei primeiramente sobre o verbete *guerra*: nele Bottomore se dedica a explicar, principalmente, como Marx e Engels enxergavam a questão da guerra no continente europeu e depois em outros territórios. Lê-se então que “entre as diversas hipóteses, a que foi formulada por Engels

no final de sua vida, de que a guerra tenha mais probabilidade de eclodir a superacumulação de armamentos, parece ser a única que tem maior relevância hoje” (BOTTOMORE, 2012, p. 277). Considerando a superacumulação de armamentos, como poderíamos considerar a experiência de Porecatu uma *guerra* quando os camponeses não possuíam armamentos?

No verbete “revolução” o termo *levante* aparece associado à crise e depressão econômica:

O estudo da história econômica recente da Europa convenceu Marx de que os levantes europeus de 1848 haviam sido provocados pela depressão econômica de 1847 e pelo descontentamento de massa que esta causara, e de que nenhuma nova rebelião poderia ter qualquer possibilidade de êxito até que uma nova crise voltasse a agitar as massas (BOTTOMORE, 2012, p. 511).

Ao tratar sobre anarquismo, Bottomore destaca a figura de Bakunin que defendia a expropriação violenta e revolucionária da propriedade capitalista e fundiária para chegar ao anarquismo. Para tal, Bakunin “previa levantes espontâneos das classes oprimidas, tanto de camponeses como de trabalhadores industriais, em insurreições generalizadas no curso das quais o Estado seria abolido e substituído por comunas autônomas” (BOTTOMORE, 2012, p. 29). Nesse sentido o termo *levante* poderia ser interpretado como o termo *guerrilha* foi por Angelo Priori: um modo de tomar o poder.

No verbete “servidão” Bottomore se debruçou sobre a sociedade feudal, onde é possível observar que em muitas regiões as comunidades camponesas servis e livres desenvolveram uma *resistência* coletiva contra os senhores feudais e que “as comunidades camponesas, servis ou não, não se submetiam passivamente à dominação, como mostra a história das *revoltas* camponesas, estudadas por Engels em *As guerras camponesas na Alemanha*” (BOTTOMORE, 2012, p. 523-524). No verbete “sociedade feudal” também é possível perceber menção as “grandes revoltas camponesas no final da Idade Média”:

Os camponeses, em suas comunidades e como controladores de suas explorações econômicas autônomas baseadas no trabalho familiar, não eram *economicamente* dependentes dos senhores. Por essa razão, suas possibilidades de resistência não eram nada desprezíveis. Portanto, se o nível de renda era determinado não tanto pelas forças do mercado mas pelas forças relativas dos antagonistas, o fortalecimento da resistência camponesa reduziu o nível da renda transferida para a classe dominante – e o dos impostos pagos ao Estado. Essa foi uma das causas profundas da crise da ordem feudal (BOTTOMORE, 2012, p. 557).

O terceiro e último dicionário analisado foi o *Dicionário de Política*, escrito por Bobbio, Matteucci e Pasquino. No verbete “guerra” percebe-se que “é muito vago o limite entre a Guerra e a paz e os escritores que se ocuparam deste assunto têm pleno conhecimento do problema” e que “a análise da doutrina nos leva a concluir que não existe uma definição unívoca do conceito de Guerra”. Destaco então algumas das explicações que compuseram esse verbete, entre elas, a ideia elaborada por Bouthoul de que a guerra possui três características – “1) é um fenômeno coletivo; 2) é luta a mão armada; 3) tem caráter jurídico” – e que esses elementos definem *guerra* como uma luta armada entre dois grupos organizados “onde a caracterização jurídica, porém, não aparece em toda a sua evidência” (BOBBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 571-572).

No dicionário se expressa a ideia de que a definição de *guerra* que mais se aproxima da realidade pode ser a que considera os fatos históricos concretos das “Guerras” que se caracterizam por: “a) atividade militar; b) alto grau de tensão na opinião pública; c) adoção de normas jurídicas atípicas, referentes às vigentes no período de paz; d) uma progressiva integração política dentro das estruturas estatais dos beligerantes”. A *guerra* seria então um conflito, uma violência, um fenômeno psicológico social com situação jurídica excepcional e processo de coesão interna. Observa-se ainda que a *guerra* pode ser ofensiva, defensiva, preventiva, ou de nervos. Considerando seus armamentos pode ser convencional ou

nuclear. E considerando às suas finalidades pode ser limitada ou absoluta (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 572).

Sobre *guerrilha* o dicionário deixa claro que:

A Guerrilha é um tipo de combate caracterizado pelo choque entre formações irregulares de combatentes e um exército regular. Os objetivos por ela perseguidos são mais políticos que militares. A destruição das instituições existentes e a emancipação social e política das populações são, de fato, os objetivos precípuos dos grupos que recorrem a este tipo de luta armada. Por este motivo, os termos Guerrilha e guerra revolucionária foram, cada vez mais identificando-se (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 577).

Nos elementos que constituem uma *guerrilha* podemos perceber que existem três características principais: “relações entre guerrilheiros e população, aspectos estratégico militares e ambiente físico”. Por esse motivo a *guerrilha* prolongada se torna possível apenas com a ajuda da população, persuadida por uma ideologia, e da ajuda de potências externas. Para que se obtenha apoio da população é necessária uma doutrina que condene as injustiças sociais que sofrem ou o terrorismo, tudo apoiado por campanhas de propaganda (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 577). Ainda sobre a *guerrilha*:

As grandes concentrações de forças por longos períodos são sempre evitadas, seja para não serem forçadas à defensiva, seja para criarem nas forças regulares a impressão de que a Guerrilha está em toda parte e em qualquer momento. Chama-se a isto efeito paralisante, que se obtém agindo sempre na ofensiva. A mobilidade do exército regular vem a ser assim notavelmente reduzida; as tropas são obrigadas a concentrar-se e devem limitar-se às atividades defensivas. Esta situação influi bastante na população, que vê assim o exército do Governo como incapaz de manter a ordem. Entre as várias atividades dos guerrilheiros, figura também o terrorismo, que se desenvolve contra pessoas ou grupos diretamente ligados à classe que mantém o poder. O terrorismo pode também

ser dirigido com fins punitivos contra a população de alguma zona ou vila que não queira colaborar com a Guerrilha. Sendo, porém, um índice de fraqueza, as forças guerrilheiras procuram fazer uso desta técnica o menos possível, porque ela pode, de fato, provocar reações contrárias na população(...)O que foi exposto indica claramente que as regiões nas quais a Guerrilha é possível são apenas aquelas economicamente subdesenvolvidas, com uma rede de comunicações pouco extensa e na qual exista uma ampla faixa da população sem nenhuma orientação política (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 577-578).

Os termos *levante* e *revolta* não aparecem como verbetes na obra de Bobbio, Matteucci e Pasquino. Porém, o termo *revolta* apareceu muitas vezes associado aos camponeses e seus conflitos (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 23, 117, 152, 168, 581, 736, 1041 e 1085). No verbete “revolução” observa-se que a rebelião ou *revolta*:

Se limita geralmente a uma área geográfica circunscrita, é, o mais das vezes, isenta de motivações ideológicas, não propugna a subversão total da ordem constituída, mas o retorno aos princípios originários que regulavam as relações entre as autoridades políticas e os cidadãos, e visa à satisfação imediata das reivindicações políticas e econômicas. A rebelião pode, portanto, ser acalmada tanto com a substituição de algumas das personalidades políticas, como por meio de concessões econômicas (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 1121).

Sobre *resistência* os autores destacam que são “todos os movimentos ou diferentes formas de oposição ativa e passiva que se deram na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, contra a ocupação alemã e italiana (...) trata-se mais de uma reação que de ação, de uma defesa que de uma ofensiva”. Embora existam várias formas de *resistência* é possível traçar características comuns, entre elas, a luta patriótica pela libertação nacional e a defesa do homem contra o totalitarismo. No caso da Resistência comunista observa-se também como característica a construção de uma

sociedade socialista. A *resistência* também aparece associada à *guerrilha*, pois é ela que dá a possibilidade de uma nova “arte da guerra” (BOOBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 1114-1116).

Uma investigação em periódicos: décadas de 1940 e 1950

Observarei agora a escolha de termos da imprensa que noticiou os embates em Porecatu e se existe algum tipo de justificativa para seus usos. Neste ponto do trabalho selecionei reportagens de dois jornais da imprensa comunista, um jornal e uma revista da imprensa de referência. Os jornais produzidos pelo Partido Comunista escolhidos foram *Voz Operária* e *Imprensa Popular*. Na categoria da imprensa de referência foram escolhidos o jornal *O Dia* e a revista *O Cruzeiro*.

No jornal *Voz Operária*, produzido e editado pelo Partido Comunista no Rio de Janeiro, os conflitos na região de Porecatu foram vistos como uma *resistência*¹¹. Em dezembro de 1950 o termo para classificar os camponeses e militantes do partido que participavam dos conflitos agrários foi *resistentes*¹². O jornal utilizou também termos neutros – *lutas* ou *lutas no campo* – para designar o conflito¹³.

Analisando o periódico *Imprensa Popular* vemos que, em fevereiro de 1951, os participantes dos conflitos foram chamados de *guerrilheiros*¹⁴. Em março do mesmo ano os acontecimentos foram classificados como *resistência armada*¹⁵. Em maio, o termo para designar quem compunha os

11. Contra a violência dos exploradores a violência organizada dos oprimidos. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1950.

12. “Nossa luta é a de todos os camponeses do Brasil”. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1950.

13. Voz dos Campos. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 03 jan. 1951; Apliquemos com mais audácia a linha política e tática do Manifesto de Agosto. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 06 jan. 1951; Para a quinzena da paz. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 06 jan. 1951.

14. Através do Brasil. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1951.

15. Resoluções do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1951.

conflitos passou de guerrilheiros para resistentes¹⁶, terminologia que se repete em junho de 1951¹⁷.

No jornal *O Dia*, de julho de 1949, os camponeses que participaram dos conflitos foram chamados de “elementos desafortunados”, “intrusos” e “pobres diabos” e os acontecimentos que se seguiram na região de desordem¹⁸. Em agosto de 1949 os camponeses também são chamados de intrusos¹⁹, o que volta a aparecer em junho de 1951²⁰. Nesse mesmo ano encontramos uma reportagem que descreve os conflitos como *revolta*²¹.

Em dezembro de 1950 a revista *O Cruzeiro* produziu uma longa reportagem descrevendo os conflitos agrários na região de Porecatu, a manchete dizia: “Rebelião no Paraná”²². Na edição de 14 de julho de 1951 outra grande reportagem foi produzida para narrar os acontecimentos chamados de “A Guerra de Porecatu”. Nela é possível ler:

A Guerra de Porecatu foi uma guerra de mentira. Guerra sem tiros, sem combates e sem feridos. Não espocou nem uma bombinha, sequer, para festejar São João. Mas acreditem, senhores, poderia ter acontecido o diabo. Porque tínhamos de um lado 300 ou 400 caboclos armados, encurralados no mato, prontos para brigar. E do outro uns 250 soldados da Força Policial do Paraná, com 60 metralhadoras, lançadores de granadas, mosquetões e parabelluns, todos dispostos a matar. A sorte é que ninguém quis dar o primeiro tiro – nem os chama-

16. Notícias Operárias. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1951.

17. Greves e choques armados na região norte do Paraná. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 09 jun. 1951; Desbravadas pelos posseiros as terras de Porecatu. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1951; Forças policiais semeiam o terror em toda a região norte do Paraná. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1951.

18. Tropelias e violências. *O Dia*, Curitiba, 29 jul. 1949.

19. Os intrusos e as providências governamentais. *O Dia*, Curitiba, 14 ago. 1949.

20. Porecatu: a Coréia Paranaense. *O Dia*, Curitiba, 22 jun. 1951.

21. Ameaça de Revolta em Porecatu. *O Dia*, Curitiba, 13 jun. 1951.

22. Rebelião no Paraná. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 09 dez. 1950.

dos revoltosos – e muito menos os ditos legalistas – e a guerra acabou-se em três dias, sem ter coisa alguma a lamentar²³.

Em outubro de 1955 a revista rememorou os embates na região de Porecatu durante outra reportagem, classificando-os como *levante*²⁴. Na reportagem “Ninguém conhece ninguém” utiliza-se o conceito *revolta* de Porecatu²⁵. Mais tarde, a terminologia *guerra* foi utilizada mais uma vez pela revista, em 1971²⁶.

Nenhum dos jornais explica o uso dos termos. Assim como Oikawa (2011, p. 319) afirma que os historiadores “não se preocupam em formar uma definição”, acredito que os jornais e a revista analisados também não se preocuparam com isso. Até mesmo quando *O Cruzeiro* fala em *guerra* de Porecatu a afirmação seguinte é a de que foi uma “guerra de mentira”, o que pode ser interpretado como uma estratégia narrativa que visou apagar as mortes que ocorreram na região.

Considerações finais

Para Barros, um trabalho terminológico precisa de uma descrição do uso de cada palavra e, posteriormente, a avaliação da conveniência da denominação (BARROS, 2004, p. 17). Porém, ao longo das investigações em livros, artigos, dicionários e reportagens não foi possível escolher apenas um termo específico que abarque todos os elementos do que foram os conflitos agrários na região de Porecatu. A experiência no norte do Paraná não se assemelha a outras conhecidas e classificadas anteriormente. Nela houve *revolta*, houve *resistência*, houve *levante*, houve táticas de *guerrilha* e, de certo modo, houve uma pequena *guerra*.

23. A Guerra de Porecatu. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 14 jul. 1951.

24. A realidade do “Pontal”. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 08 out. 1955.

25. Ninguém conhece ninguém. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 05 mar. 1960.

26. “Plantem capim! Plantem tranquilidade!” Foi a palavra de ordem na terra mista do Paraná. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 09 jun. 1971.

Entretanto, há dois termos que, a meu ver, são equivocados e trazem mais problemas do que soluções: *guerra* e *guerrilha*. Acredito que o termo *guerra*, se considerarmos a necessidade de um processo de coesão interna e a superacumulação de armamentos, não se aplica a experiência de Porecatu. Também considero a disparidade entre as forças em conflito – posseiros *versus* grileiros, jagunços, polícias e instâncias estatais. O termo *guerrilha* não me parece o mais correto. Considero que foram empregadas táticas de guerrilha, mas não que houve uma *guerrilha* em si. Quando assumimos que houve uma *guerrilha* em Porecatu, assumimos também que esse é um movimento do Partido Comunista e não dos camponeses. Consequentemente, corremos o risco de apagar esses sujeitos de nossas narrativas históricas.

Sobre os termos *revolta*, *resistência* e *levante*, creio que podem ser utilizados sem ressalvas. Os termos neutros como *luta*, *embate* e *conflito*, que primeiramente nem foram cogitados no início da investigação, também descrevem os acontecimentos na região de Porecatu. Ademais, considero que uma conceitualização aberta ajuda a compreender a complexidade de um acontecimento tão singular como os conflitos agrários de Porecatu nos anos 1940 e 1950.

Referências

BARROS, Lidia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. *Cienc. Cult.* [online]. 2006, vol.58, n.2, pp.35-37. ISSN 0009-6725.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2012. Disponível em: <sociological.dominiotemporario.com>.

CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio. **Velhos vermelhos: História e memória dos dirigentes comunistas no Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. **Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná: Região de Porecatu 1940-1952**. Dissertação de mestrado em História: UFPR, 1984.

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1913. Disponível em: < dicionario-aberto.net>.

GONÇALVES, Marcos. **Os arautos da dissolução: O imaginário anticomunista na imprensa regional. Paraná, década de 1940**. Curitiba: SAMP, 2018.

LEOCÁDIO, Leandro Cesar. **Guerra, Guerrilha ou Revolta de Porecatu? Vários olhares o mesmo acontecimento (1940-2011)**. Disponível em: < www.uel.br >.

MONTEIRO, Claudia. **Política entre razão e sentimentos: A militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)**. Tese de doutorado em História: UFPR, 2013.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRIORI, Angelo. **A Guerra de Porecatu**. Dialogos (Maringa), v. 14, 2010.

PRIORI, Angelo. **A revolta camponesa de Porecatu**. In: Márcia Motta; Paulo Zarth. (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol. II (Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado – 1930-1960)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, v. 2.

PRIORI, Angelo. **A Revolta Camponesa de Porecatú**. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo: 1942-1952. Tese de doutorado em História e Sociedade: UNESP, 2000.

PRIORI, A; POMARI, L.R; AMÂNCIO, S.M; IPÓLITO, V.K. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

PRIORI, Angelo. **Conflitos agrários e resistência: os camponeses de Porecatu**. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (orgs). *Paraná Insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

SERRA, Elpídio. **Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou**. Disponível em: < eduem.uem.br >.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: Comunistas e Católicos na História do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

Sobre os autores

Anderson Arilson de Freitas - graduado em História pela Unioeste, Pós-Graduado em Gestão e Ações Culturais (especialização) pela Unioeste, Mestre em História pela UFGD. Atualmente desenvolve doutorado em História pela UFGD, com bolsa CAPES, dedicando-se a pesquisar sobre as memórias e sonoridades das festas e bailes de puxirão no Oeste do Paraná.

Caroline Gonzaga - doutoranda em História na Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História. Possui mestrado em História pelo PP-GHIS - UFPR (2020). Graduação em História - Licenciatura e Bacharelado pela UFPR (2016).

Cristiano Augusto Durat - doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul.
E-mail: cristianodurat@uffs.edu.br

Everson Semler Matias - professor da rede pública estadual de Santa Catarina. E-mail: esm1616@gmail.com.

Jaisson Teixeira Lino - professor da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: lino@uffs.edu.br.

João Carlos Corso - doutor em História e professor no Departamento de História da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Campus Irati - PR.
E-mail: corso@unicentro.br

Joaquim Gonçalves da Costa - graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná [PUC-PR]. Graduado em Tecnologia em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná [IFPR]. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná [UFPR]. Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ]. Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul [UFFS].

Luzinéia Grosselli - bacharel em Enfermagem pela Faculdade Guairacá [Guarapuava/Pr.]. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADRS – da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS [Campus Laranjeiras do Sul].

Marisangela Lins de Almeida - graduada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro); Mestrado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Doutora em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisa temas como gênero, campesinato e populações tradicionais. E-mail: mary_lins_18@hotmail.com.

Vinicius Bonifacio - doutorando no programa de pós-graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (2021). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Membro do Grupo de Trabalho História Agrária da Bahia - UFBA. Membro do Grupo de Pesquisa História e Poder - UNIOESTE.

